MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ELETRÔNICO

Processo nº: 03.31.00000780/2026.37

Interessados:
Maringá Previdência

Unidade Protocolizadora:
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV

Tipo do Processo:
Licitação: Inexigibilidade

Assunto/Especificação:
Inscrição de servidores no 6º Simpósio de Licitações e Contratos IAGP

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 27/07/2026, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9207174** e o código CRC **6C476B4F**.

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- Número do processo administrativo: 03.31.00000780/2026.37
- Órgão ou entidade demandante: Maringá Previdência - Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Maringá
- Responsável pelas informações do DFD, na condição de titular: Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A Maringá Previdência elaborou o Plano de Capacitação 2026 (SEI nº 7445214), que estabelece diretrizes para as ações de capacitação, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados no desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.

O objetivo do Plano é potencializar a capacidade e o desempenho de gestores, servidores e membros dos órgãos colegiados, promovendo a elevação dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados. Ademais, busca colaborar com a manutenção do certificado do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, reconquistado em 2022.

A metodologia do Plano prevê a capacitação de servidores e gestores por meio de palestras, cursos in loco a serem ministrados por empresas contratadas, cursos externos, congressos promovidos por associações previdenciárias, bem como formações na modalidade de Educação a Distância (EaD).

A proposta deste evento é proporcionar a capacitação e ao aperfeiçoamento de gestores públicos, servidores, agentes de contratação, fiscais de contratos, assessores jurídicos e demais profissionais que atuam nas contratações públicas.
Com abordagem prática, atualizada e estratégica, o simpósio tem como foco a Lei nº 14.133/2021, seus regulamentos, entendimentos dos Tribunais de Contas e os principais desafios enfrentados pela Administração Pública na fase de planejamento, execução e fiscalização contratual.

4. SOLUÇÃO SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Item 84 do PCA 2026.

6. LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O evento será realizado no Grand Carimã Convention Center - Avenida das Cataratas, 4790 - Carimã, Foz do Iguaçu - PR.

7. DEMANDAS A SEREM ATENDIDAS E CONDICIONANTES EXISTENTES

Antes da contratação deverá ser instruído processo com programação do evento, valor da inscrição e documentos de habilitação da empresa, além de ser confirmado o número previsto de participantes.

8. DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA AO PROBLEMA DE INTERESSE PÚBLICO

Manutenção do Certificado Pró-Gestão nível II da Maringá Previdência, sendo um programa instituído pela Portaria MPS n° 185/2015 e mantido pela pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

9. FONTE DE RECURSO, SE HOUVER

Fonte: 2100 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração/Reserva de Sobras da Taxa de Administração.

10. NECESSIDADE DE CONTRAPARTIDA MUNICIPAL, SE HOUVER

Não se aplica.

11. PRAZO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSO, SE HOUVER

Não se aplica.

12. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO SUGERIDA

Deverá ser observado:

- A notória especialização, de acordo com o Art. 74, § 3º;
- A natureza singular dos serviços a serem prestados;
- A contratação deve ser um serviço técnico de natureza predominantemente intelectual, de acordo com o Art. 74, inciso III, alínea f, da Lei 14.133/21.

13. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Será efetuada 2 inscrições, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

14. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor da contratação será de R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais).

15. PREVISÃO DE INÍCIO E DURAÇÃO PRETENDIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

O evento se realizará nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026 em Foz do Iguaçu - PR.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há necessidade de aquisições correlatas.

17. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

18. GRAU DE PRIORIDADE

( ) Alta (itens críticos e urgentes)
(x) Média (itens importantes, mas não urgentes)
( ) Baixa (itens necessários, mas não urgentes)

19. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Processo vinculado SEI n.º 03.31.00000780/2026.37.

20. APROVAÇÃO

Maringá - PR, 27 de julho de 2026.

David Marlon da Silva
Superintendente da Maringá Previdência

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 27/07/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **David Marlon da Silva**, **Superintendente da Maringá Previdência**, em 27/07/2026, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9210928** e o código CRC **FC51A19C**.

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

SOLICITAÇÃO

Interessado: Maringá Previdência

Ao Contador,

Solicito a indicação da relação de dotação orçamentária, recursos financeiros, bem como os valores já gastos na respectiva dotação para futura reserva de dotação, para contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência, totalizando R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais).

Atenciosamente.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 27/07/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9215350** e o código CRC **8827BCA3**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9215350

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria de Gestão Financeira e de Investimentos da MGAPREV
Contabilidade da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-932 Telefone: (44) 3220-7735 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

INFORMAÇÃO

Processo nº 03.31.00000780/2026.37

Assunto: INFORME DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Especificação: Inscrição de servidores no 6º Simpósio de Licitações e Contratos IAGP

Dotação Orçamentária:

Órgão: 31 - Maringá Previdência
Unidade: 010 - Maringá Previdência - Órgão Gerenciador
Função: 04. Administração
SubFunção:128 – Formação de Recursos Humanos
Programa: 0005 – VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
Projeto Atividade: 2.303 - Qualificação e capacitação de recursos humanos - MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Código de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Desdobramento: 3.3.90.39.48.00 SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Saldo Orçamentário na despesa 3.3.90.39.00.00 - R$ 250.932,13
Fonte: 2100
Código reduzido: 30

Maringá, 03 de agosto de 2026.

Edimar de Oliveira Carvalho
Contador

Documento assinado eletronicamente por **Edimar de Oliveira Carvalho**, **Contador(a)**, em 03/08/2026, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9276277** e o código CRC **865FA532**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9276277



6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

23 A 25 DE SETEMBRO

FOZ DO IGUAÇU - PR

PROPOSTA ESPECIAL

AUTARQUIA MUNICIPAL MARINGÁ PREVIDÊNCIA (78.074.804/0001-22)

AGP INSTITUTO

O Simpósio

> O **6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas** é um evento consolidado no calendário do Instituto AGP.

Trata-se de um evento técnico-institucional de alto nível técnico voltado à capacitação e ao aperfeiçoamento de gestores públicos, servidores, agentes de contratação, fiscais de contratos, assessores jurídicos e demais profissionais que atuam nas contratações públicas.

Com abordagem prática, atualizada e estratégica, o simpósio tem como foco a Lei nº 14.133/2021, seus regulamentos, entendimentos dos Tribunais de Contas e os principais desafios enfrentados pela Administração Pública na fase de planejamento, execução e fiscalização contratual.

Público-Alvo

- Gestores públicos e Agentes de contratação e pregoeiros
- Membros de comissões de licitação
- Fiscais e gestores de contratos
- Procuradores, assessores jurídicos e advogados públicos
- Controladores internos e ouvidores
- Servidores das áreas administrativa, financeira e de planejamento
- Secretarias e departamentos demandantes
- Servidores que trabalham diretamente e indiretamente com as Contrações Públicas nas Esferas Municipal, Estadual e Federal

Proposta e Programação (9280237) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 10

O **6º Simpósio de Licitações e Contratos** trará ao palco uma seleção de elite formada pelas maiores autoridades acadêmicas, auditores de extrema relevância e juristas consagrados que atualmente ditam a direção da Administração Pública brasileira.

O corpo docente do Simpósio foi cuidadosamente selecionado com base no reconhecimento nacional, na expertise e na excelência metodológica. A missão deste corpo seleto é transmitir protocolos 100% validados pelos Tribunais de Contas diretamente para blindar os processos vitais da sua gestão.



Christianne Stroppa

★ COORDENAÇÃO TÉCNICA EXCLUSIVA

A coordenação técnica ficará a cargo da Professora, referência nacional em Licitações e Contratos Administrativos, com ampla atuação acadêmica e prática junto à Administração Pública. Sua coordenação assegura a qualidade técnica, a atualização dos conteúdos e a aderência às melhores práticas e entendimentos dos órgãos de controle.



Ronny Charles Torres

Advogado da União há mais de 20 anos. Doutor em Direito do Estado pela UFPE e Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Autor de diversos livros jurídicos best-sellers, incluindo "Leis de Licitações Públicas Comentadas" (JusPodivm).



Tatiana Camarão

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Professora e palestrante de renome. Autora de importantes obras como "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos".



Rafael Biscaro

Especialista em Gestão da Administração Pública. Agente de Contratação e Pregoeiro na Universidade de São Paulo (USP). Autor de guias definitivos sobre ETP e o papel do pregoeiro.



Andryu Lemos

Advogado, Consultor e Professor. Especialista em Licitações e Contratos Públicos. Atua como Superintendente Especial de Licitações e Contratos com ampla experiência prática em prefeituras e estatais.



Franklin Brasil

Auditor Federal da CGU desde 1998, pesquisador em compras públicas. Especialista em IA aplicada e gestão de riscos. Autor consagrado e tricampeão do prêmio "Chico Ribeiro" de Qualidade no Gasto Público.



Victor Amorim

Doutor em Constituição, Direito e Estado pela UnB. Membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, com participação direta na elaboração da nova Lei de Licitações.



Alexandre Slivnik

Especialista em excelência em serviços com 20 anos de experiência e trajetória em Harvard. Palestrante internacional (com EB1 expedido pelo Gov. Americano). Autor do best-seller "O Poder da Atitude", diretor executivo do IBEX (EUA) e executivo da ABTD.

Proposta e Programação (9280237) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 12

23 de Setembro de 2026

08h30 às 12h30

OFICINA: Credenciamento e Marketplace Público (SICX)

Ronny Charles Lopes de Torres

- 1.Desafios atuais das compras públicas.
- 2.Evolução dos modelos de contratação pública, do procedimento licitatório clássico as plataformas digitais.
- 3.Pregão eletrônico: suas potencialidades e suas disfuncionalidades.
- 4.Eprocurement X E-commerce X E-marketplace.
- 4.1 Possibilidade de Marketplace nas compras públicas.
- 4.2 Vantagens
- 4.3 Desafios
- 4.4 Panorama normativo
- 5. Credenciamento
- 5.1 Natureza Jurídica
- 5.2 Aplicabilidade do credenciamento
- 5.3 Avanços da lei 14.133/2021
- 5.4 Modalidades do credenciamento
- 6. SCIX
- 6.1 Aplicação
- 6.2 Regulamentação
- 6.3 Pontos Polêmicos

10h00 às 10h30 Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

Proposta e Programação (9280237) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 13

23 de Setembro de 2026 (Continuação)

14h00 às 15h45

Marketplace na Administração Pública: Da Operacionalização às Vivências – Resultados na Prática

Andryu Antonio Lemos da Silva Junior

- 1. Diagnóstico e Tomada de Decisão
- 2. Estruturação do Modelo no órgão
- 3. Implementação e Governança
- 4. Desafios Jurídicos e Relação com Órgãos de Controle
- 5. Engajamento de Fornecedores e Dinâmica de Mercado
- 6. Desafios Operacionais e Ajustes do Modelo
- 7. Resultados e Indicadores Práticos (ex: êxito na saúde – economia, celeridade e eficiência nas contratações)
- 8. Lições Aprendidas e Replicabilidade
- 8.1 Fatores críticos de sucesso
- 8.2 Riscos a evitar na implementação
- 8.3 Etapas práticas para adoção em outros Órgãos e Entidades Estatais.

15h45 às 16h15 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

Proposta e Programação (9280237) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 14

23 de Setembro de 2026 (Continuação)

16h15 às 18h00

A Inteligência real e a Inteligência artificial na Fase Interna das Contratações e na Pesquisa de Preços

Rafael Biscaro

- 1.Visão Sistêmica da Fase Interna: As etapas do planejamento de forma articulada e o impacto do alinhamento estratégico ao Plano de Contratações Anual (PCA).
- 2.Artefatos Críticos:
- 2.1 Estudo Técnico Preliminar (ETP): Foco na estrutura lógica e justificativas da necessidade.
- 2.2 Termo de Referência (TR): Definição de critérios de desempenho e viabilidade.
- 3. Pesquisa de Preços: Desvendando o Art. 23 da Lei nº 14.133/21. Métodos de levantamento, critérios de aceitabilidade de preços e a documentação adequada para evitar falhas no processo.
- 4.IA como Vetor de Qualidade: Como utilizar a Inteligência Artificial para melhorar a consistência dos textos, revisar critérios técnicos e apoiar a tomada de decisão estratégica.

23 de Setembro de 2026 (Encerramento Especial)

18h00 às 19h00

MOMENTO PARA A VIDA

UM CONVITE À REFLEXÃO, À VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E À REDESCOBERTA DA ALEGRIA DE SERVIR COM EXCELÊNCIA E PROPÓSITO.

Alexandre Slivnik

- 1 A essência da excelência: servir com propósito, orgulho e comprometimento;
- 2 O novo servidor público: protagonista da transformação e guardião da confiança social;
- 3 Excelência como atitude: pequenas ações que geram grandes impactos na entrega pública;
- 4 Do procedimento à experiência: transformar rotinas em oportunidades de valor;
- 5 A cultura da melhoria contínua: como fazer o simples de forma extraordinária;
- 6 Excelência é detalhe: o cuidado em cada processo como reflexo de respeito ao cidadão;
- 7 Ética e encantamento: pilares que sustentam credibilidade e resultados duradouros;
- 8 Servir com propósito: o sentido de entregar o melhor, mesmo quando ninguém está vendo;
- 9 Colaboração e engajamento: o poder dos times que acreditam na mesma missão;
- 10 Aprendizados das empresas mais admiradas do mundo aplicados à gestão pública;
- 11 Do conceito à prática: ferramentas simples para aprimorar o atendimento e os processos.

24 de Setembro de 2026

08h30 às 12h30

OFICINA: Plano de Contratação Anual (PCA) e Registro de Preços – Da organização de demandas e o registro de preços: como planejar e contratar com eficiência

Tatiana Camarão

- Plano de Contratação Anual
- 1. O Planejamento das Contratações e o Plano de Contratação Anual
- 2. Qual a finalidade e benefícios do Plano de Contratação Anual – PCA?
- 3. A Função do Documento de Formalização de Demanda e seus elementos
- 4. O regulamento e adoção do Plano de Contratação Anual: Procedimento, responsáveis, cronograma e relatório de gestão de riscos
- 5. Padronização, Catálogo eletrônico, Plano de Capacitação e Plano de Comunicação: ferramentas e planos importantes para o resultado exitoso do PCA
- 6. Boas práticas e jurisprudência aplicada
- Ata de Registro de Preços
- 1. A Ata de Registro de Preços: conceito, peculiaridades e regulamento
- 2. Prazo, quantitativos, demonstração da vantagem, objeto exclusivo e outras questões relevantes sobre o tema
- 3. O Carona no registro de preços: Como funciona para adesão tardia à ata de registro de preços?
- 4. Quais as medidas necessárias na etapa de planejamento para implantação do registro de preços ou adesão à ata?
- 5. Participação no registro de preços implantado pelos consórcios intermunicipais: pontos de atenção e orientações das Cortes de Contas

24 de Setembro de 2026 (Continuação)

10h00 às 10h30 ☕ Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

14h00 às 15h45

Seleção de Fornecedores e as Falhas dos Regulamentos

🎙 Victor Amorim

- 1. A fase de seleção de fornecedores na Lei nº 14.133/2021: o que realmente mudou?
- 2. A caixa de ferramentas da licitação: como modelar o procedimento?
- 3. Como a regulamentação interna pode potencializar a melhoria do licitação (art. 18, VIII, Lei nº 14.133/2021)
- 4. Regulamentação da União sobre licitações e sua aplicação nacional?
- 5. Possibilidades do rito procedimental: inversão de fases
- 6. A exigência de garantia de participação
- 7. Orçamento sigiloso: quando é pertinente?
- 8. Os modos de disputa: a quem cabe "escolher"?
- 9. Os problemas recorrentes nas licitações envolvendo a aplicação do formalismo moderado e o edital como instrumento regulatório

15h45 às 16h15 ☕ Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

16h15 às 18h00

PAINEL INTERATIVO (TALK SHOW): RODADA DE DÚVIDAS DE ALTA COMPLEXIDADE NA 14.133/2021

O GESTOR DESAPARECEU? CONTRATAÇÕES DIRETAS, PLATAFORMAS DIGITAIS E O PROTAGONISMO DO CONTROLE

🎙 Tatiana Camarão, Christianne Stroppa e Victor Amorim

Proposta e Programação (9280237) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 18

25 de Setembro de 2026

08h30 às 10h15

Como usar IA em qualquer fase da contratação (Aula Prática)

Franklin Brasil

- 1. A armadilha da resposta pronta: limites e contexto no uso da IA
- 2. Do amador ao profissional: o domínio do metaprompt
- 3. Exemplos da IA atravessando o macroprocesso da contratação
- 4. O fator humano e a governança.
- Obs: para esta aula importante o aluno levar notebook ou tablet.

10h15 às 10h45 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

10h45 às 12h30

Sanções Administrativas nos Contratos Públicos: Aplicação, Procedimentos e Segurança Jurídica

Christianne Stroppa

- 1. Sanção administrativa como instrumento de governança
- 2. Sistema sancionador na lei 14.133/2021: uma leitura estrutural
- 3. Processo administrativo sancionador como processo de decisão
- 4. Dosimetria e escolha da sanção: o verdadeiro problema
- 5. Pontos polêmicos avançados
- 6. Sanções, controle e responsabilização do agente público
- 7. Boas práticas e modelos operacionais.

Experiência em Foz do Iguaçu

> O cenário perfeito para unir capacitação executiva de alto nível e networking estratégico em um resort de ponta.



O Simpósio ocorrerá no monumental **Grand Carimã Resort Convention Center**. Preparamos uma infraestrutura impecável para garantir o máximo de conforto, segurança e sofisticação a todos os participantes. Uma verdadeira imersão técnica que transcende a tradicional sala de aula.

TARIFAS DE HOSPEDAGEM

Valores especiais para alunos IAGP

ACOMODAÇÃO	LUXO	GRAND LUXO	GRAND SUÍTE
Quarto Single	R$ 490,00	R$ 637,00	R$ 980,00
Quarto Duplo	R$ 490,00	R$ 637,00	R$ 980,00
Quarto Triplo	R$ 637,00	-	-

✓ **A diária inclui:** Café da manhã servido no restaurante (06h30 às 10h00)

Localização Oficial:
Avenida das Cataratas, 4790
Vila Carimã | Foz do Iguaçu/PR

WhatsApp: (45) 3521-3060
E-mail: reservas@grandcarima.com.br

Objetivos do Simpósio

- Atualizar os participantes sobre a aplicação prática da Lei de Licitações e Contratos.
- Capacitar agentes públicos para atuação segura e eficiente nas contratações.
- Reduzir riscos de responsabilização administrativa, civil e penal.
- Promover boas práticas de governança e controle.
- Estimular a troca de experiências entre profissionais do setor público.

O Que Está Incluso na Inscrição

- 21 horas-aula de imersão de conteúdo no Grand Carimã Resort em Foz do Iguaçu (PR).
- Certificação chancelada pelo Instituto AGP.
- Acesso irrestrito às rodadas de debates exclusivos (Talk-shows práticos).
- Coffee breaks projetados para networking, integração de autoridades e relaxamento.
- Especialistas de renome nacional em Licitações e Contratos Administrativos.
- Material personalizado (apostila pasta, bloco, caneta, mochila, garrafa, entre outros materiais exclusivos), disponível apenas neste simpósio para cada aluno inscrito.

Proposta e Programação (9280237) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 21

CONDIÇÃO EXCLUSIVA
AUTARQUIA MUNICIPAL MARINGÁ PREVIDÊNCIA (78.074.804/0001-22)

OFERTA PARA 2 PARTICIPANTES

~~De R$ 3.990,00 por~~

R$ 3.790,00 por inscrição

Garanta agora mesmo a presença da sua equipe no maior simpósio de licitações do Brasil.

Condição Oficial sujeita à disponibilidade de vagas imersivas.

Devido ao formato técnico intimista do Simpósio, as carteiras são estritamente limitadas. Recomendamos a imediata formalização da sua reserva ou **emissão da Nota de Empenho** para garantir a efetivação de vagas para seu órgão.

COORDENADAS INSTITUCIONAIS PARA EMPENHO

RAZÃO SOCIAL (CREDOR OFICIAL)
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ CORPORATIVO
51.684.924/0001-95

E-MAIL DE VALIDAÇÃO
contato@institutoagp.com.br

DOMICÍLIO BANCÁRIO
Banco 756 (Sicoob)

AGÊNCIA
4342

CONTA CORRENTE (C/C)
108.404-6

CHAVE PIX (TRANSAÇÃO DIRETA)
CNPJ 51.684.924/0001-95

(46) 99970-8582
contato@institutoagp.com.br
@agpinstituto
institutoagp.com.br

FALE CONOSCO

(↑ Clique para abrir o WhatsApp)


6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
Prof. Franklin Brasil
Prof. Andryu Lemos
Prof. Christianne Stroppa
Prof. Ronny Charles
Prof. Tatiana Camarão
Prof. Victor Amorim
Prof. Rafael Biscaro
6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
23 A 25 DE SETEMBRO
FOZ DO IGUAÇU - PR
AGP INSTITUTO
6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins e a quem interessa possa, que o IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, representado legalmente por seu Sócio Administrador Eduardo Anziliero, portador do CPF 062.856.909-28, realizará a 6° edição do SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – O Futuro das Contratações Públicas, ministrado pelas professoras: Ronny Charles, Tatiana Camarão, Christianne Stroppa, Victor Amorim, Franklin Brasil, Andryu Lemes e Rafael Biscaro, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026, em Foz do Iguaçu, PR, sendo EXCLUSIVAMENTE responsável pela execução, elaboração e confecção do material, bem como, todo processo do evento.

Sem mais, me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

Curitiba, 30 de março de 2026.

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195
Assinado de forma digital por IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195
Dados: 2026.05.01 11:12:41 -03'00'

INSTITUTO AGP
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ 51.684.924/0001-95



Ronny Charles Lopes de Torres

Endereço para acessar este CV: https://lattes.cnpq.br/6578695921306430
ID Lattes: **6578695921306430**
Última atualização do currículo em 03/11/2025

Advogado. Parecerista. Consultor Jurídico. Palestrante. Sócio-fundador do Torquetti Torres Advogados. Doutor em Direito do Estado (UFPE). Mestre em Direito Econômico (UFPB). Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP). Advogado da União Licenciado. Membro fundador do Instituto Nacional de Contratações Públicas. Membro fundador da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União (CNLCA/CGU/AGU). Atuou como Consultor Jurídico Adjunto da Consultoria Jurídica da União perante o Ministério do Trabalho e Emprego. Atuou como Coordenador geral substituto da E-CJU Aquisições da AGU. Coordenador da pós-graduação em Licitações e Contratos da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador (junto com o Prof. Jacoby Fernandes e o Prof. Murilo Jacoby) da pós-graduação em Licitações e contratos, da Faculdade CERS. Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: Leis de licitações públicas comentadas (16 Edição. Ed. JusPodivm); Direito Administrativo (15 Edição. Coautoria); Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle (Ed. JusPodivm); Lei de Improbidade administrativa comentada (2 edição. Coautoria. Ed. JusPodivm); Licitações e contratos nas empresas estatais (3 edição. Coautoria. Ed. JusPodivm); Análise Econômica das Licitações e Contratos (2 edição. Coautoria. Ed. Fórum); E-marketplace e contratações públicas (Ed. JusPodivm). **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Ronny Charles Lopes de Torres

Nome em citações bibliográficas

TORRES, R. C. L.

Lattes iD

https://lattes.cnpq.br/6578695921306430

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Advocacia Geral da União, Núcleo de Assessoramento Jurídico de Recife.

Rua do Riachuelo, 105 - 7º andar, Sala 708. Ed. Circulo Católico
Boa Vista
50050-400 - Recife, PE - Brasil
Telefone: (081) 21281430

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2024

Doutorado em Direito do Estado.
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
Título: Adoção do e-marketplace por estatais brasileiras: possibilidade e pontos de reflexão para uma implementação eficiente, sob uma perspectiva jurídica e econômica., Ano de obtenção: 2024.
Orientador: Marcos Antonio Rios Nóbrega.

2007 - 2009

Mestrado em Ciências Jurídicas.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
Título: Teceiro Setor e termos e parceria: entre a liberdade de escolha da entidade parceira e a necessidade de licitação, Ano de Obtenção: 2009.
Orientador: Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa.
Palavras-chave: OSCIP; Terceiro Setor; LICITAÇÃO; termo de parceria; Fomento.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.

2006 - 2008

Especialização em Direito tributário e finanças públicas. (Carga Horária: 360h).
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.
Título: A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO DA SOCIEDADE LIMITADA NO CODIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Orientador: Aldo de Paula Júnior.

2002 - 2002

Especialização em Especialização em Ciências Jurídicas. (Carga Horária: 360h).
Universidade Potiguar, UnP, Brasil.
Título: Limitação das taxas de juros no Brasil.

2004 - 2005

Aperfeiçoamento em Atualização Jurídica. (Carga Horária: 360h).
Instituto Luiz Flávio Gomes, LFG, Brasil.
Título: Curso de atualização jurídica. Ano de finalização: 2005.

2003 - 2004

Aperfeiçoamento em Curso de atualização jurídica. (Carga Horária: 320h).
INSTITUTO PROCESSUS DE CULTURA JURIDICA, INST. PROCESSUS, Brasil.
Título: Curso de atualização jurídica. Ano de finalização: 2004.

1995 - 1999

Graduação em Bacharel em Ciências Juridícas e Socias.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Formação Complementar

2016 - 2016

International Courts and Constitutions: history, rules and comparative law. (Carga horária: 60h).
Università degli Studi di Roma Tor Vergata, UNIROMA, Itália.

2004 - 2004

ATUALIZAÇÃO JURÍDICA. (Carga horária: 360h).
INSTITUTO DE ENSINO JURÍDICO PROFESSOR LUIZ FLÁVIO GOMES, IELF-JOÃO PESSOA, Brasil.

2003 - 2003

Atualização Jurídica. (Carga horária: 320h).
INSTITUTO PROCESSUS DE CULTURA JURIDICA, INST. PROCESSUS, Brasil.

Atuação Profissional

Advocacia Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: estatutário, Enquadramento Funcional: Advogado da União, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Ministério dos Transportes - DF, MT, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado da União, Regime: Dedicação exclusiva.

Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico Adjunto, Regime: Dedicação exclusiva.

Ministério da Previdência e Assistência Social, MPAS, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenador Geral de Direito Administrativo, Carga horária: 44, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

06/2006 - 03/2007

Conselhos, Comissões e Consultoria, CONSULTORIA JURÍDICA.

Cargo ou função
COORDENADOR GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

Faculdade Integrada do Recife, FIR, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Universitário, Carga horária: 12

Centro universitário Maurício de Nassau - Recife, UNINASSAU, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor universitário, Carga horária: 6

Câmara dos Deputados, CÂMARA FEDERAL, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: CARGO EM COMISSÃO, Enquadramento Funcional: Assessor Parlamentar

CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO DE SÃO FÉLIX, CMSSF/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE SERVIÇO, Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA, PMI/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE SERVIÇO, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico

Vínculo institucional

2001 - 2001

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE SERVIÇO, Enquadramento Funcional:

Consultor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO, PMR/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE SERVIÇO, Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE TAIPÚ, PMSMT/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: CONTRATO DE PREST. DE SERVIÇO, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico

Projetos de pesquisa

2009 - Atual

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: mudança paradigmática e a proposta de um novo modelo

Descrição: O objetivo geral da pesquisa proposta é a análise crítica do modelo de processo administrativo disciplinar vivenciado na Administração Pública Federal, conforme preceitos da Lei federal nº 8.112/90..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Ronny Charles Lopes de Torres - Coordenador.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

TORRES, R. C. L.; NOBRE JUNIOR, E. P. . A Nova Lei de Licitações e o Controle das Contratações Públicas. REVISTA DA AGU, v. 20, p. 19-48, 2021.

2.

TORRES, R. C. L.. Análise de um aparente paradoxo entre transparência e corrupção: orçamento sigiloso como instrumento de eficiência econômica e combate aos cartéis. ATAS DO II CURSO SOBRE O COMBATE À CORRUPÇÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, v. I, p. 317-339, 2020.

3.

TORRES, R. C. L.. As licitações públicas na nova Lei das Estatais (Lei federal nº 13.303/2016). Jus Navigandi, v. 1, p. 4974, 2016.

4.

TORRES, R. C. L.. A Administração e suas contratações com concessionárias de serviço público. Jus Navigandi, v. 1, p. 4974, 2016.

5.

TORRES, R. C. L.. A vigência das regras de licitação da nova Lei das estatais. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2016. **Citações:** SCOPUS 1

6.

TORRES, R. C. L.. Divisão da licitação: item, lote ou grupo?. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2016. **Citações:** SCOPUS 1

7.

TORRES, R. C. L.. Contratações diretas e competência legislativa. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2016. **Citações:** SCOPUS 1

8.

TORRES, R. C. L.. Do caráter não obrigatório da análise, pelo órgão jurídico federal, na adesão à ata de registro de preços. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2015. **Citações:** SCOPUS 1

9.

TORRES, R. C. L.. O princípio da obrigatoriedade de licitar em suas perspectivas burocrática e democrática. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2015. **Citações:** SCOPUS 1

10.

TORRES, R. C. L.. Uso da prerrogativa de saneamento pelo pregoeiro. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2014. **Citações:** SCOPUS 1

11.

TORRES, R. C. L.. Considerações sobre a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2012. **Citações:** SCOPUS 1

12.

TORRES, R. C. L.. Locação de imóvel por dispensa de licitação e o chamamento público.. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2012. **Citações:** SCOPUS 1

13.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade do advogado de Estado em sua função consultiva. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2012.

Citações: SCOPUS 1

14.

TORRES, R. C. L.. Considerações sobre a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 1, 2012.

15.

TORRES, R. C. L.. Efeitos da sanção administrativa suspensão de licitar prevista pela lei nº 8.666/93. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 1, 2011.

16.

TORRES, R. C. L.. Efeitos da sanção administrativa suspensão de licitar prevista pela lei nº 8.666/93. Jus Navigandi, v. 15, p. 2668, 2010.

17.

TORRES, R. C. L.; OLIVEIRA, A. R. S. . A otimização do procedimento de análise das minutas de editais e contratos. Projeto "Edital Eficiente". Jus Navigandi, v. 15, p. 2715, 2010.

18.

TORRES, R. C. L.. Efeitos da sanção administrativa suspensão de licitar prevista pela lei nº 8.666/93. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2010. **Citações:** SCOPUS 1

19.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade do parecerista na análise das minutas de editais e contratos.. BLC (São Paulo), v. XXII, p. 7-20, 2009.

20.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade do parecerista em licitações: Elementos de questionamento e o posicionamento do STF. Governet. Boletim de Transferências Voluntárias (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-588X Governet. Boletim de Convênios e Parcerias), v. 41, p. 76, 2009.

21.

TORRES, R. C. L.. Sanções administrativas e a modalidade licitatória pregão. Governet. Boletim de Licitações e Contratos,

v. 50, p. 549-557, 2009.

22.

TORRES, R. C. L.. Reflexões sobre a aplicação de sanções administrativas nas licitações públicas. BLC (São Paulo), v. set/09, p. 856-865, 2009.

23.

TORRES, R. C. L.. O impacto da globalização sobre o conceito de constituição econômica (Economia Globalizada). Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 64384, p. 64384,1, 2008.

24.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade do parecerista pelo TCU e o posicionamento do STF.. Justributário (Fortaleza), v. 1, p. 01002008, 2008.

25.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade do parecerista na análise das minutas de editais e contratos.. Revista da AGU, v. VII, p. 227-255, 2008.

26.

TORRES, R. C. L.. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigmas nas contratações de execução continuada. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 4, p. 231-240, 2008.

27.

TORRES, R. C. L.. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigma nas contratações de execução continuada. BLC (São Paulo), v. 14, p. 572-581, 2008.

28.

⭐ **TORRES, R. C. L.**. LICITAÇÃO COM RECURSOS ORIUNDOS DE ORGANISMO INTERNACIONAL - ANÁLISE DO §5º DO ARTIGO 42 DA LEI 8.666/93. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 66, p. 32-37, 2007.

29.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade solidária do advogado parecerista na licitação e a posição do STF. Jus Navigandi

(Teresina), v. 1605, p. 1, 2007.

30.

⭐ **TORRES, R. C. L.**. O prazo nos contratos administrativos e a mudança de paradigma nas contratações de execução continuada. Jus Navigandi, v. 1630, p. 10761, 2007.

31.

TORRES, R. C. L.. O estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte e as licitações públicas. Revista da AGU, v. VII, p. 62, 2007.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

TORRES, R. C. L.; BALTAR NETO, F. F. . DIREITO ADMINISTRATIVO. 14ª. ed. Salvador-BA: Juspodivm, 2024. 672p .

2.

TORRES, R. C. L.. LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS. 15. ed. Salvador: Juspodivm, 2024. v. único. 1072p .

3.

TORRES, R. C. L.; HOLANDA JR., A. J. . LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA. 2ª. ed. Salvador/BA: Jus Podivm, 2024. 768p .

4.

TORRES, R. C. L.; BARCELOS, D. . LICITAÇÕES E CONTRATOS NAS EMPRESAS ESTATAIS. 3ª. ed. Salvador/BA: Jus Podivm, 2023. 640p .

5.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. ; CAMELO, Bradson . ANÁLISE ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1. ed. Belo Horizonte - MG: FÓRUM LTDA., 2022. 240p .

6.

TORRES, R. C. L.. SINOPSES PARA CONCURSOS - V.9 - DIREITO ADMINISTRATIVO. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. v. único. 704p .

7.

TORRES, R. C. L.; FERNANDES, J. U. J. ; FERNANDES, M. J. ; TEIXEIRA, P. R. ; RIOS, V. S. C. . DIREITO PROVISÓRIO E A EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS 2ª ed. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. único. 395p .

8.

TORRES, R. C. L.; CARVALHO, M. (Org.) ; BELÉM, Bruno (Org.) . TEMAS CONTROVERSOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1. ed. Salvador/BA: JUSPODIVM, 2021. 352p .

9.

TORRES, R. C. L.; MARRY, M. . RDC: Regime Diferenciado de Contratações. 2ª. ed. , 2020. 304p .

10.

TORRES, R. C. L.; BALTAR NETO, F. F. ; CUNHA JUNIOR, D. ; ROCHA, R. . COLEÇÃO OAB 1ª Fase - V.1 - Constitucional, Administrativo e Tributário. 4ª. ed. Salvador-BA: Juspodivm, 2019. 784p .

11.

TORRES, R. C. L.. LEIS ESPECIAIS PARA CONCURSOS ? V.11 - LICITAÇÕES PÚBLICAS. 9ª. ed. , 2018. v. 11.

12.

TORRES, R. C. L.; HOLANDA JR., ?. J. . IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 4ª. ed. Salvador/BA: Jus Podivm, 2018. 704p .

13.

TORRES, R. C. L.. LICITAÇÕES PÚBLICAS: Homenagem ao Jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2017. v. 1. 668p .

14.

TORRES, R. C. L.. TERCEIRO SETOR: entre a liberdade e o controle. 1. ed. , 2013.

Capítulos de livros publicados

1.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. . Lei nº 14.133/2021, Credenciamento e E-Marketplace: O Turning point da inovação nas compras públicas. In: Walber de Moura Agra; Marcos Nóbrega. (Org.). Deambulações sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 1ªed.: , 2023, v. , p. 44-90.

2.

TORRES, R. C. L.; CAMELO, Bradson ; NOBREGA, M. . CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ATRAVÉS DE E-MARKETPLACE. In: Virgínia Bracarense Lopes; Felippe Vilaça Loureiro Santos.. (Org.). COMPRAS PÚBLICAS CENTRALIZADAS NO BRASIL: TEORIA, PRÁTICA E PERSPECTIVAS. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 391-.

3.

TORRES, R. C. L.. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS. In: Cristiana Fortini. (Org.). REGISTRO DE PREÇOS Análise crítica do Decreto Federal nº 7.892/13, com as alterações posteriores. 3ed.Belo Horizonte: FORUM, 2020, v. 1, p. 143-165.

4.

TORRES, R. C. L.. Dispensa de Licitação para fins de Registro de Preços. In: Cristiana Fortini. (Org.). REGISTRO DE PREÇOS - Análise crítica do Decreto Federal nº 7.892/13, com as alterações posteriores. 3ªed.: , 2020, v. , p. 143-165.

5.

TORRES, R. C. L.. Análise de um aparente paradoxo entre transparência e corrupção: orçamento sigiloso como instrumento de eficiência e combate aos cartéis. In: FRANCISCO PEREIRA COUTINHO; RUTH SANTOS; MATHEUS SILVA. (Org.). ATAS DO II CURSO SOBRE O COMBATE À CORRUPÇÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 2ªed.: , 2020, v. , p. 317-339.

6.

TORRES, R. C. L.. O princípio da subsidiariedade e a atividade administrativa de fomento. In: Elida Séguin; Guilherme José Purvin de Figueiredo; Odete Medauar. (Org.). Revista de Direito e Política. São Paulo: Letras Jurídicas/IBAP, 2010, v. 18, p. -.

7.

TORRES, R. C. L.; Aldemario Araujo Castro ; Diogo de Figueiredo Moreira Neto ; Jefferson Carús Guedes ; Luciane Moessa de Souza ; José Antonio Dias Toffoli ; Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior . A responsabilidade do Advogado de Estado em sua função consultiva. In: Jefferson Carús Guedes; Luciane Moessa de Souza. (Org.). Advocacia de Estado: questões institucionais para a construção de um Estado de Justiça.. Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. -.

Apresentações de Trabalho

1.

TORRES, R. C. L.. Aplicação de sanções: Licitação na modalidade pregão.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

TORRES, R. C. L.. A Importância dos NAJ?S no Assessoramento Jurídico das Forças Armadas.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

TORRES, R. C. L.. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

TORRES, R. C. L.. Responsabilidade civil e administrativa dos advogados públicos.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

TORRES, R. C. L.. A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PARECERISTA. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

TORRES, R. C. L.. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

TORRES, R. C. L.. A MODALIDADE PREGÃO E AS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

TORRES, R. C. L.; CAMELO, Bradson ; NOBREGA, M. . Contratação Pública e a necessidade de conhecer o Mercado: O Estudo Técnico Preliminar (Etp) E O Termo De Referência/Edital 2024 (Artigo).

2.

TORRES, R. C. L.; DANTAS, M. E. A. . Apontamentos sobre a garantia de proposta na Lei nº 14.133/2021 2024 (Artigo).

3.

TORRES, R. C. L.. Uma solução consequencialista para a adesão, em 2024, das atas de registros de preços baseadas nas leis nº 8.666/93 2024 (Artigo).

4.

TORRES, R. C. L.. A UTILIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS BASEADAS NAS LEIS N º 8.666/93, 10.520/2002 E RDC, APÓS SUAS REVOGAÇÕES 2024 (Artigo).

5.

TORRES, R. C. L.. Dispensa Emergencial e o Dever de Eficiência 2024 (Artigo).

6.

TORRES, R. C. L.; BOAVENTURA, C. I. C. . CONTAGEM REGRESSIVA: A Nova Lei de Licitações e o Sistema de Registro de Preços após a revogação das Leis n º 8.666/93 e 10.520/2002 2023 (Artigo).

7.

TORRES, R. C. L.. ORÇAMENTO SIGILOSO, MOMENTO DE DIVULGAÇÃO E A REGRA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 2023 (Artigo).

8.

TORRES, R. C. L.. Hipóteses de não submissão ao Regime Licitatório e Contratual da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 2023 (Artigo).

9.

TORRES, R. C. L.. Hipóteses de não submissão ao Regime Licitatório e Contratual da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 2023 (Artigo).

10.

TORRES, R. C. L.. Da (não) obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar 2023 (Artigo).

11.

TORRES, R. C. L.; SOUSA, A. E. . Contratos Públicos e o Reequilíbrio Econômico em virtude de Custos decorrentes de Improdutividade e Ociosidade 2023 (Artigo).

12.

TORRES, R. C. L.. Art. 191 da NLLCA e o significado de optar por licitar 2022 (Artigo).

13.

TORRES, R. C. L.. Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na Contratação Pública 2022 (Artigo).

14.

TORRES, R. C. L.. A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO DE ESTADO EM SUA FUNÇÃO CONSULTIVA 2022 (Artigo).

15.

TORRES, R. C. L.; STROPPA, C. . LICITAÇÕES PÚBLICAS E O PAGAMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO ? Medida Provisória 1108 2022 (Artigo).

16.

TORRES, R. C. L.; NOBRE JUNIOR, E. P. . A Nova Lei de Licitações e o Controle das Contratações Públicas 2022 (Artigo).

17.

TORRES, R. C. L.; CAMELO, Bradson ; NOBREGA, M. . Sistema de Registro de Preços e a Volatilidade de Determinados Mercados: uma provocação sobre novas soluções 2022 (Artigo).

18.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. ; ASSUNCAO, I. . Nova Lei de Licitações e Remuneração Variável: Uma Abordagem à Luz do Nexo Econômico-Jurídico 2021 (Artigo).

19.

TORRES, R. C. L.; PEDRA, A. S. . A Assessoria Jurídica na Nova Lei de Licitações e Contratos 2021 (Artigo).

20.

TORRES, R. C. L.; BONATTO, H. . Concorrência e Pregão da Lei nº 14.133/2021: uma questão de homonímia 2021 (Artigo).

21.

TORRES, R. C. L.. Convocação de Licitante Remanescente na Nova Lei de Licitações e uma Proposta de Modelo para Negociação 2021 (Artigo).

22.

TORRES, R. C. L.; PEDRA, A. S. . A Assessoria Jurídica na Nova Lei de Licitações e Contratos 2021 (Artigo).

23.

TORRES, R. C. L.; NOBREGA, M. . Licitações públicas e e-marketplace: um sonho não tão distante 2020 (Artigo).

24.

TORRES, R. C. L.; PERCIO, G. ; OLIVEIRA, R. S. L. . A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÕES NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS 2020 (Artigo).

25.

TORRES, R. C. L.; OLIVEIRA, R. S. L. ; PEDRA, A. S. . A MÍSTICA DA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO ANTECIPADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 2020 (Artigo).

26.

TORRES, R. C. L.; PEDRA, A. S. . Contratos administrativos e as Câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos em tempos de COVID-19 2020 (Artigo).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

TORRES, R. C. L.. Webinar - Contratações públicas e as ações de enfrentamento ao COVID-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎬

2.

TORRES, R. C. L.; BAIA, M. . Webinar- Pesquisa de Preços em tempos de Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎬

3.

TORRES, R. C. L.; MARINELA, F. ; ALMEIDA, L. ; FERNANDES, M. Q. M. J. ; CAMARAO, T. . Webinar - Compras públicas para enfrentamento da Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎬

4.

TORRES, R. C. L.. Webinar - Responsabilidade do parecerista jurídico nas licitações. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

5.

TORRES, R. C. L.; PIRES, M. F. ; CASTRO, S. P. P. ; CABRAL, F. G. ; ESTEVES, J. C. S. . Webinar - Requisições Administrativas durante a pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.

TORRES, R. C. L.; NOHARA, I. ; CALDEIRA, M. ; SERRAO, T. ; OLIVEIRA, R. S. L. . Webinar - II Encontro Brasil e Portugal - Direito Administrativo de Emergência. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

7.

TORRES, R. C. L.; RAMOS, E. . Webinar - Pontos polêmicos na aplicação do novo pregão eletrônico. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

Demais tipos de produção técnica

1.

TORRES, R. C. L.. Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos. 2009. .

2.

TORRES, R. C. L.. Licitações e contratos: noções básicas. 2009. .

3.

TORRES, R. C. L.. Sistema de Registro de Preços: Temas polêmicos. 2009. (Palestra).

4.

TORRES, R. C. L.. Aplicação de sanções ? Licitação na modalidade pregão. 2009. (Palestra).

5.

TORRES, R. C. L.. Noções de Direito Administrativo. 2008. .

6.

TORRES, R. C. L.. A Importância dos NAJ?S no Assessoramento Jurídico das Forças Armadas.. 2008.

(palestra).

7.

TORRES, R. C. L.. Responsabilidade civil e administrativa dos advogados públicos. 2008. (Palestra (debatedor)).

8.

TORRES, R. C. L.. A responsabilidade do advogado parecerista. 2008. (Palestra).

9.

TORRES, R. C. L.. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Palestra).

10.

TORRES, R. C. L.. Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (palestra).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Art. 48, LC 123/06: como licitar objetos de natureza divisível?. 2016. (Congresso).

2.

Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Saneamento de falhas e realização de diligência: situações concretas e decisões do TCU. 2016. (Congresso).

3.

Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Processo administrativo sancionador. 2016. (Congresso).

4.

Encontro de estudos estratégicos com Tribunais de Contas.Governança em sanções administrativas. 2016. (Encontro).

5.

Governança em sanções administrativas. Governança em sanções administrativas. 2016. (Congresso).

6.

10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Revogação e anulação no Pregão. 2015. (Congresso).

7.

10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Sistema de Registro de Preços. 2015. (Congresso).

8.

10º CONINTER. Conflitos jurídicos na aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados pelo Poder Público. 2015. (Congresso).

9.

3º Congresso Brasileiro de Concurso Público. Infrações administrativas, atos de improbidade e crimes ligados ao concurso público. 2015. (Congresso).

10.

Contratos Week. Principais equívocos promovidos pelos aditamentos e pela promoção do Reequilíbrio-Econômico-Financeiro nos Contratos. 2015. (Congresso).

11.

Contratos Week. Gestão e Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços Continuados sob a ótica do TCU. 2015. (Congresso).

12.

Curso - Governança em sanções administrativas.Governança em sanções administrativas. 2015. (Seminário).

13.

Curso - Governança na Aplicação de Sanções Administrativas nas Contratações Públicas.Governança na Aplicação de Sanções Administrativas nas Contratações Públicas. 2015. (Outra).

14.

Curso - Regime Diferenciado de Contratações.Regime Diferenciado de Contratações. 2015. (Seminário).

15.

Curso - Temas polêmicos em licitações públicas.Temas polêmicos em licitações públicas. 2015. (Seminário).

16.

O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019/14.O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. 2015. (Seminário).

17.

Pregão para a Contratação de Objetos Específicos. GVP Parcerias Governamentais.Limitações à participação na licitação relacionadas ao grau de parentesco. 2015. (Seminário).

18.

Pregão Week. Formalização de contratos derivados de Ata de Registro de Preços. 2015. (Congresso).

19.

Pregão Week. Divisão do objeto em sede de Pregão - como, quando e por que fazê-la?. 2015. (Congresso).

20.

Pregão Week. Principais alterações da LC 147-2014, nas licitações públicas. 2015. (Congresso).

21.

Pregão Week. O papel do gestor e do fiscal do contrato, nas contratações processadas por meio de Pregão. 2015.

(Congresso).

22.

Rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas.Rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas. 2015. (Seminário).

23.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas.As vantagens do Cadastro Reserva (legislação Federal x outras esferas) ? A Intenção de Registro de Preços (IRP) e a Ata de Registro de Preços. 2014. (Encontro).

24.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas.As principais alterações trazidas pelos Decretos 7.892/13 e 8.250/14 ? A setorização conveniente do SRP. 2014. (Encontro).

25.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas.Adesão a Atas de Registro de Preços ? Aplicação de penalidades no âmbito do Sistema de Registro de Preços. 2014. (Encontro).

26.

1º Encontro sobre planejamento de compras públicas.Tabelas de Preços Referenciais no SRP. ? Quantitativos no Sistema de Registro de Preços à luz da Instrução Normativa 06/14. 2014. (Encontro).

27.

2º Seminário GVP sobre Gestão de Riscos na Contratação Pública.Controle Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2014. (Seminário).

28.

2º Seminário GVP sobre Gestão de Riscos na Contratação Pública.Condutas repressivas de atos ilícitos e pontos de fragilidade do processo licitatório. 2014. (Seminário).

29.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Sistema de Registro de Preços. 2014. (Congresso).

30.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Os 10 maiores problemas apontados pelo TCU. 2014. (Congresso).

31.

Congresso Brasileiro de Gestão de Compras e Contratos nas Instituições Públicas de Ensino. RDC - Regime Diferenciado de Contratação. 2014. (Congresso).

32.

Congresso Brasileiro de Gestão de Compras e Contratos nas Instituições Públicas de Ensino. Contratação Direta. 2014. (Congresso).

33.

Contratos Week. Capacitação de gestores de contratos administrativos. 2014. (Congresso).

34.

Contratos Week. O Contrato Administrativo como mecanismo de distribuição de riscos entre as partes. 2014. (Congresso).

35.

Curso In company para o TJ-ES.Sanções administrativas. 2014. (Seminário).

36.

Evento - EAGU.Sanções administrativa nas licitações. 2014. (Seminário).

37.

Evento - EAGU.Regime Diferenciado de Contratações. 2014. (Seminário).

38.

II Congresso Nacional de Contratação Pública. Sistema de Registro de Preços. 2014. (Congresso).

39.

Palestra para Secretaria Estados de Maceió.Revisão Econômica do Contrato Administrativo. 2014. (Seminário).

40.

Pregão Week. Aspectos práticos sobre o processamento de recursos no pregão. 2014. (Congresso).

41.

Pregão Week. Processo sancionatório e pregão. 2014. (Congresso).

42.

Treinamento: Questões Polêmicas em Licitações e Contratos.Questões Polêmicas em Licitações e Contratos sob a Visão do TCU. 2014. (Outra).

43.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos.Responsabilidade do Gestor e Fiscal perante os contratos de terceirização e análise da Súmula 331 do TST. 2013. (Seminário).

44.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Contratos: Cláusulas necessárias, possíveis e proibidas. Análise objetiva do art. 55 da Lei 8.666/93. 2013. (Seminário).

45.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Atribuições/Competências/Escolha do Gestor e Fiscal dos Contratos.. 2013. (Seminário).

46.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Tribunais de Contas e sua atuação preventiva na fiscalização dos Contratos Administrativos. 2013. (Seminário).

47.

2º Seminário de Gestão & Fiscalização de contratos administrativos..Atualização financeira e compensações financeiras por eventual atraso no pagamento. Definição dos critérios.. 2013. (Seminário).

48.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Talk show: temas polêmicos sobre licitações. 2013. (Congresso).

49.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Recursos administrativos. 2013. (Congresso).

50.

Curso de capacitação - TCE-PB.SRP: estudos avançados, de acordo com o novo regulamento federal. 2013. (Seminário).

51.

Curso de capacitação - TRT SE.SRP: estudos avançados, de acordo com o novo regulamento federal. 2013. (Seminário).

52.

Curso - Fundação da UFBA.SRP: estudos avançados, de acordo com o novo regulamento federal. 2013. (Seminário).

53.

Evento - empresa Negócios Públicos.Sanções administrativas. 2013. (Encontro).

54.

Palestra - RDC.RDC ? Regime Diferenciado de Contratações. 2013. (Seminário).

55.

SRP week. Penalidades no Sistema de Registro de Preços. 2013. (Congresso).

56.

SRP Week. Limitações ao carona à luz do novo Decreto nº 7.892/2013. 2013. (Congresso).

57.

7º Congresso brasileiro de pregoeiros. Recursos Administrativos. 2012. (Congresso).

58.

Curso de capacitação - TCE PB.RDC ? Regime Diferenciado de Contratações. 2012. (Seminário).

59.

Evento - Empresa Negócios Públicos.Sanções administrativas. 2012. (Encontro).

60.

Evento - Procuradoria Regional Federal de Pernambuco. Responsabilidade do parecerista. 2012. (Exposição).

61.

Pregão Week. CNDT e Licitações para ME/EPP. 2012. (Congresso).

62.

SRP week. Fraudes e conluios no Sistema de Registro de Preços. 2012. (Congresso).

63.

SRP week. Penalidades no Sistema de Registro de Preços. 2012. (Congresso).

64.

V Seminário de licitações e Contratos.Sanções administrativas. 2012. (Seminário).

65.

1º Seminário sergipano de licitações e contratações públicas ? NECAP.Registro de Preços. 2011. (Seminário).

66.

Curso de Capacitação.Serviços terceirizados e responsabilidade da Administração Pública. 2011. (Outra).

67.

Curso de Capacitação - Ministrado através do Grupo Centrum.Curso Licitações e contratos, sobre o enfoque público e o privado. 2011. (Outra).

68.

Curso de Capacitação - Ministrado através do Grupo Centrum Capacitação e Eventos.Curso de capacitação e formação de pregoeiros: teoria e prática. 2011. (Outra).

69.

Pregão Week. RDC ? Regime Diferenciado de Contratações. 2011. (Congresso).

70.

Workshop - Escola da AGU.Edital Eficiente. 2011. (Outra).

71.

Curso de Capacitação - Ministrado através da ESAGU..Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos, com ênfase na IN 02/2008. 2010. (Outra).

72.

Curso de Capacitação - Ministrado através do Grupo Centrum Capacitação e Eventos.Curso sobre licitações públicas e contratos administrativos: sob o enfoque público e o privado. 2010. (Outra).

73.

Curso de Capacitação - Superação Cursos.Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos. 2010. (Outra).

74.

Curso de Capacitação - Ministrado através da ESA/OAB de Pernambuco..Curso Básico sobre licitações públicas e contratos administrativos. 2009. (Outra).

75.

Curso de Capacitação - Ministrado para a equipe da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba.Licitações e contratos: noções básicas. 2009. (Outra).

76.

Curso de capacitação Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba.Licitações e contratos: noções básicas. 2009. (Outra).

77.

Encontro Nacional da ANAUNI para o Consultivo.Sistema de Registro de Preços: Temas polêmicos. 2009. (Encontro).

78.

Encontro Nacional da ANAUNI para o Consultivo.Sistema de Registro de Preços: Temas polêmicos. 2009. (Encontro).

79.

V Simpósio Regional sobre licitações, contratos e controle dos atos administrativos.Aplicação de sanções ? Licitação na modalidade pregão. 2009. (Simpósio).

80.

Curso de Noções de Direito Administrativo.Noções de Direito Administrativo. 2008. (Outra).

81.

I CONGRESSO PARAIBANO DE DIREITO ECONÔMICO. 2008. (Congresso).

82.

III Jornada Jurídica da Escola de Aprendizes marinheiros de Pernambuco.públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Encontro).

83.

II Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal.Responsabilidade civil e administrativa dos advogados públicos. 2008. (Seminário).

84.

I Seminário AGU/Forças Armadas ? Discussão de temas jurídicos militares ? balanço e soluções.A Importância dos NAJ?S no Assessoramento Jurídico das Forças Armadas. 2008. (Seminário).

85.

Seminário de Intendência da Guarnição de Aeronáutica de Recife.Licitações públicas e a LC 123/2006 ? Aspectos polêmicos. 2008. (Seminário).

86.

Seminário Regional sobre a ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL da 5ª Região.A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PARECERISTA. 2008. (Seminário).

87.

VII CONGRESSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO EM QUESTÃO. 2008. (Congresso).

88.

PALESTRA MUNICIPAL SOBRE O ORDENAMENTO JURÍDICO MUNICIPAL.A MODALIDADE PREGÃO E AS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS. 2007. (Outra).

89.

Curso sobre ASPECTOS POLÊMICOS NOS CONTRATOS E CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS. 2006. (Seminário).

90.

II SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PREGOEIROS. 2006. (Seminário).

91.

SEMINÁRIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2006. (Seminário).

92.

SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DO SISTEMA PREVIDÊNCIÁRIO BRASILEIRO. 2003. (Seminário).

93.

PROGRAMA NACIONAL DE TREINAMENTO - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2002. (Outra).

94.

CURSO SOBRE REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 2001. (Seminário).

95.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. 1998. (Seminário).

Educação e Popularização de C & T

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

TORRES, R. C. L.. Webinar - Contratações públicas e as ações de enfrentamento ao COVID-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

2.

TORRES, R. C. L.; BAIA, M. . Webinar- Pesquisa de Preços em tempos de Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

3.

TORRES, R. C. L.; MARINELA, F. ; ALMEIDA, L. ; FERNANDES, M. Q. M. J. ; CAMARAO, T. . Webinar - Compras públicas para enfrentamento da Covid-19. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

4.

TORRES, R. C. L.. Webinar - Responsabilidade do parecerista jurídico nas licitações. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

5.

TORRES, R. C. L.; PIRES, M. F. ; CASTRO, S. P. P. ; CABRAL, F. G. ; ESTEVES, J. C. S. . Webinar - Requisições Administrativas durante a pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

6.

TORRES, R. C. L.; NOHARA, I. ; CALDEIRA, M. ; SERRAO, T. ; OLIVEIRA, R. S. L. . Webinar - II Encontro Brasil e Portugal - Direito Administrativo de Emergência. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

7.

TORRES, R. C. L.; RAMOS, E. . Webinar - Pontos polêmicos na aplicação do novo pregão eletrônico. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/03/2026 às 19:51:17

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes



Christianne de Carvalho Stroppa

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3679219004491225
ID Lattes: **3679219004491225**
Última atualização do currículo em 27/06/2023

Professora Doutora e Mestre pela PUC/SP. Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora de cursos de Especialização no COGEAE/PUCSP, na Faculdade Damásio de Jesus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Procuradora na Universidade de São Paulo. Advogada especialista em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo IASP e do Instituto Nacional de Contratação Pública - INCP. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Christianne de Carvalho Stroppa
Nome em citações bibliográficas STROPPA, Christianne de Carvalho;STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO
Lattes iD http://lattes.cnpq.br/3679219004491225
Orcid iD ? https://orcid.org/0000-0002-0923-5012

Endereço

Endereço Profissional Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito.
Rua Ministro Godói 969 - 2º andar - sala 201
Perdizes
01060970 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 36708127
URL da Homepage: http://portal.pucsp.br

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2019 Doutorado em Direito (Conceito CAPES 5).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: O regime jurídico dos contratos de empresas estatais de serviços públicos na lei de responsabilidade das estatais - Lei n. 13.303/216, Ano de obtenção: 2020.
Orientador: José Roberto Oliveira Pimenta.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo.
Setores de atividade: Educação.

2000 - 2013 Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: As Micros e Pequenas Empresas (MPE's) e a Função Social da Licitação, Ano de Obtenção: 2013.
Orientador: Clóvis Beznos.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral; Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas; Educação Superior.

1987 - 1990 Graduação em Direito.
Centro Universitário Euripedes de Marília, UNIVEM, Brasil.

Formação Complementar

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional
1991 - Atual Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Ensino
Vínculo institucional
2014 - 2014 Vínculo: Professor Assistente, Enquadramento Funcional: Professor Assistente
Outras informações Professora Assistente da disciplina Teoria Geral do Direito, do programa de Pós-Graduação em Direito, da PUC/SP, no segundo semestre de 2014
Vínculo institucional
2002 - 2005 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 4
Atividades
05/2014 - Atual Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Público.
Linhas de pesquisa
Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas
2/1997 - Atual Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
08/2005 - 07/2013 Direção e administração, Faculdade de Direito.
Cargo ou função
Coordenadora do Curso de Estágio Profissional Supervisionado.
9/2002 - 12/2005 Ensino, Direito Administrativo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
8/1991 - 12/1999 Ensino, Administração de Empresas, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
2/1992 - 12/1996 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Fundamentos de Direito Público

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

Vínculo institucional
2013 - 2015 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica
Atividades
09/2013 - 05/2015 Direção e administração, Secretaria Municipal da Saúde do Estado de São Paulo.
Cargo ou função
Assessora Jurídica.

Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ECTCMSP, Brasil.

Vínculo institucional
2015 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora de Controle Externo

Faculdade de Direito Prof Damásio de Jesus, FDDJ, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2018 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0
Atividades
2/2005 - 8/2018 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - Atual Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Professor titular
Atividades
2/2005 - Atual Extensão universitária , Sociedade Brasileira de Direito Público.
Atividade de extensão realizada
Membro do Corpo Docente.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Brasil.

Vínculo institucional
2001 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20
Vínculo institucional

2011 - 2013 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessoria Jurídica

Vínculo institucional

1999 - 2000 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 8

Atividades

3/2001 - Atual Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Teoria Geral de Direito Público
Direito Administrativo

2/1999 - 1/2000 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
Instituições de Direito Público

Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual Vínculo: sócio, Enquadramento Funcional: membro

Atividades

02/2017 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Direito Administrativo.
Cargo ou função
Membro.

06/2016 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudos da Lei de Licitações.
Cargo ou função
Integrante.

Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40

Instituto de Desenvolvimento de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Cultura, IDEJUR, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2003 Vínculo: Professor autônomo, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 3, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

4/2002 - 12/2003 Ensino, Direito Administrativo, Nível: Aperfeiçoamento
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 30

Ordem dos Advogados do Brasil Secção São Paulo, OAB/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - 2000 Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Atividades

1/1998 - 12/2000 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão do Meio Ambiente.
Cargo ou função
Membro de comissão.

Conselho Regional de Economia - 2a Região, CRE, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 1999 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL S/C LTDA., CONAM, Brasil.

Vínculo institucional

1993 - 1996 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Adbogada

EDITORA NDJ LTDA, NDJ, Brasil.

Vínculo institucional

1992 - 1993 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada Plena

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, SEBRAE/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 1998 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultora Especialista I
Outras informações Elaboração de pareceres e orientação técnica-jurídica às Agências que compõem a Entidade, principalmente na área de licitação e contratos administrativos. Coordenadora de Agência.

Universidade Bandeirante de São Paulo, UNIBAN, Brasil.

Vínculo institucional
1999 - 2000 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0
Atividades
2/1999 - 1/2000 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, Brasil.

Vínculo institucional
2001 - 2002 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0
Atividades
2/2001 - 2/2002 Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
Direito Constitucional

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.

Vínculo institucional
2007 - 2007 Vínculo: Professor vistante, Enquadramento Funcional: Professora
Outras informações Curso de Pós-Graduação em Direito Militar, tendo ministrado aulas com o tema "Direito Administrativo Disciplinar".

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional
2007 - 2010 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador I, Carga horária: 40
Vínculo institucional
1999 - 2001 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 40

São Paulo Turismo S/A, SPTURIS, Brasil.

Vínculo institucional
2014 - 2015 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro
Atividades
09/2014 - 01/2015 Direção e administração, São Paulo Turismo S/A.
Cargo ou função
Membro do Conselho de Administação.

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

Vínculo institucional
2015 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora de Gabinete I
Outras informações Análise e manifestação nos processos internos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, bem como, nos processos instaurados em face do exercício do controle externo nos órgãos e entes municipais
Atividades
02/2021 - Atual Serviços técnicos especializados , Grupo de Trabalho.
Serviço realizado
Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.
02/2021 - Atual Serviços técnicos especializados , Grupo de Trabalho.
Serviço realizado
Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.

Rede Governança Brasil, RGB, Brasil.

Vínculo institucional
2020 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Integrante
Atividades
2020 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Comitê de Governança das Contratações.

Cargo ou função
Integrante.

Linhas de pesquisa

1. Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Projetos de pesquisa

2020 - Atual
Governança. Controle interno e externo. Novos instrumentos no processo de contratação Pública. Lei n. 14.133/2021
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

2020 - Atual
Direito e Combate à Corrupção - Grupo de Pesquisa
Descrição: O Grupo de Pesquisa visa o estudo e pesquisa sistemática do fenômeno da Corrupção, em sentido amplo, sob o prisma central da Ciência do Direito Público, em especial, o Direito Administrativo, devendo proceder à investigação do tema sob o prisma jurídico-dogmático, incluindo estudos multidisciplinares e interdisciplinares..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (6) .

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Integrante / Jose Roberto Pimenta Oliveira - Coordenador / Luis Manuel Fonseca Pires - Integrante.

2014 - Atual
Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas
Descrição: Postula-se a organização de Projeto de Pesquisa destinado a congregar docentes, pesquisadores e discentes em torno do tema comum, Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto e efetividade nas atividades administrativas , o qual pretende abrigar projetos individuais de pesquisa Dissertações e Teses - relacionados à pretensa liberdade de formas de agir da Administração que a permitiria substituir os meios tradicionais de ação por meios comuns ao direito privado, o que daria origem ao que alguns denominam como Administração Pública Consensual , bem como a participação do particular na gestão do interesse público por meio das contratações públicas e respectivas consequências nas atividades administrativas de fomento, serviço público, intervenção e controle..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador / Silvio Luis Ferreira da Rocha - Integrante.

2010 - 2011
Transporte terrestre internacional de passageiros
Descrição: Realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros, tendo atuado especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros?.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

2006 - 2007
Como possibilitar a participação das MPE's nas Compras Governamentais
Descrição: Análise do Capítulo V da Lei complementar nº 123/2006, auxílio na redação do Decreto federal de proteção às micro e pequenas empresas, bem como estudo sobre a constitucionalidade do tratamento privilegiado dado à tais empresas nas licitações.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrucao e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Remuneração.

Projetos de desenvolvimento

2009 - 2011
Restruturação Adminisrativa
Descrição: Projeto de Reestruturação dos servidores do Município de Botucatu - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projetos de Lei de Reestruturação Administrativa e Estatuto dos Servidores Municipais.
Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

2005 - 2006 Restruturação Administrativa
Descrição: Análise e reestruturação do quadro de servidores da Câmara Municipal de Piracicaba - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projeto de Lei acerca do novo Estatuto dos Servidores Municipais.
Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual Periódico: Revista Lex de Direito Administrativo

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Português Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.
Francês Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Italiano Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Outras

Total de trabalhos:1Total de citações:2

Carlos Pinto Coelho Motta Data: 03/10/2005

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, Christianne de Carvalho** . A vedação à aquisição dos bens de luxo ? dificuldades à vista. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. I, p. 1, 2022.

2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O papel dos Órgãos de Controle nas Contratações Públicas. Campos de Públicas: conexões e expriências, v. 1, p. 76-88, 2022.

3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . A atuação dos tribunais de contas em tempos de pandemia. Revista Lex de Direito Administrativo, v. 1, p. 47-64, 2021.

4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, R. S. . O contrato de facilities da Lei nº 14.011/2020. Revista digital da ESA OABRJ, v. 3, p. 1, 2021.

5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, ARTUR GIOLITO . Controle Preventivo dos Tribunais de Contas como forma de combate a irregularidades na Administração Pública. Direitos Democráticos & Estado Moderno, v. 1, p. 52-73, 2021.

6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Quanto ao critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas dos serviços sociais autônomos. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 33-34, 2019.

7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Futuro Da Lei Nº 8.666/93. Soluções em Licitações e Contratos, v. 12, p. 103-114, 2019.

8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Impacto Da Alteração Dos Valores Das Modalidades Da Lei Nº 8.666/1993. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 27-32, 2018.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Decreto Federal Nº 8.538/2015: A Nova Regulamentação Do Tratamento Favorecido, Diferenciado E Simplificado Para As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte. BLC (São Paulo), v. ano 29, p. 32-46, 2016.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Nova Regulamentação Do Sistema De Registro De Preços ? Decreto Federal Nº 7.892/2013. BLC (São Paulo), v. 1, p. 179-203, 2013.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Procedimentos Licitatórios No Regime Diferenciado De Contratações Públicas. BLC (São Paulo), v. 1, p. 895-912, 2013.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) NAS Compras Governamentais. BLC (São Paulo), v. 1, p. 103, 2013.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Atribuições Do Gestor/Fiscal Do Contrato Administrativo. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 1, p. 103-119, 2012.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Comentários as alterações inseridas na Lei nº 8.666/93 pela Medida Provisória nº 495/10. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 69, p. 29-33, 2011.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Punição Eleitoral como Impedimento à participação em Licitações. Interesse Público (Impresso), Porto Algre, v. 28, p. 91-103, 2004.

Capítulos de livros publicados

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O controle na Lei nº 14.133/2021. In: Paulo Alves , Rogério Corrêa.. (Org.). Governança das contratações e seus instrumentos de implementação. 1ed.São José dos Pinhais, PR: Editora Negócios Públicos, 2022, v. 1, p. 113-124.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; BORDIN, N. A. P. . A prescrição no âmbito dos tribunais de contas: uma proposta de solução trazida pela nova lei de improbidade. In: Fabricio Mota, Ismar Viana. (Org.). Improbidade administrativa e Tribunal de Contas: as inovações da Lei n. 14230/2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 1-.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e . Artigos 151.152,153 e 154 - Dos meios alternativos de resolução de controvérsias. In: Cristiana Fortini (Autor), Rafael Sérgio Lima de Oliveira (Autor), Tatiana Camarão. (Org.). Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos : Lei 14.133, de 1º abril de 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 2, p. 270-.
4. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . O impacto do 'Princípio da moralidade de tarifária' nas concessões rodoviárias. In: augusto Neves Dal Pozo; José Virgílio Lopes Enei. (Org.). Tratado sobre o setor de rodovias no direito brasileiro. 1ed.São Paulo: Contracorrente, 2022, v. 2, p. 181-198.
5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; PERCIO, G. V. . A terceirização de serviços e o contrato de facilites da lei n. 14.011/2020. In: Cristina Fortini; Flaviana Vieira Paim. (Org.). Terceirização na Administração Pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 209-224.
6. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O relacionamento entre o controle interno e controle externo na lei n. 14.133/2021. In: Thiago Marrara , Sabrina Nunes Iocken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho. (Org.). Responsabilidade do gestor na administração pública - Improbidade e temas especiais. 1ed.São Paulo: Fórum, 2022, v. 3, p. 331-342.
7. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Comentário Específico - Os atores do processo de contratação na Lei n. 14.133/21. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Lei de licitações e contratos - Comentada Lei n. 14133/2021. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 359-370.
8. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; FORTINI, C. . Artigos 94 a 123. In: Cristina Fortini; Rafael Sérgio Lima de Oliveira; Tatiana Camarão. (Org.). Comentários a Lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 287-370.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; PERCIO, G. V. . O processo de padronização e o instituto do carona. In: OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. MARÇAL, Thaís. (Org.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021 ? Nova lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.JusPodvim: São Paulo, 2021, v. 1, p. 79-98.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a Lei 14.133/21. In: ELIAS, Aline de Oliveira. SILVA, Araune Cordeiro da. (Org.). Todas as respostas sobre a nova lei de licitações e contratos.. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2021, v. 1, p. 1-.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Comentários aos arts. 1º a 4º. In: POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, Márcio. ZOCKUN, Maurício. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada; Lei 14.133/21. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 25-37.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Algumas questões relevantes sobre os contratos administrativos na Nova Lei de Licitações. In: Cristiana Fortini Rafael Sérgio Lima de Oliveira Tatiana Camarão. (Org.). NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DESTAQUES IMPORTANTES LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 44-47.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Comentários ao artigos do 189. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano, Maurício Zockun. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 782-787.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; BRAGAGNOLI, R. L. . A ordem cronologica de pagamento na Lei 13.303/2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE). In: Gilberto Bernardino de Oliveira Filho; Nathalia Leone Marco. (Org.). A boa gestão pública e o novo direito administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas. 1ed.São Paulo: SGP, 2021, v. 1, p. 84-99.
15. VIANA, I. S. ; **STROPPA, Christianne de Carvalho** . LGPD: o que muda no controle da Administração Pública?. In: Rodrigo Pironti. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 239-258.
16. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O pagamento antecipado nos contratos administrativos. In: Maurício Zockun; Emerson Gabardo. (Org.). O direito administrativo do pós-crise. 1ed.Curitiba: Íthala, 2021, v. 1, p. 137-150.

17. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Pregão na lei N° 14.133/2021 ? Possibilidade de contratação de projetos e outros seviços de engenharia consultiva. In: Marcos Nóbrega Daniela Bonato B. Zambelli. (Org.). Novos rumos das licitações e contratos administrativos. 1ed.Osasco: Daniela Zambelli, 2021, v. 1, p. 64-78.
18. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O contrato de Facilities da Lei nº 14.011/2020. In: Gabriela Verona Pércio, Cristiana Fortini. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 243-252.
19. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; BONATTO, H. . A adoção do Building Information Modeling - BIM e sua repercussão nas obras públicas: um novo tempo. In: Aldem Johnton Barbosa ARaújo e Leonardo Saraiva. (Org.). Obras públicas e serviço de engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 29-52.
20. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Concessão da zonal azul: um exemplo prático da importância do controle pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. In: Diego Jacome Valois Tafur, Guilherme Jardim Jurksaitis, Rafael Hamze Issa. (Org.). Experiências Práticas em Concessões e PPP. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. II, p. 91-103.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Despesas Públicas. In: FAIM FILHO, Eurípides Gomes e SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. (Org.). Direito Financeiro e Direito Econômico: À luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 1ed.São Paulo: IPAM, 2020, v. 1, p. 151-159.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais. In: Augusto Dal Pozzo, Márcio Cammarosano. (Org.). As Implicações da Covid-19 no Direito Administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 563-586.
23. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Princípio da Moralidade Tarifária. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. ARRUDA, Carmen Silvia L. de. SCHWIND, Rafael Wallbach. ISSA, Rafael Hamze. (Org.). Direito em Tempos de Crise ? Covid-19. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 4, p. 1-.
24. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico. In: DAL POZZO, Augusto Neves. (Org.). O novo marco regulatório do saneamento básico. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 461-478.
25. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . As prerrogativas das MPES no Projeto de Lei 1.292/1995. Revista do IBEDAFT. 1ed.Salvador: Paginea, 2020, v. 1, p. 257-284.
26. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . A teoria da imprevisão na lei n. 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da COVID/-19. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Direitos em tempos de crise - COVID -19 Contratos Administrativos - Controle. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. IV, p. 51-60.
27. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Responsabilidade do Parecerista. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Rafael Hamze Issa e Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Lei de introdução às normas do direito brasileiro ? anotada. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. II, p. 0-.
28. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Instituto do ?Carona? (Adesão) no Sistema de Registro de Preços segundo Toshio Mukai. In: HIGA, Alberto Shinji e SOUZA JUNIOR, Arthur Bezerra de. (Org.). Temas atuais de direito público: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai.. 1ed.Paraná: Thoth, 2019, v. 1, p. 9-.
29. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; BORDIN, N. A. P. . Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Limites do controle da administração pública no Estado de direito. 1ed.Curitiba: Íthala, 2019, v. 1, p. 65-78.
30. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Hospital do Subúrbio (Salvador/BA) ? Primeira unidade hospitalar pública viabilizada por meio de Parceria Público-Privada. In: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano e BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro. (Org.). O Regime Jurídico nos hospitais. 1ed.São Paulo: Verbatim, 2019, v. 1, p. 21-40.
31. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; STROPPA, Y. M. C. E. S. . Suspensão preventiva de contratos administrativos sem observância dos princípios norteadores do Direito Sancionados ? O caso do Decreto nº 20.381/2018 do Município de São Bernardo do Campo. In: José Roberto Pimenta Oliveira. (Org.). Direito administrativo sancionador : estudos em homenagem ao professor emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2019, v. 1, p. 499-512.
32. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Revogação da Licitação na Lei das Estatais ? Lei nº 13.303/2016.. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Crise e reformas legislativas na agenda do Direito Administrativo XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 1, p. 47-57.
33. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella e NOHARA, Irene. (Org.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. III, p. 717-728.
34. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Fase externa da licitação nas Parcerias Público-Privadas: fase de saneamento. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim, Bruno Aurélio, André Luiz Freire. (Org.). Parcerias Público-Privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2014, v. 1, p. 225-241.
35. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Sistema de Registro de Preços no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). Regime Diferenciado de Contratações Públicas ? RDC (Lei nº 12.462/11; Decreto nº 7.581/11): aspectos fundamentais. 3ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 179-194.
36. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPES) e a Função Social da Licitação.. In: Celso Antonio Bandeira de Mello, Sérgio Ferraz, Silvio Luis Ferreira da Rocha, Amauri Feres Saad. (Org.). Direito Administrativo e Liberdade ? Estudos em Homenagem a Lúcia Valle Figueiredo. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2014, v. 1, p. 199-222.
37. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Jurídico das Empresas Estatais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 109-115.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; QUEIROZ, A. P. A. . Orçamento sigiloso na obtenção da proposta mais vantajosa. Solicita, 20 jan. 2023.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações públicas e o pagamento do auxílio-alimentação. Solicita, 19 out. 2022.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Processo de Contratação Direta na Lei nº 14.133/21. Observatório da nova lei de licitações, 19 ago. 2022.
4. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO** . A vedação à aquisição dos bens de luxo:difi culdades à vista. CONJUR, 11 ago. 2022.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Como ME/EPPs comprovam a situação financeira da empresa?. Solicita, 03 mar. 2022.
6. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Extinção unilateral do contrato pelo contratado. Revista do Advogado, São Paulo, p. 110 - 116, 01 mar. 2022.
7. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. A duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021: o que muda, por que muda e a polêmica em torno dos contratos de prestação/fornecimento. Solução em Licitações e contratos, São Paulo, p. 51 - 54, 01 mar. 2022.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Certame exclusivo sem três ME/EPPs deve continuar?. Solicita, 24 fev. 2022.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a lei 14.133/21. Solicita, 17 out. 2021.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos abertos ou incompletos: quando usá-los?.. Soliciita, 01 out. 2021.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Os 10 cuidados iniciais do fornecedor Para participar das contratações fundamentadas na Lei nº 14.133/2021. Solicita, 09 set. 2021.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS Quando usá-los?. Solicita, 07 jun. 2021.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; SOUSA, G. C. E. . Da negação à ousadia: o WhatsApp como ferramenta válida nas licitações públicas. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 37 - 40, 01 set. 2020.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. As prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas contratações públicas em face da covid-19. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 47 - 50, 01 jul. 2020.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MOREIRA, E. B. . O impacto da covid-19 nos concursos públicos. SAM ? Solução em Direito Administrativo e Municipal, São Paulo, p. 49 - 52, 01 jul. 2020.
16. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A preferência das microempresas e empresas de pequeno porte, em face do projeto de lei nº 1.292/1995. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 9 - 22, 21 dez. 2019.
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aproveitamento - a possibilidade da adoção do instituto do carona nos concursos públicos. Revista Colunistas de Direito do Estado,, São Paulo, 27 ago. 2018.
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A nova regulamentação do sistema de registro de preços ? decreto federal nº 7.892/2013. www.novo.licitacao.com.br, 04 fev. 2013.
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Ministro reforça impasse. Jornal Agência de Notícias, 28 ago. 2009.
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O impasse dos guinchos. Jornal Zero Hora, 21 jun. 2009.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reembolso da inspeção exclui quem não licenciou o carro. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 mar. 2009.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Justiça manda por placas nas ruas do rodízio. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 dez. 2008.

Apresentações de Trabalho

1. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
4. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. RDC COMO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O RDC É UM BOM REFERENCIAL PARA UM NOVO CÓDIGO DE LICITAÇÕES?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. TEMAS POLÊMICOS E ESTRATÉGIAS EM LICITAÇÕES. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. COMENTÁRIOS AS ALTERAÇÕES INSERIDAS NA LEI Nº 8.666/93 PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 495/10 2010 (Licitação).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONCURSO PÚBLICO 2010 (Licitação).
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES 2009 (Licitação).
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Extensão da Expressão 'Representante Legal' 2003 (Licitação).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de Registro de Preços. 2005.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnação, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003.

Processos ou técnicas

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Elementos de Direito Administrativo. 2001.

Trabalhos técnicos

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.. 2021.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.. 2021.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Integrante da Rede Governança Brasil - Comitê de Governança das Contratações.. 2021.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02 -. 2019.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I, no XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2018.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada por Werner Kraus Junior. 2017.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda,contratada pela Prefeitura Municipal da Estância de Praia Grande, Estado de São Paulo. 2016.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos. 2015.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda. contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo. 2014.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Parecer pelo Departamento nos Projetos de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pelo IPPLAN ? Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. 2014.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda. contratada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Contrato nº 006/2012). 2013.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010), para a prestação de serviços para realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros. 2010.

Demais tipos de produção técnica

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÕES PARA AS ESTATAIS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, curso de especialização em Direito Contratual. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, curso de especialização em Direito Administrativo. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SANÇÕES NAS LICITAÇÕES, curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
9.

STROPPA, Christianne de Carvalho. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso de Pós-Graduação especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PROCEDIMENTOS AUXILIARES À LICITAÇÃO, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL, no curso Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: LICITAÇÃO. ASPECTOS GERAIS. LEI Nº 14.133/2021, no curso de Especialização em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. DESFAZIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZAÇÃO E SANCIONAMENTO, no de Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Corrupção nas contratações públicas e os tribunais de contas, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei geral de licitações Lei n. 8.666/1993, no curso curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação II, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aspectos gerais do objeto da licitação, curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A fase preparatória das licitações na lei 14.133/2021: ETP, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo, curso de especialização em Direito do Estado. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
24. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
25. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Alteração dos contratos administrativos na nova lei de licitações, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Debatedora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo abordado o tema ?CONTROLE DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
28. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação no regime jurídico da estatais, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
29. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
30. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
31. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'. 2021. .
32. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aspectos Gerais do objeto da licitação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos,. 2021. .
33. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações, Esclarecimentos, Recursos e Respostas no Curso Online ?Pregão Eletrônico: Teórico E Prático. 2021. .
34. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Os Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso ONLINE sobra a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
35. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
36. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso In Company ?A Aplicação Da Nova Lei De Licitações E Contratações Nas Obras Públicas. 2021. .
37. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Sistema De Registro De Preços no Curso Online Sobre ?As Principais Mudanças Da Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
38. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
39. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. As Contratações Diretas e a Importância Dos Procedimentos Auxiliares no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
40. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
41. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica. 2021. .
42. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (fornecedor). 2021. .
43. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Planejamento De Contratação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
44. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
45.

STROPPA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Planejamento E Fiscalização De Compras Em Empresa Pública'. 2021. .

46. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
47. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
48. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
49. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
50. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
51. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
52. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Serviços em Geral, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
53. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
54. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
55. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Planejamento De Contratação, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
56. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E OS TRIBUNAIS DE CONTAS,curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
57. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
58. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO I, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
59. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
60. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO II, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
61. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO, especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
62. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
64. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO, Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
65. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações,Curso Premium ONLINE ?NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
66. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, no curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
67. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: PROCEDIMENTOS AUXILIARES,curso ONLINE de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
68. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
69. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTROLE DOS CONTRATOS ? Aula 21, curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
70. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
71. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. AS MODALIDADES DE LICITAÇÃO: O QUE MUDA? ? Aula 3, no curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
72. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO,curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
73. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO, curso de especialização em Direito do Estado,. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
74. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
75. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, do curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
76. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Relatora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, promovido pela Fundação Arcadas, tendo abordado o tema ?EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
77. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
78. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico?. 2021. .
79. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
80. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica?. 2021. .
81. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aspectos Gerais do objeto da licitação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
82.

STROPPA, Christianne de Carvalho. OS Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso Online sobra a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .

83. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
84. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades ?Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
85. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. As Contratações Diretas E A Importância Dos Procedimentos Auxiliares, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
86. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
87. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
88. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Planejamento De Contratação? no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
89. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
90. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Planejamento E Fiscalização De Compras Em Empresa Pública?. 2021. .
91. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
92. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
93. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
94. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
95. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
96. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor),. 2021. .
97. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Serviços em Geral?, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos'. 2021. .
98. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
99. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ?Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações?, no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
100. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Planejamento De Contratação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
101. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
102. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Servidores E Empregados Públicos: Regime Estatutário E Celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
103. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
104. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, curso de especialização em Direito Contratual. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
105. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação II, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
106. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Corrupção Nas Contratações Públicas E Os Tribunais De Contas, curso de Pós-Graduação Licitações e Contratações Públicas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
107. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
108. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor) ? ONLINE. 2020. .
109. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novo pregão eletrônico e a contratação emergencial sob a ótica da lei Nº 13.979/2020. 2020. .
110. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Pregão eletrônico e lei nº 13.979/2020. 2020. .
111. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
112. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
113. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Online pregão eletrônico (1ª parte). 2020. .
114. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Online pregão eletrônico (2ª parte). 2020. .
115. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Online gestão de contratos. 2020. .
116. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Concessões E Permissões, no curso de curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
117. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Desapropriação, urso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
118. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Lei Das Estatais (1ª Parte). 2020. .
119. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Lei Das Estatais (2ª Parte). 2020. .
120. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? Lei Nº 12.846/2013. 2020. .
121. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
122. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LEI DAS ESTATAIS (1ª PARTE). 2020. .
123. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? LEI Nº 12.846/2013?. 2020. .
124. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Bens públicos: classificação, regime jurídico, formas de aquisição e alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
125. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novo regime jurídico das empresas estatais: licitação,no de especialização em Direito do Estado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
126.

STROPPA, Christianne de Carvalho. Regimes especiais de contratações públicas : noções gerais, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

127. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I, curso de extensão em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
128. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Concessões e permissões, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
129. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Servidores e empregados públicos: regime estatutário e celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
130. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Convênio, consórcio e parceria público-privada, no curso de especialização em Direito Contratual,. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
131. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime diferenciado de contratações públicas e lei complementar nº 123/06, curso de especialização em Direito Público Municipal, na Disciplina Direito Administrativo ? Licitações e Contratos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
132. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
133. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ME, EPP, COOPERATIVA, MEI, EIRELLIs nas licitações públicas. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
134. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
135. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Classificação e Julgamento Das Propostas Comerciais Nas Licitações & Recursos Administrativos, Impugnações Ao Edital E Pedidos De Esclarecimentos. 2019. .
136. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei Das Estatais: Lei Nº 13.303/2016 Licitações e Contratos de Acordo com o Regulamento da SABESP. 2019. .
137. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
138. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema De Registro De Preços. 2019. .
139. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aspectos Jurídicos Da Licitação. 2019. .
140. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
141. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
142. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Bens Públicos: Classificação, Regime Jurídico, Formas De Aquisição E Alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
143. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, no curso de especialização em Direito Contratual. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
144. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Concessões E Permissões, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
145. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Parcerias Na Administração Pública, no 10º Curso de Pós-Graduação ?Lato Sensu? - Especialização em Direito Público. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
146. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Desapropriação, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
147. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB, promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
148. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
149. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
150. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
151. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novo decreto do pregão eletrônico ? DECRETO Nº 10.024/2019. 2019. .
152. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
153. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Atualização na lei de licitações e mudanças no pregão eletrônico. 2019. .
154. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
155. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
156. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Organização administrativa: panorama geral ? administração direta e administração indireta. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
157. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Exceções ao dever de licitar, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
158. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
159. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
160. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
161. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
162. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
163. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .
164. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de registro de preços e regime diferenciado de contratações públicas - RDC, curso de especialização em Direito Municipal da Escola Paulista de Direito. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
165. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Infração e sanção administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
166. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Responsabilidade Administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
167. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratações públicas : aspectos fundamentais, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
168. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Procedimentos da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
169. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Desapropriação, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

170. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Servidores e empregados Públicos, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
171. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O futuro da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
172. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
173. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
174. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
175. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Despesas, Curso Direito Financeiro e Econômico à luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 2018. .
176. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso 'PREPARATÓRIO PARA A OAB', promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
177. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos Das Estatais. 2018. .
178. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LINDB E Novidades Na Lei Das Estatais. 2018. .
179. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
180. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Leis das Estatais. 2017. .
181. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Agentes públicos: conceito. Classificação. Regime jurídico: estatutário e contratual, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
182. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Sindicância e processo administrativo, no curso de especialização em direito administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
183. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I no curso de extensão em Gestão Pública. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
184. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Atos administrativos e o princípio da confiança legítima,curso de especialização em Direito Público na Disciplina Temas Atuais de Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
185. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação: princípios e modalidades, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
186. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação: fases ? interna e externa. Edital, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
187. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Processo administrativo, no curso de especialização em direito Municipal. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
188. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie, no curso de especialização Direito Contratual. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
189. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso regime diferenciado de contratações públicas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
190. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
191. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Dase interna da licitação (pregão). 2017. .
192. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei das Estatais. 2017. .
193. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei das Estatais. 2017. .
194. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
195. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
196. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei das Estatais. 2017. .
197. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
198. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Leis das Estatais. 2017. .
199. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
200. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei de Responsabilidade das Estatais. 2017. .
201. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Processo de Contratação - Módulo II. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
202. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Entidades da Administração Pública Municipal. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
203. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
204. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
205. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
206. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
207. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
208. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
209. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
210. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
211. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
212. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
213. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado De Contratações Públicas. 2016. .
214. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Ato Administrativo no Município III. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
215. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
216. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
217. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
218. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos e Convênios Com a Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
219. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
220. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .

221. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
222. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
223. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Micro Empresas E Empresas De Pequeno Porte ? Alteração Da Lei Complementar Nº 123/2006 Pela Lei Complementar Nº 147/2014. 2015. .
224. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Treinamento De Gestão De Contratos Administrativos. 2015. .
225. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Fases, Procedimentos e Editais no curso de especialização em Direito Administrativo, promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão ? COGEAE. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
226. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
227. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
228. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
229. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
230. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
231. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
232. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação das Micros e Pequenas Empresas nas Licitações. 2015. .
233. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
234. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Parceria Público-Privada. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
235. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Organização Administrativa do Estado. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
236. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Concessões. 2015. .
237. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Responsabilidade Dos Membros De Comissões De Licitações. 2015. .
238. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
239. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
240. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PROCESS0 ADMINISTRATIVO NO TRIBUNAL DE CONTAS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
241. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
242. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. DESAPROPRIAÇÃO: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
243. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
244. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Poder Legislativo Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
245. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Novos Instrumentos De Realização Do Interesse Público ? OS, OSCIPS E ONG'S. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
246. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Ato Administrativo No Município I. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
247. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Ato Administrativo no Município II. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
248. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
249. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
250. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Fase Interna Da Licitação. 2014. .
251. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
252. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2014. .
253. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
254. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Fase Interna Da Licitação. 2014. .
255. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
256. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (19 de maio). 2014. (Reunião).
257. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (31 de março). 2014. (Reunião).
258. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (15 de maio). 2014. (Reunião).
259. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (13 de março). 2014. (Reunião).
260. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
261. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
262. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
263. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO II. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
264. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO I. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
265. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG?S?. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
266. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
267. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de agosto). 2013. (Reunião).
268. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (09 de setembro). 2013. (Reunião).
269.

STROPPA, Christianne de Carvalho. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (01 de outubro). 2013. (Reunião).

270. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de novembro). 2013. (Reunião).
271. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (04 de dezembro). 2013. (Reunião).
272. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
273. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. 2012. .
274. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG?S. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
275. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
276. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
277. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
278. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
279. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
280. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
281. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2012. .
282. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. .
283. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
284. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
285. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
286. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO (fornecedor). 2012. .
287. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2012. .
288. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2011. .
289. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS. 2011. .
290. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
291. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CLÁUSULAS EXTRAVAGANTES. 2011. .
292. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
293. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÃO, PREGÃO, CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. .
294. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. REQUISIÇÃO, LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SERVIDÃO E TOMBAMENTO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
295. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
296. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
297. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
298. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SANÇÕES PENAIS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
299. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. RESPONSABILIDADE CIVIL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
300. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
301. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .
302. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .
303. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
304. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .
305. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
306. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
307. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011. .
308. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .
309. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
310. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2011. .
311. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .
312. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO, PREGÃO E SANÇÕES. 2011. .
313. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .
314. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .
315. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .
316. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
317. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
318. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .
319. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .
320. ⭐ **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
321. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .

322. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
323. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
324. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de Registro de Preços. 2010. .
325. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos Administrativos. 2010. .
326. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
327. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
328. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
329. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratação Direta. 2010. .
330. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações, Pregão e MPE's. 2010. .
331. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2010. .
332. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SIMPÓSIO SOBRE EDITAIS. 2010. .
333. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2010. .
334. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2010. .
335. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
336. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
337. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
338. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG?S. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
339. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação, Pregão, Registro de Preços, Contratos e Convênios. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
340. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Pregão Presencial e Eletrônico. 2009. .
341. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratação Direta. 2009. .
342. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Pregão Presencial. 2009. .
343. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação para Gestor Público. 2009. .
344. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações e Recursos em Licitações. 2009. .
345. ⭐ **STROPPA, Christianne de Carvalho**. AGENTES E SERVIÇOS PÚBLICOS. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
346. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de Registro de Preços. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
347. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão de Contratos Administrativos. 2009. .
348. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Lei Complementar 123/06. 2008. .
349. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitação para Gestor Público. 2008. .
350. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão de Contratos Administrativos. 2008. .
351. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
352. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Dispensa e Inexigibilidade. 2008. .
353. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos Administrativos. 2008. .
354. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitações. 2008. .
355. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação e Pregão Presencial. 2008. .
356. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
357. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações e Recursos. 2008. .
358. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Prático de Licitações. 2008. .
359. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Pregão eletrônico. 2008. .
360. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
361. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
362. ⭐ **STROPPA, Christianne de Carvalho**. COMO POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DAS MPE'S NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS. 2008. (Manual desenvolvido para o MInistério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
363. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
364. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
365. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
366. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
367. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de Registro de Preços. 2006. .
368. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2006. .
369. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2005. .
370. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
371. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2005. .
372. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
373. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2005. .
374. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de Registro de Preços. 2005. .
375. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão de Contratos Administrativos. 2005. .
376. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Sistema de Registro de Preços. 2005. .
377. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2004. .
378. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
379. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2004. .

380. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2004. .
381. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Recursos Administrativos e Vias Judiciais. 2004. .
382. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
383. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratação Direta sem Licitação. 2004. .
384. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2004. .
385. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
386. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Técnicas de Elaboração de Análise de Editais. 2003. .
387. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. .
388. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
389. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
390. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
391. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
392. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. .
393. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
394. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
395. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
396. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
397. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Curso Prático de Licitações e Contratos. 2002. .
398. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Conceitos e Práticas Avançadas de Licitação. 2002. .
399. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão de Contratos Administrativos. 2002. .
400. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
401. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
402. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
403. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
404. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2002. .
405. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Técnicas de Elaboração de Editais. 2002. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
406. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações na prática. 1998. .
407. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações na prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/84. 1997. .
408. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações na Prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/94. 1997. .

Patentes e registros

Patente

A Confirmação do status de um pedido de patentes poderá ser solicitada à Diretoria de Patentes (DIRPA) por meio de uma Certidão de atos relativos aos processos

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Elementos de Direito Administrativo. 2001, Brasil.
   Patente: Outro. Número do registro: 274.578, título: "Elementos de Direito Administrativo" Concessão: 27/11/2002

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. CAMMAROSANO, M.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; SILVA, C. M. F. P. E.. Participação em banca de Gilvan Carneiro de Andrade Filho. A responsabilidade do agente público em face do artigo 37 £6º da Constituição federal : uma análise principiológica. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. CAMMAROSANO, M.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; PEREIRA, F. H. U.. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. O controle exercido pelo Tribunal de contas da União em matéria de contratações públicas e a Lei n. 14133/2021. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Qualificações de Mestrado

1. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, J. R. P.. Participação em banca de Felipe Miranda Ferrari Picolo. Prorrogação antecipada dos contratos de concessão de serviço público. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. ZOCKUN, M. G. P.; CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcela Volponi Xavier de Sá Santos. Procedimento administrativo para identificação de parcerias em oportunidades de negócio. 2022.

Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; PELEGRINI, M.. Participação em banca de Gabriela Duque Poggi de Carvalho. O controle dos contratos administrativos pelo tribunal de contas da união. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. OLIVEIRA, J. R. P.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. Efetividade dos direitos constitucionais no processo de controle das contratações públicas. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. CAMMAROSANO, M.; **STROPPA, Christianne de Carvalho**; CAMARA, J. S. D. A.. Participação em banca de Ana Cristina Fecuri. Lei geral de licitações. Falhas em projetos básicos e as alterações qualitativas em contratos de obras de infraestrutura. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Adriana Ramos Dos Santos. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Antonio Carlos Mingrone. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Néjela Cristina Pedro Targhetta. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paulo de Tarso augusto Junior. Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de aperfeiçoamento de Oficiais I) - Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Eduino Orione Borges.O processo licitatório da lei nº 13.303/2016 ? Lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; GROTTI, D. A. M.. Participação em banca de Victor Silveira Martins.Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira.Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Bibiana Helena Freitas Camargo.O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Isabela De Fátima Lhano.A Excessão Do Contrato Não Cumprido Pela Administração. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Sueli Lefort.Responsabilidade Do Estado Para Com Os Recém-Nascidos De Mães Usuárias De Drogas Ilícitas. 2011 - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Franciano Fabricio de Araujo.Eutanásia ? Quando A Morte É Um Passaporte Para A Liberdade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Juliana Dos Santos Melo.Concessão De Uso Especial Para Fins De Moradia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paola Piva Lorca.Projeto De Lei Complementar Nº 92/2007 E As Organizações Sociais - A Hipertrofia Da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Lucila De Almeida Magalhães Lobo.O Regime Democrático Nas Relações De Poder: Legalidade, Legitimidade E O Mercado Político. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcelo Geraldo da Silva.Licitações - Pregão. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de João Batista De Almeida Sobrinho.Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários E Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Nivia Cristina Fonseca.Direito Eleitoral. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Oswaldo Turina Junior.Controle de Constitucionalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ronaldo Rapini Barbosa.Lei De Improbidade Administrativa: Dos Atos Que Atentam Contra Os Princípios Da Administração Pública. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.

16. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Daniel Dias Peres.A Modalidade De Licitação Pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Vania Bernadete Maschi.Processo Legislativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Daniele Garavello Martinez.Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Carlos Eduardo Donadelli Grechi.O Equilíbrio Econômico-Financeiro Dos Contratos Administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Lílian Cristina Zocaratto.O Poder De Polícia Das Comissões De Especialistas Do MEC. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcos Antônio da Silva.Concurso Público: Aspectos Jurídicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; BITTAR, Marcelo Buczek; SANTOS, Aloísio dos. Participação em banca de Fernando.Agência Nacional de Saúde Suplemetar. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Cidade de São Paulo.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Comissão do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio ?Sergio de Andréa Ferreira, no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Julgamento de uma Concorrência Pública. 2000. Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL??, ?TALK SHOW? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2023. (Congresso).
2. 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A INDICAÇÃO DE MARCA E O PROCESSO DE VEDAÇÃO. 2023. (Congresso).
3. 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. PREGÃO E CONCORRÊNCIA NA NLL: FACES DA MESMA MOEDA?? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2022. (Congresso).
4. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2022. (Congresso).
5. 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS PRÁTICO-OPERACIONAIS NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES? e PALESTRA: O NOVO PERFIL DO COMPRADOR PÚBLICO. 2022. (Congresso).
6. II Congresso rondoniense de direito administrativo. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Congresso).
7. XXIII Congresso paranaense de direito administrativo. Extinção dos contratos administrativos. 2022. (Congresso).
8. XXXVI Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Congresso).
9. 1º Congresso brasileiro para pregoeiros e agentes públicos envolvidos em licitações e contratos. O papel dos agentes responsáveis pelo controle na NLLC. 2021. (Congresso).
10. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2021. (Congresso).
11. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.A FASE DE HABILITAÇÃO. PROCEDIMENTO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. 2021. (Outra).
12. Diálogo a nova lei de licitações e contratos, promovida pela Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ.A nova lei de licitações e contratos ? planejamento das contratações públicas e as novidades trazidas pela nova lei. 2021. (Seminário).
13. Evento Elas Na Licitação - BLL Compras.Contratação de facilities. 2021. (Seminário).
14. EVENTO - NOVA LEI DE LICITAÇÕES.MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO. 2021. (Outra).
15. Evento Nova Lei De Licitações, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA.Modalidades e Tipos de Licitação. 2021. (Seminário).
16. III Seminário De Governança E Gestão De Contratações No Poder Judiciário.Painel 2: Gestão de riscos e controle na nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
17. III SEMINÁRIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL 2: GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Seminário).

18. Live ? Conversando com o gestor - Escola de Contas do TCE/AL.Os tribunais de contas e os impasses mais identificados nos municípios. 2021. (Seminário).
19. Palestra no evento Nova lei de licitações - IBDA.Modalidades E Tipos De Licitação. 2021. (Outra).
20. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Concessão da zona azul: um exemplo prático da importância do controle externo. 2021. (Seminário).
21. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.CONCESSÃO DA ZONA AZUL: UM EXEMPLO PRÁTICO DA IMPORTÂNCIA DO CONTROLE EXTERNO. 2021. (Outra).
22. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2021. (Outra).
23. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI Nº 14.133/2021)?,. 2021. (Outra).
24. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Planejamento na administração pública (lei nº 14.133/2021). 2021. (Outra).
25. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Papel da assessoria jurídica nas contratações públicas. 2021. (Outra).
26. Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO. 2021. (Outra).
27. Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O órgão de assessoramento jurídico. 2021. (Outra).
28. palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.RECURSOS, IMPUGNÇÃO E ESCLARECIMENTOS. 2021. (Outra).
29. Palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.Recursos, impugnação e esclarecimentos. 2021. (Outra).
30. Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
31. Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo, Porto Alegre.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
32. palestra online promovida pela Negócios Públicos.CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS. 2021. (Outra).
33. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA JURISPRUDÊNCIA DO TCU. 2021. (Outra).
34. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Contratos abertos ou incompletos. 2021. (Outra).
35. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Os contratos administrativos na jurisprudência do TCU. 2021. (Outra).
36. Palestra online promovida pela OAB/BA.Pontos críticos da nova lei de licitações. 2021. (Outra).
37. Palestra online promovida Pela OAB/BA.?PONTOS CRÍTICOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
38. Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A FASE DE HABILITAÇÃO: O QUE MUDA? (Debate 7). 2021. (Outra).
39. Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A fase de habilitação: o que muda? (debate 7),. 2021. (Outra).
40. palestra ONLINE promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
41. Palestra online promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
42. Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.Discussão sobre a nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
43. Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.DISCUSSÃO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
44. Palestra online promovida pelo CONSAD/MG.Agente de contratação. 2021. (Outra).
45. Palestra online promovida pelo Portal L&C.ASPECTOS RELEVANTES SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO PL 4253/2020. 2021. (Outra).
46. Palestra online promovida pelo Portal L&C.Aspectos relevantes sobre contratos administrativos no PL 4253/2020. 2021. (Outra).
47. Palestra online realizada no evento A nova lei de licitações e contratos administrativos TRF4.A fase de habilitação. Procedimento e encerramento da licitação. Recursos administrativos. 2021. (Outra).
48. Palestra online realizada no evento DIÁLOGO ?A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ? PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVIDADES TRAZIDAS PELA NOVA LEI. 2021. (Outra).
49. SÉRIE DE LIVES ? CONVERSANDO COM O GESTOR.?OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS IMPASSES MAIS IDENTIFICADOS NOS MUNICÍPIOS. 2021. (Outra).
50. SIAUD-JUD Fórum permanente de auditoria do poder judiciário.Painel: desafios da nova lei de licitações e contratos. 2021. (Outra).
51. SIAUD-JUD FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA DO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL: DESAFIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Outra).
52. WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Prof. Marcus Alcantara), promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.mediadora e organizadora. 2021. (Seminário).
53. XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA ? AASP: Direito Administrativo e Inovação: crise e soluções. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Congresso).
54. 10º Encontro do Webinar: Adesão do Brasil ao GPA/OMC: Compras Governamentais e Reforma das Licitações.Debatedora - Reforma do sistema brasileiro de licitações e compras governamentais. 2020. (Encontro).
55. Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA/AASP. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Congresso).
56. CURSO 1º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA NO COMBATE À PANDEMIA, promovido na modalidade à distância pela 3R Capacita. 2020. (Seminário).
57. CURSO 2º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO ? A CONFIANÇA COMO BEM PÚBLICO NACIONAL. 2020. (Seminário).

58. CURSO COMPLETO ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DO CORONAVÍRUS, promovido na modalidade à distância por Ronny Charles Lopes de Torres. 2020. (Outra).
59. CURSO COMPLETO ? LEI DO CORONAVÍRUS (LEI 13.979/20), promovido na modalidade à distância pela CP Iuris. 2020. (Outra).
60. Desafios do direito público econômico no Brasil, proferida pelo Prof. Carlos Ari Sundfeld, transmitida pelo YOUTUBE, promovida pelo curso de Pós-Graduação em Direito Econômico e Regulatório do Instituto de Direito da PUC-Rio. 2020. (Outra).
61. Diálogos Sobre Contratação Publica Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil.Sustentabilidade E Contratação Pública No Brasil. 2020. (Outra).
62. Diálogos Sobre Contratação Publica Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil, Promovida Pela Associação Nacional Dos Procuradores Dos Estados E Do Distrito Federal.Sustentabilidade e Contratação Pública No Brasil. 2020. (Encontro).
63. Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
64. Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A REFORMA NOS MODELOS DE RELACIONAMENTO/EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ART. 37-A. 2020. (Outra).
65. Direito administrativo sancionador ? processo administrativo sancionador dos órgãos reguladores palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Seminário).
66. Direito em pauta: direito administrativo e o desafio dos princípios da lindb (ONLINE), promovido pelo IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Outra).
67. Evento - Direito Administrativo Na Visão Delas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA, com o apoio da UniBrasil, do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA) e da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PR.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
68. FACILITIES, promovido ONLINE pela InfraFM Centro-Oeste. 2020. (Outra).
69. I Congresso de Estudos em direito das licitações e contratos públicos. Estudos em direito das licitações e contratos públicos. 2020. (Congresso).
70. I Congresso Digital COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. 2020. (Congresso).
71. III Conferência dos Procuradores do Estado de Rondônia (ONLINE) - Administração pública em tempos de crise. 2020. (Simpósio).
72. Lei complementar 173: impactos nos municípios, promovido ONLINE pelo Curso de Especialização em Direito Municipal da FDRP-USP. 2020. (Outra).
73. Live - Conexão portal 14 - Solução de impasses no pregão: a visão delas Portal de Compras Públicas.Solução de impasses no pregão: a visão delas. 2020. (Outra).
74. Live - Estimativa de preços - IN73: repercussão no pregão. 2020. (Outra).
75. Live - IN 73/2020, promovido pela Negócios Públicos. 2020. (Outra).
76. O coronavírus e as obras públicas (ONLINE), promovido pela empresa Con Treinamentos. 2020. (Outra).
77. Palestra: Prestação de contas ? nova regulamentação da IN ? TCU 84/2020 (ONLINE), promovida pela Escola Superior do TCU. 2020. (Outra).
78. Palestra (ONLINE) - Licitação sustentável promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. 2020. (Outra).
79. Palestra - Direito administrativo sancionador ? desafios e perspectivas no direito administrativo sancionador palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
80. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IADA ? Instituto Amazonense de Direito Administrativo.- Os tribunais de contas e o controle da legitimidade dos atos administrativos. 2020. (Outra).
81. Palestra ONLINE (Instagran) promovida pelo escritório Pironti Advogados.A importância da igualdade de gênero nos eventos e participações institucionais. 2020. (Outra).
82. Palestra ONLINE (Instagran) promovida pelo IDAMS ? Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul.- As novidades do pregão eletrônico ? decreto federal nº 10.024/2019. 2020. (Outra).
83. Palestra ONLINE em Comemoração aos 18 anos da modalidade de licitação pregão ? Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2020.A modalidade pregão na lei das estatais. 2020. (Outra).
84. Palestra ONLINE Promovida Pela Universidade Municipal De São Caetano Do Sul ? USCS.Contratações Públicas E A Covid-19. 2020. (Outra).
85. palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP.CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Outra).
86. Palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP., palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção. 2020. (Outra).
87. Palestra Online Promovida Pelo Grupo Direito E Corrupção Da PUC-SP.Contratações Públicas. 2020. (Outra).
88. Palestra ONLINE promovida pelo Núcleo Discente de Direito Administrativo ? NUDDA da Universidade Federal do Paraná - UFPR.A atuação do controle externo em meio à pandemia. 2020. (Outra).
89. Palestra ONLINE promovida pelo Portal Licitações Municipais.Prerrogativas das MPEs nas licitações públicas. 2020. (Outra).
90. Palestra ONLINE - Requisições administrativas durante a pandemia promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU/MG. 2020. (Outra).
91. Palestra promovida pela empresa Conceito.A Visão Do Tribunal De Contas Sobre A Nova Lei De Licitações. 2020. (Outra).
92. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Contratações públicas e o coronavírus. 2020. (Seminário).
93. Reequilíbrio econômico-financeiro: desafios e perspectivas palestram transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
94. Reforma administrativa na visão delas.A Reforma nos modelos de relacionamento/execução das atividades administrativas art 37-A. 2020. (Outra).
95. Seminário: Atualidade Das Contratações Públicas - Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU.Atualidade Das Contratações Públicas. 2020. (Seminário).
96. Simpósio: aspectos controversos da declaração de direitos de liberdade econômica ? MP 881/2019, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2020. (Simpósio).

97. Teoria da imprevisão nos contratos administrativos palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
98. Terceirização e responsabilidade dos agentes públicos em tempos de pandemia palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU da 3ª Região. 2020. (Outra).
99. V Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. 2020. (Congresso).
100. Webinar: A experiência do decreto 10.024/2019 e os desafios do pregão eletrônico, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
101. Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.3030/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli).Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.3030/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais. 2020. (Seminário).
102. Webinar: como elaborar um termo de referência com excelência, promovido pela Multiplica Conhecimento. 2020. (Outra).
103. WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.mediadora e organizadora. 2020. (Seminário).
104. Webinar: governança e planejamento nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
105. Webinar: o controle das contratações públicas em tempos de pandemia, promovido pelo Portal L&C.Debatedora - o controle das contratações públicas em tempos de pandemia. 2020. (Seminário).
106. Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC.Organizadora. 2020. (Seminário).
107. Webinar: pesquisa de preços nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
108. Webinar: Planilha de custos de serviços terceirizados, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
109. Webinário Letaci : Regulação Do Setor De Saneamento Básico Em Tempos De COVID-19, promovido pelo Laboratório de Estudos Institucionais ? LETACI, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ. 2020. (Seminário).
110. Webpalestra - Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas- IADA.Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas. 2020. (Outra).
111. Webseminário ? Contratos Administrativos De Terceirização.Debatedora Contratos Administrativos De Terceirização , promovido pela ESA OAB-RJ ? Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro. 2020. (Seminário).
112. Webseminário ? Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PL 2139/20 Do Senado Federall.Debatedora - Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O Pl 2139/20 Do Senado Federal?, promovido pelo Grupo de Estudos ? O Direito em Tempos de Covid-19, do IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Seminário).
113. XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O COMPLIANCE NOS PODERES PÚBLICOS. 2020. (Congresso).
114. XXXIV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. O Compliance Nos Poderes Públicos. 2020. (Congresso).
115. Café com Mediação.A Consensualidade Na Administração Pública Como Instrumento De Economia E Eficiência E A Importância Dos Órgãos De Controle. 2019. (Encontro).
116. Compreendendo Os Dispute Boards.Mediadora. 2019. (Outra).
117. Conferência: Sistema De Controle Externo No Estado Democrático De Direito?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2019. (Simpósio).
118. Desafio Da Política De Integridade Nas Empresas Públicas.Mediadora. 2019. (Outra).
119. I Jornada De Direito Administrativo.Professora Especialista - Comissão 1 ? Regime Jurídico Administrativo, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. 2019. (Outra).
120. Palestra no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública, pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
121. Palestra promovida no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública.O direito administrativo sancionador no âmbito do controle interno e externo. 2019. (Outra).
122. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Fórum Discussão De Licitações. 2019. (Outra).
123. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
124. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A nova lei de licitações ? PL Nº 1.292/1995. 2019. (Outra).
125. Palestra promovida pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.PAINEL ? Nova Lei De Licitações. 2019. (Outra).
126. Palestra promovida por RHS Licitações, para a empresa Roche Diagnóstica Brasil.Licitações Públicas ? Novidades (Lei Anti Trust). 2019. (Outra).
127. Seminário: Boas Práticas De Auditoria Dos Tribunais De Contas Do Brasil ? Análise De Dados: A Inteligência Artificial A Favor Dos Tribunais De Contas. 2019. (Seminário).
128. Seminário IASP e ABRADADE.Presidente de Mesa - O processo administrativo e a participação do administrado na formação das decisões administrativas. 2019. (Seminário).
129. XVII Semana Jurídica ? TCESP.Possível alterações na lei de licitações. 2019. (Outra).
130. XXXIII Congresso brasileiro de direito administrativo - IBDA. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02. 2019. (Congresso).
131. Curso internacional: estruturação, implementação e gestão de projetos de infraestrutura, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2018. (Outra).
132. Debate promovido por RHS Licitações, para a SABESP ? Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.Debatedora - Discussão Sobre Dúvidas Acerca Da Lei Das Estatais. 2018. (Outra).
133. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.Painel 1: Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Seminário).
134. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.palestrante, promovido pela Escola Pública de Trânsito ? EPT do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo. 2018. (Seminário).
135. Oficina Sobre a Lei 13.655/18.Lei 13.655/18. 2018. (Oficina).

136. Palestra promovida na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.A Importância Do Compliance Na Contratação Das MPEs. 2018. (Outra).
137. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Pregão, Contratos, Lei Anticorrupção E Novidades. 2018. (Outra).
138. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
139. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Compatibilização Das Políticas Públicas Na Licitação. 2018. (Outra).
140. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
141. Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE), promovido na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Correa ? Escola Superior do Tribunal de Contas da União.Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE). 2018. (Seminário).
142. Seminário - Diálogo público discussão do projeto de lei nº 7448/2017 ? altera a lei de introdução às normas do direito brasileiro e inui disposições sobre segurança e eficiência na criação e na aplicação do direito público. 2018. (Seminário).
143. Seminário Impacto Da Lei 13.655/18, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales.Seminário Impacto Da Lei 13.655/18. 2018. (Seminário).
144. Seminário internacional: 30 anos da Constituição de 1988?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2018. (Seminário).
145. Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões.Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões. 2018. (Outra).
146. XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I. 2018. (Congresso).
147. Conferências em Direito Público em Homenagem à Professora Dra. Maria Garcia: Questões Contemporâneas em Direito Constitucional e em Direito Administrativo. 2017. (Outra).
148. Conferência sobre governança e planejamento estratégico em tribunais de contas. 2017. (Outra).
149. Curso para gestores públicos em parceiras público-privadas e concessões. 2017. (Outra).
150. II Ciclo de Palestras - Tribunal de Contas do Município de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.A lei das estatais (lei federal nº 13.303/2016) e o controle: o que muda na atuação e no controle das empresas estatais. 2017. (Outra).
151. I Seminário de Direito Administrativo.Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Seminário).
152. Palestra IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo, Grupo Público da FGV Direito ? SP e SBDP ? Sociedade Brasileira de Direito Público.Direito administrativo e política na prevenção da corrupção. 2017. (Outra).
153. Palestra para Eurofarma.Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Outra).
154. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Outra).
155. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
156. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A Fase Interna Do Processo Licitatório No Regime Diferenciado De Contratações Públicas: Novidades. 2017. (Outra).
157. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
158. Simpósio de direito administrativo em homenagem ao professor dr. Márcio Cammarosano. 2017. (Simpósio).
159. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO,. Membro da Comissão de Concursos de artigos Jurídicos. 2017. (Congresso).
160. Ciclo De Palestras O Novo CPC e o Processo Administrativo Perante Os Tribunais De Contas, Promovido Pelo Tribunal De Contas Do Município De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Outra).
161. Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010). atuando especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Intern. 2016. (Congresso).
162. Debate sobre o Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013.Debatedor no Debate sobre o ?Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013?, a fim de debater e propor sugestões, promovido pela Comissão de Estudos da Lei de Licitações, instituída pelo Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. 2016. (Outra).
163. Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016, Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016. 2016. (Outra).
164. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Seminário).
165. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Outra).
166. Palestra - Novo Estatuto Das Empresas Estatais E Sociedade De Propósito Específico Nas Licitações E Contratos Administrativos, Palestras Proferidas Na XIV Semana Jurídica ? TCESP, promovida Pelo Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. 2016. (Outra).
167.

Palestra Novo Sistema De Jurisprudência Do TCMSP, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).

168. Palestra O Papel Estratégico Da Comunicação Social No Controle Externo, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).

169. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem normativa das parcerias em Saúde. 2016. (Outra).

170. Seminário 'Revisão do marco legal de licitações e contratações públicas no Brasil', pela APDA - Associação Paulista de Direito Administrativo e pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo.A Revisão Na Legislação De Licitações E Contratações Públicas: O Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013. 2016. (Seminário).

171. Seminário A Constitucionalização Do Direito Administrativo E Seu Reflexo Nas Licitações E Contratos Administrativos, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo,. 2016. (Seminário).

172. Seminário A Nova Lei De Responsabilidade Das Estatais, promovido Pela Elo Consultoria Empresarial E Produção De Eventos. 2016. (Seminário).

173. Seminário Concessão E Parcerias Público-Privadas, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Seminário).

174. Seminário O Novo CPC e o Processo Administrativo, Promovido Pelo IASP ? Instituto Dos Advogados De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Seminário).

175. Seminário Securitização De Dívida Ativa, promovido pela Inova Seminários. 2016. (Seminário).

176. Workshop Lei Anticorrupção 'Regras Para O Setor Público E Privado', Promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).

177. XXX Congresso Brasileiro De Direito Administrativo - promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. 2016. (Congresso).

178. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).

179. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura de Catanduva.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).

180. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura Municipal de Curitiba e Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná - HEMEPAR.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).

181. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - UNICAMP.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).

182. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Universidade Estadual de Londrina - UEL.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).

183. 42º Congresso Brasileiro de Analises Clínicas - SBAC. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).

184. IV Congresso Paulista De Direito Administrativo: Controle, Infração E Sanção No Direito Administrativo - Homenagem Ao Professor Geraldo Ataliba. Controle das Parcerias na Administração Pública ? Oss e OSCIPs. 2015. (Congresso).

185. Licitações e Contratos - Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Licitações e Contratos. 2015. (Seminário).

186. RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo - conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo. 2015. (Seminário).

187. Seminário - Contratos de Gestão de Saúde: Visão Atual e Perspectivas.Debatedor - Aspectos Jurídicos dos Contratos de Gestão ? Legislação Vigente. 2015. (Seminário).

188. Aspectos Relevantes sobre o RDC.Aspectos Relevantes sobre o RDC. 2014. (Outra).

189. Palestrante - Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte.Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. 2014. (Outra).

190. Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113, para o Grupo CCR.Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113. 2014. (Seminário).

191. Temas Relevantes sobre o RDC, para o Grupo CCR.Temas Relevantes sobre o RDC. 2014. (Seminário).

192. 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Debatedor - Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). 2013. (Congresso).

193. 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Mediadora - Parcerias público-privadas (PPPs). 2013. (Congresso).

194. O RDC (Regime Diferenciado De Contratações Públicas).LICITAÇÃO ? INTRODUÇÃO ATÉ O INSTITUTO DO RDC. 2013. (Outra).

195. XIX Seminário de Atualização de Normas e Controle Externo.SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Seminário).

196. XXVII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2013. (Congresso).

197. Fase Interna Da Licitação.FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. 2012. (Outra).

198. Jornada de Direito Administrativo.PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO RDC. 2012. (Outra).

199. Pregão Eletrônico.Pregão Eletrônico. 2012. (Outra).

200. Sistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional.SSistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. 2012. (Encontro).

201. XII Seminário Internacional De Compras Governamentais.RDC Como Garantir A Participação Dos Pequenos Negócios. 2012. (Seminário).

202. IV Fomenta Nacional 2011.O RDC é Um Bom Referencial Para Um Novo Código De Licitações?. 2011. (Outra).

203. Jornada De Estudos - NDJ, Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).

204. Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações.Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. 2011. (Encontro).

205. Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).

206. Seminário promovido pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.Presidente da Mesa - O Novo Marco Legal Das Empresas Estatais: O Que Muda Com A Lei Federal Nº 13.303/2016. 2011. (Seminário).

207. XXV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2011. (Congresso).

208. 10º Fórum de Debates Sobre as Compras Governamentais & 1ª Mostra de Produtos Sustentáveis.LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2010. (Outra).

209. Congresso Internacional De Contratações Públicas Sustentáveis. 2010. (Congresso).

210. LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S.LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S. 2010. (Encontro).
211. Sanções Administrativas.Sanções Administrativas. 2010. (Encontro).
212. Curso de Atualização em Direito Administrativo.Sistema de Registro de Preços. 2009. (Outra).
213. Curso de Licitação Sustentável. 2009. (Seminário).
214. V Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle dos Atos Administrativos.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. 2009. (Simpósio).
215. Fomenta - Encontro de Oportunidades Para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais.Temas Polêmicos e Estratégias em Licitações. 2008. (Encontro).
216. Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações.Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações. 2008. (Encontro).
217. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações.Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações. 2008. (Outra).
218. Licitações e Contratos Administrativos.Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Outra).
219. Seminário Nacional de Direito Público.Aspectos Controvertidos do Mandado de Segurança. 2007. (Seminário).
220. 7º Seminário Internacional de Compras Governamentais.Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Seminário).
221. Curso Anual de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
222. Congresso Brasileiro de Direito Público. 2003. (Congresso).
223. III Congresso Brasileiro de Direito do Estado. 2003. (Congresso).
224. V Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2003. (Simpósio).
225. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Simpósio).
226. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
227. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
228. XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2001. (Congresso).
229. I Congresso Brasileiro de Direito Público. 2000. (Congresso).
230. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
231. As Transformações Recentes do Direito Administrativo. 1999. (Seminário).
232. III Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
233. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
234. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
235. A Nova Organização Administrativa. 1998. (Seminário).
236. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornadas de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
237. Nova Lei Ambiental. 1998. (Seminário).
238. Comissão de Licitação - Tudo que os membros devem saber. 1996. (Seminário).
239. Atualização em Licitações. 1995. (Seminário).
240. Servidores Públicos e Reforma Constitucional. 1995. (Seminário).
241. A Nova Lei de Licitações. 1994. (Seminário).
242. VIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1994. (Congresso).
243. III Congresso Internacional de Direito Administrativo. 1993. (Congresso).
244. O Novo Estatuto das Licitações. 1993. (Seminário).
245. Perspectivas do Direito para o Terceiro Milênio. 1993. (Simpósio).
246. Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos. 1993. (Simpósio).
247. XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1993. (Congresso).
248. Contratos Administrativos. 1992. (Simpósio).
249. Encontro Nacional de Valorização da Advocacia Pública. 1992. (Encontro).
250. Licitações. 1992. (Simpósio).
251. Treinamento, Prática das Licitações e Casuísmo. 1992. (Simpósio).
252. Direito Administrativo. 1991. (Seminário).
253. O Processo Penal na Nova Constituição Federal. 1991. (Seminário).
254. Servidores Públicos e o Regime Único. 1991. (Seminário).
255. Temas de Direito Constitucional. 1991. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Webinar: ETP E TR Na Nova Lei De Licitações? (Prof. Marcus Alcantara). 2021. (Outro).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC. 2020. (Outro).
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.3030/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli). 2020. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Adriane da Silva Martins. Participação Popular na Administração Pública. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
2. Carlos Eduardo N Montresol. Os meios de utilização de bens públicos pelos administrados. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
3. Eduardo Lins Zorzi. Infrações de Trânsito. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
4. Elton E Fernandes. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
5. Frank Adriane G de Assis. Validade do Ato Administrativo. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
6. Jennifer Gonzales Lopes. Lei de Responsabilidade Fiscal e sua palicação. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
7. João Batista de A Sobrinho. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
8. Marcelo Geraldo da Silva. Licitações. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Paulo de Tarso Augusto Junior. LICITAÇÃO INTERNACIONAL: APLICABILIDADE EFETIVA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Jorge Alberto Pupin. Processo Administrativo Disciplinar - Questionamento sobre o princípio da atipicidade. 2004. 83 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Ana Luiza Lazzarini. Estágio Probatório. 2004. 82 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Karina Claudia Sodré De Aquino. Controle Judicial Dos Atos Administrativos Praticados No Exercício De Competência Discricionária: Limites E Possibilidades. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Aline Emi Akiyoshi. Implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal na Lei de Licitações. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
4. Daniela Hidemi Bando. O Poder de Polícia do Banco Central no Controle de Divisas e do Câmbio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
5. Juliana Marinho de Andrade. Título do trabalho Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós-Consumo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
6. Raphael Bittar Arruda. A inconstitucionalidade da Lei Anticorrupção: A responsabilização objetiva das pessoas jurídicas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
7. Sarah Ladeira Lucas. A Inaplicabilidade Dos Limites De Modificação Contratual Previstos Na Lei Federal N.º 8.666/93 Aos Contratos De Concessão Comum. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
8. Stephanie Pereira Ribeiro. Título do trabalho A Prestação De Serviços Públicos À Luz Do Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
9. Thalissa Nayara de Lima Terçariol. Título do trabalho Agências reguladoras e os limites do poder regulamentar: o exemplo da ANCINE. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
10. Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
11. Victor Silveira Martins. Título do trabalho Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
12. Mariana Aquino Neves Coelho Silva. Os Limites Do Exercício Do Poder De Polícia Nas Atribuições Da Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
13. Tatiana F. Mendes. Consórcios Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
14. Felipe Akio De Souza Hirata. Súmula Vinculante Nº 13 ? Nepotismo Cruzado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
15.

Mariana Salinas Serrano. Inaplicabilidade Do Instituto Do Perdão Tácito Aos Empregados Da Administração Pública?,. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

16. Caio Teixeira de Carvalho. ALCANCE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FIGURA COMO CONSUMIDORA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
17. Eduardo Pimenta de Melo. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA COMO FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
18. Fernando Mollica Bedaque. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO: INSTRUMENTO JURÍDICO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
19. Joel Vilhete D?alva Teixeira. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
20. Luiza Andrade Correa. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.079/2004 (LEI DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
21. Mariana Landini Dias de Lima Carvalho. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
22. Marina Negro Capeto. FINANCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
23. Paula Maria Vieira Coelho. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
24. Pedro Ivo Vieira Silva. A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO VERDADEIROS AXIOMA DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
25. Raphael Molina. AS INOVAÇÕES EM DIREITO ADMINISTRATIVO NA UNIÃO EUROPÉIA E O QUE PODE SER TRAZIDO AO BRASIL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
26. Robson Ramos da Silva. O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPE?S E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ? UMA FORMA DE ISONOMIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
27. Tarsila Martinho Antunes de Carvalho. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
28. Thiago Maprelian. DESAPROPRIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, UMA LEITURA CONSTITUCIONAL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
29. Paola Piva Lorca. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2007 E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ? A Hipertrofia da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
30. Vanessa Emi Yamane. O DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO SOB A LUZ CONSTITUCIONAL. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
31. Lucila de Almeida Magalhães Lobo. O REGIME DEMOCRÁTICO NAS RELAÇÕES DE PODER: LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E O MERCADO POLÍTICO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
32. Olivio Albino Cantao. IMISSÃO NA POSSE DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
33. Maria Fernanda Politi Braha. A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO E USUCAPIÃO DISFARÇADA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
34. Ana Braga Nobre Correia. O DIREITO URBANÍSTICO E AS PESSOAS PORTADORTAS DE DEFICIÊNCIA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
35. Carolina Santo Pacini. A LICITAÇÃO E A PROPOSTA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC DE INVERSÃO DAS FASES DA LEI Nº 8666/93. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
36. Giovanna MAra Garcia Bello. AGÊNCIAS REGULADORAS - PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 333/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
37. Gabriel Turra Rizaffi. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
38. Marcelo Geraldo da Silva. LICITAÇÕES - PREGÃO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
39. Marcelo Ristow. DESVIO DE FINALIDADE EM LICITAÇÕES. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
40.

Luiz Ricardo Madeira Moreira Salata. SERVIDORES PÚBLICOS E EMPREGADOS E A IMPOSSIBILIDADE DA ESTABILIDADE AO OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO CONTRATADO SOB A ÉGIDE DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

41. Anna Paula Nogueira. PERFIL CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 8º DA LEI 11.079/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

42. João Batista de Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários e Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

43. Daniel Peres. A Licitação na Modalidade Pregão. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

44. Cássio Daniel Viana. O Sistema de Registro de Preços como alternativa para a Administração Pública. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

45. Juliana Grangeiro Pereira. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

46. Renato Gagliardi Sabo. Parcerias Público-Privadas. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

47. Ronaldo Rapini Barbosa. Improbidade Administrativa. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

48. Cintia Helena dos Santos. Desapropriação. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

49. Cristiane dos Santos. Poder Normativo das Agências Reguladoras. 2004. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

50. Marcos Antônio da Silva. Concurso Público - Aspectos Jurídicos. 2003. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

51. Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

52. Carlos Eduzrdo Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2003. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

53. Lilian Cristina Zocarato. O Poder de Polícia das Comissões de Especialistas do MEC. 2003. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 27/07/2023 às 20:29:07



Tatiana Martins da Costa Camarão

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6430077006221554
ID Lattes: **6430077006221554**
Última atualização do currículo em 21/05/2024

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA e Professora da Pós-Graduação da PUC/MG. Palestrante e coautora dos livros Licitações e contratos: aspectos relevantes (2. ed. Belo Horizonte: Fórum. 2008). Termo de Referência (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014), Processo Administrativo: Comentários à Lei n 9.784/99 (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009) e Manual prático do pregão (Belo Horizonte: Mandamentos, 2006). COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS V.01 e V.02. (Belo Horizonte:Fórum,2022). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitação, servidor público, direito administrativo e processo administrativo. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Tatiana Martins da Costa Camarão

Nome em citações bibliográficas

CAMARAO, T. M. C.

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/6430077006221554

Endereço

Formação acadêmica/titulação

1995 - 1997

Mestrado em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Título: Sistema de Registro de Preços, Ano de Obtenção: 2002.
Orientador: Pedro Paulo de Almeida Dutra.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

1989 - 1993

Graduação em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Formação Complementar

2021 - 2021

Webinar - Proteção de Dados Pessoais no TJMG. (Carga horária: 1h).
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, EJEF, Brasil.

2021 - 2021

Introdução à Aprendizagem em Gestão de Riscos. (Carga horária: 6h).
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, EJEF, Brasil.

2021 - 2021

LGPD e o Compliance Penal. (Carga horária: 24h).
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, EJEF, Brasil.

2020 - 2020

I Jornada de Direito Administrativo Comissão 4 - Licitações, Contratos ADM. (Carga horária: 12h).
Centro de Estudos Judiciarios, CEJ, Portugal.

2020 - 2020

Curso Código de Conduta do TJMG - Programa de Integridade. (Carga horária: 4h).
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, EJEF, Brasil.

2020 - 2020

Programa de Compliance e Proteçãqo de Dados. (Carga horária: 4h).
OPICE BLUM ACADEMY, OPICE BLUM ACADE, Brasil.

2020 - 2020

LGPD aplicada a contratos. (Carga horária: 4h).
OPICE BLUM ACADEMY, OPICE BLUM ACADE, Brasil.

2019 - 2019

Compliance. (Carga horária: 30h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2019 - 2019

13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substituto. (Carga horária: 4h).
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, EJEF, Brasil.

2015 - 2015

Encontro Internacional para Desenvolvimento da Educação Fiscal. (Carga horária: 32h).
EUROSOCIAL, EUROSOCIAL, Brasil.

Atuação Profissional

Qualificare Consultoria, Assessoria, Treinamento Ltda, QCAT, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Sócia, Enquadramento Funcional: Sócia

Escola Superior de Advocacia de OAB/MG, OAB-ESA, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenadora dos Cursos de Direito Público

Outras informações

Na área de Direito Administrativo.

Instituto de Ensino Superior de João Monlevade, IES, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professora - Pós Graduação

Atividades

03/2006 - 08/2007

Ensino, direito e Administração pública, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Licitações e Contratos

06/2005 - 12/2005

Ensino, Processo Administrativo, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Processo Administrativo

Centro Universitário UNA, UNA, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2017

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 20

Atividades

08/2008 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

08/2005 - Atual

Direção e administração, Coordenação.

Cargo ou função
Coordenadora da Atividade Complementar e da Oficina Júridica do Centro Universitario.

Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais, OGEMG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006

Vínculo: Assessora Jurídica II, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica II

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Arcos, PUC-MG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professora - Pós Graduação

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Unidade BH, PUC-MG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professora - Pós Graduação

Fundação Superior de Passos, FSP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professora - Pós Graduação

Outras informações

CURSO DE POS-GRADUAÇÃO ?LATO SENSU? EM DIREITO DIREITO ADMINISTRATIVO.

Fundação Ezequiel Dias, FUNED, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2004

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Procuradora

Vínculo institucional

2000 - 2001

Vínculo: Consultoria, Enquadramento Funcional: assessoria jurídica

Atividades

01/2003 - 02/2004

Direção e administração, Procuradoria.

Cargo ou função
Cargo administrativo.

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerias, UTRAMIG, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2003

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Consultoria Jurídica, Carga horária: 5

Faculdade Metodista Izabela Hendrix, FMIH, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2007

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 6

Atividades

09/2003 - 12/2007

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Instituto de Direito Municipal, IDM, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2002

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: 20

Escola Superior do Ministério Público, ESMP, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2006

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: professora, Carga horária: 20

Atividades

11/2001 - Atual

Ensino, Direito Público, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Licitação e Contratos Administrativos

Secretaria de Desenvolvimentos Urbano, SEDU, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - 2000

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisadora

Outras informações

Pesquisadora que resultaram na legislação inerente à formação e ao funcionamento de Consórcios Municipais.

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1998

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 20

Atividades

01/2005 - 06/2005

Ensino, Administração Pública, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Processualidade Administrativa

Escritório Advocacia Vale Martins, EAVM, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 2003

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Advogada, Carga horária: 20

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, SES-MG, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1999

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica, Carga

horária: 30

Outras informações

Realizou trabalhos financiados pelo BIRD e BID.

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1997

Vínculo: Contratada, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica, Carga horária: 30

Tribunal de justiça de Minas Gerais, TJMG, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora da Presidência, Regime: Dedicação exclusiva.

Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD BRASIL, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Professora no Módulo VIII, Enquadramento Funcional: Professora no Módulo VIII, Carga horária: 2

Outras informações

Atuou como Professora no Módulo VIII do Curso Modular em Laboratório de Inovação, Centro de Inteligência e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ? PNUD e Conselho Nacional de Justiça ? CNJ em parceria com a Associação Paranaense de Juízes Federais ? APAJUFE e o Conselho da Justiça Federal ? CJF, na modalidade a distância, no período de 19 de maio a 23 de junho de 2021, perfazendo o total de 2 (duas) horas/aula

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2021

Pioneirismo ao Criar Programa de Integridade do Poder Judiciário, Tribunal de Justiça Militar do Minas Gerais - Tribunal do Estado Democrático de Direito.

2019

Colar Mulheres da Inconfidência Mineira, Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira.

2018

Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Piauí, Tribunal de Contas do Piauí.

2016

Menção Honrosa no Projeto Colaborativo Noções de Educação Fiscal, Centro Universitário UNA - Ânima Educação.

2015

Comenda Direito e Cidadania, Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1993

Oradora da turma de formandos de Direito, UFMG.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

CAMARAO, T. M. C.; PEREIRA, M. F. P. C. . A Inexibilidade de licitação para a contratação de serviços jurídicos à luz da Nova Lei de Licitações. SLC - Solução em Licitações e Contratos, v. 39, p. 77-80, 2021.

2.

CAMARAO, T. M. C.. Estudo Técnico Preliminar: arquitetura, conteúdo, obrigatoriedade e a previsão no PL 1292/95. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1-1, 2020.

3.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, C. . A busca por procedimentos mais singelos na tradicional dispensa de emergência:

aprendizados do COVID-19.. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

4.

CAMARAO, T. M. C.; DOMINGUES, J. . Medida Provisória: 951 ? reflexões sobre a adoção da dispensa de licitação para registro de preços pelos municípios.. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

5.

CAMARAO, T. M. C.; LINHARES, C. P. . Os impactos da pandemia do COVID-19 nas contatações públicas: a hora e a vez da mediação.. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

6.

CAMARAO, T. M. C.. Os impactos da pandemia do COVID-19 nas contatações públicas: a hora e a vez da mediação? citado na matéria Artigo discute a mediação como alternativa para apaziguar impactos da COVID-19 nas contatações públicas,. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

7.

CAMARAO, T. M. C.. O PL nº 1292/95 e a importância do planejamento das contratações. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 1, p. 1-1, 2019.

8.

CAMARAO, T. M. C.. Alguns Apontamentos sobre Pregão Presencial e Eletrônico. Boletim de Licitações e Contratos, v. 5, p. 462-466, 2006.

9.

CAMARAO, T. M. C.. Aspectos Relevantes do Pregão. Fórum de contratação e gestão pública, Belo Horizonte, v. 36, p. 4753-4758, 2004.

10.

CAMARAO, T. M. C.. A Aplicação da Lei nº 9.784/99, à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Revista do Curso de Direito (Nova Lima), v. 4, p. 169-174, 2004.

11.

CAMARAO, T. M. C.. Análise da Influência da Lei 9784/99 que Regula o Processo Administratrivo no Âmbito da Administração Pública, Sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, v. -, p. -, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

CAMARAO, T. M. C.; CASTRO, R. P. A. ; CUNHA, W. L. A. . Plano de Intensificação do Teletrabalho nos Órgãos e Entidades Públicas.. 35. ed. Belo Horizonte - Minas Gerais: Editora FÓRUM, 2020. 233p .

2.

Jair Eduardo Santana ; **CAMARAO, T. M. C.** ; CHRISPIM, A. C. D. . Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos. 6. ed. Belo Horizonte: Forum, 2016. v. 1. 203p .

3.

Jair Eduardo Santana ; **CAMARAO, T. M. C.** ; CHRISPIM, A. C. D. . Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 1. 210p .

4.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana ; PEREIRA, M. F. P. C. . Comentários à Lei n. 9.784/199. Belo Horizonte: Editora Forúm, 2008.

5.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana ; PEREIRA, M. F. P. C. . Licitações e Contratos:aspectos relevantes. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2007. v. 1000. 143p .

6.

CAMARAO, T. M. C.; GUSMAO, F. ; PEREIRA, F. C. . Manual Prático do Pregão Presencial. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006. v. 1. 155p .

Capítulos de livros publicados

1.

CAMARAO, T. M. C.. PROTEÇAO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO. In: Rodrigo Pironti. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público. 1ed.Belo Horizonte: FORUM Conhecimento Jurídico, 2021, v. 1, p. 259-274.

2.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana . O Presente e o Futuro das Contratações e o COVID-19. In: Tatiana Camarão; Cristiane Fortini. (Org.). Direito em Tempo de Crise - Covid-19 - Volume 4 - Administrativo e Controle. 1ed.São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2020, v. 4, p. 225-238.

3.

CAMARAO, T. M. C.. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO A INTEGRIDADE E NÃO A CORRUPÇÃO. COMPLIANCE NO SETOR PUBLICO. 1ed.Belo Horizonte: FORUM Conhecimento Jurídico, 2020, v. 1, p. 375-389.

4.

CAMARAO, T. M. C.. Ponderações Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Poder Público. In: Augusto Neves Dal Pozzo; Ricardo Marcondes Martins. (Org.). LGPD e Administração Pública: uma análise ampla dos impactos. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, v. 1, p. 137-146.

5.

CAMARAO, T. M. C.. O Compliance Público Precisa ser Diferente do Privado?. In: ANDRADE, Renato Campos; SOUZA, Fernanda Nunes Coelho Lana e; TOMAGNINI, Flávia Neves; UCHOA, Maria Raquel de Souza Lima. (Org.). Compliance em

Perspectiva: abrangência, especificidades, mecanismos de atuação e a salvaguarda das organizações. 1ed.Belo Horizonte: D´Plácido, 2019, v. 1, p. 313-328.

6.

CAMARAO, T. M. C.. Criação, alteração e extinção de cargo público. In: Cristiana Fortini. (Org.). Servidor Público: estudos em homenagem ao professor Pedro Paulo de Almeida Dutra.. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2009, v. 1, p. 287-304.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

CAMARAO, T. M. C.. Implementação de programas de integridade na esfera pública: uma análise do acórdão nº 1.905/2017, do Tribunal de Contas da União. Controle em Foco: Revista do MPC-MG, MPC-MG, p. 73 - 80, 01 jun. 2021.

2.

CAMARAO, T. M. C.. Lei Anticorrupção Empresarial e o impedimento de contratar com o governo. Opinião, CONJUR, p. 1 - 1, 13 mar. 2019.

3.

CAMARAO, T. M. C.. Necessidade da Regulamentação da Lei Anticorrupção Empresarial. Opinião, Conjur, p. 1 - 1, 19 dez. 2018.

4.

CAMARAO, T. M. C.. Cuidados na Preparação de Licitações. Direito e Justiça, Jornal Estado de Minas, p. 1 - 1, 06 jun. 2017.

5.

CAMARAO, T. M. C.. Das Vantagens e Desvantagens do Regime Diferenciado da Contratações: Reflexões e Perspectiva. Ensaio, Belo Horizonte, p. 13 - 17, 01 abr. 2014.

Apresentações de Trabalho

1.

CAMARAO, T. M. C.. Conectados com o Controle. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

CAMARAO, T. M. C.. Palestra Gestão Pública do Poder Judiciário. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

CAMARAO, T. M. C.. Aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Militar de Minas Gerais. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

CAMARAO, T. M. C.. Inovação Aberta e Contratação Pública. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

CAMARAO, T. M. C.. PL 10887/17 Improbidade: O que comemorar e o que lamentar. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

6.

CAMARAO, T. M. C.. Planejamento na Lei 14.133/2021: por onde começar?.. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

7.

CAMARAO, T. M. C.. Seminário Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

8.

CAMARAO, T. M. C.. Encontro Nacional de Tecnologia, Inovação e Cultura. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

CAMARAO, T. M. C.. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do Superior Tribunal de Justiça. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

CAMARAO, T. M. C.. A Tensa Relação entre o Pregoeiro e a Fase de Planejamento. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

CAMARAO, T. M. C.. Programa de Integridade nas Contratações Públicas e Da IN1 - Plano Anual de Contratações. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

CAMARAO, T. M. C.. Pesquisa de Preço: O que ela nos mostra? O que o Controle vê? E o que ela fundamenta?. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

CAMARAO, T. M. C.. A Governança nas Contratações Públicas para Professores de Renome na área de Gestão Pública no Pais. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

CAMARAO, T. M. C.. Estudos Avançados do Pregão e o Papel do Pregoeiro. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

15.

CAMARAO, T. M. C.. Os Consórcios Públicos e as Compras Consorciadas. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Mudanças em licitações e contratos: inovações, boas práticas e

aprimoramentos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17.

CAMARAO, T. M. C.. Fase Interna da Licitação: Cuidados, Inovação e Boas Práticas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

CAMARAO, T. M. C.. Governança, Compliance e integridade na Administração Pública: do Discurso à prática. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

CAMARAO, T. M. C.. XI Congresso Mineiro de Direito Administrativo. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

20.

CAMARAO, T. M. C.. Workshop Governança e Integridade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

CAMARAO, T. M. C.. XVII Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

22.

CAMARAO, T. M. C.. Aspectos Polêmicos da Fase Interna da Licitação. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

23.

CAMARAO, T. M. C.. Política de Integridade no Ambiente Público: a lei anticorrupção. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

CAMARAO, T. M. C.. 3º Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. 2019. (Apresentação de

Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

CAMARAO, T. M. C.. 5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26.

CAMARAO, T. M. C.. Governança, Gestão de Risco e Compliance: uma nova realidade para Administração Pública. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

CAMARAO, T. M. C.. Inteligência Artificial e novas ferramentas para ganhos de eficiência nas Contratações públicas: o que diz o PL 1292/95?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).

28.

CAMARAO, T. M. C.. Os Pilares do Programa de Integridade nas Estatais. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

CAMARAO, T. M. C.. O impacto da nova lei de licitações nas compras públicas dos pequenos municípios. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

CAMARAO, T. M. C.. Governança, integridade e planejamento nas contratações: como transformar conceitos abstratos em instrumentos práticos?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

CAMARAO, T. M. C.. Contratação Pública sob um olhar cíclico: o que devo considerar no planejamento?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

32.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Principais dúvidas sobre a Fase Interna da Licitação. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

33.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações: contratações eficientes e prevenção da corrupção. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

CAMARAO, T. M. C.. Construindo Sistemas de Integridade no setor público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

35.

CAMARAO, T. M. C.. O Futuro das Licitações. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

36.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão, Registro de Preços e Efeito Carona: Reflexões Atuais. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

CAMARAO, T. M. C.. Compliance Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

38.

CAMARAO, T. M. C.. Qualidade nos Gastos Públicos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

CAMARAO, T. M. C.. Contratação Pública aos 25 anos da Lei nº 8.666/93. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

CAMARAO, T. M. C.. Debates para Integridade. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

CAMARAO, T. M. C.. A Relevância dos Tribunais de Contas no Controle das Contratações Municipais. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

CAMARAO, T. M. C.. Sistemas de registros de preços e pregão presencial: aspectos relevantes. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

CAMARAO, T. M. C.. Lei anticorrupção: um instrumento desconsiderado pela Administração Pública? ? proposições para garantir a probidade da contratação pública. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

44.

CAMARAO, T. M. C.. Presidente de Mesa. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).

45.

CAMARAO, T. M. C.. Reflexões sobre o Fiscal de Contratos e Boas Práticas de Gestão. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

CAMARAO, T. M. C.. I Congresso Brasileiro da Advocacia Municipalista. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

47.

CAMARAO, T. M. C.. A Sinergia entre o Compliance Público e o Privado. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

48.

CAMARAO, T. M. C.. Mecanismos de integridade e a sinergia entre o compliance público e privado. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

CAMARAO, T. M. C.. Benefícios do Programa de compliance, os pontos da Lei Anticorrupção Empresarial (Lei n. 12.846/13). 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

CAMARAO, T. M. C.. Boas Práticas de Gestão: Valorização da Qualidade das Contratações. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

51.

CAMARAO, T. M. C.. Ações Afirmativas nas Licitações e nos concursos públicos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

52.

CAMARAO, T. M. C.. Compras públicas sustentáveis no Termo de Referência. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

53.

CAMARAO, T. M. C.. Integridade e Administração Pública. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

CAMARAO, T. M. C.. A Lei n° 13.303/2016 de Compliance das Empresas Públicas e o Novo Programa para Compras Sustentáveis pelas Empresas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

55.

CAMARAO, T. M. C.. Regras e Cautelas para especificação do objeto no Termo de Referência. 2016. (Apresentação de

Trabalho/Conferência ou palestra).

56.

CAMARAO, T. M. C.. Pesquisas de Preços e Fraudes em Licitações. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

57.

CAMARAO, T. M. C.. A Nova Lei Anticorrupção Empresarial. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

CAMARAO, T. M. C.. Desafios Contemporâneos do Direito Administrativo Brasileiro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos: Dificuldades na especificação do objeto e possíveis soluções. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

CAMARAO, T. M. C.. Cuidados na Elaboração do Termo de Referência em Licitações. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

61.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Termo de Referência e seu impacto nas contratações publicas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

62.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência e seu impacto nas contratações públicas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

63.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Cuidados na Elaboração do Termo de Referência. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

64.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . VIII Congresso Mineiro de Direito Administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

65.

CAMARAO, T. M. C.. Mesa de Debate: Inovações na Legislação sobre Licitações. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).

66.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão e as entidades do Terceiro Setor. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Outras produções bibliográficas

1.

CAMARAO, T. M. C.. Orientação para implantação dos Consórcios Intermunicipais no Estado do Paraná 1998 (Manual).

2.

CAMARAO, T. M. C.. Consórcio Intermunicipal de Saúde 1996 (Manual).

3.

CAMARAO, T. M. C.. Convite - SES/MG 1996 (Manual).

4.

CAMARAO, T. M. C.. Comissão de Licitação 1995 (Manual).

5.

CAMARAO, T. M. C.. Convênios - SES-MG 1995 (Manual).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

CAMARAO, T. M. C.. III Seminário de Governança e Gestão das Contratações. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

2.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações traz definição mais clara do termo de referência, afirma especialista. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

CAMARAO, T. M. C.. Instrumentos Preparatórios ao processo de compras públicas. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

4.

CAMARAO, T. M. C.. Bate-Pronto sobre Compliance. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

5.

CAMARAO, T. M. C.. A Nova Lei das Estatais. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

6.

CAMARAO, T. M. C.. Observatório Feminino. 2016.

Redes sociais, websites e blogs

1.

CAMARAO, T. M. C.. Tatiana Camarão. 2015; Tema: Tatiana Camarão. (Rede social).

2.

CAMARAO, T. M. C.. tatianacamarao.com.br. 2015; Tema: Site. (Rede social).

Demais tipos de produção técnica

1.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/21. 2024. .

2.

CAMARAO, T. M. C.. 1ª etapa teórica do ?Curso Aplicação da Nova Lei de Licitações no TJMG. 2023. .

3.

CAMARAO, T. M. C.. Análise de perfil dos contratados do TJMG: capacitação para gestores e fiscais de contrato. 2022. .

4.

CAMARAO, T. M. C.. Palestrante da Nova Lei de licitações e contratos administrativos - A Governança e a Fase Preparatória da Contratação. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

CAMARAO, T. M. C.. Política de Integridade das Contratações e da Transparência nas Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

CAMARAO, T. M. C.. 3º CURSO ON-LINE DE CAPACITAÇÃO. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

CAMARAO, T. M. C.. Ciclo de palestras sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - As Repercussões da LGPD nos Órgãos Governamentais. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

CAMARAO, T. M. C.. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: In Company para o TJMG, classificado pela EJEF como essencial. 2021. .

9.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações - 1ª Edição,. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações - 2ª Edição. 2021. .

11.

CAMARAO, T. M. C.. In Company do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE/GO sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .

12.

CAMARAO, T. M. C.. Modalidades de Licitação e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

14.

CAMARAO, T. M. C.. Procedimento Licitatório. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

CAMARAO, T. M. C.. Webinar Conectados com o Controle. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

16.

CAMARAO, T. M. C.. Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termo de Referência. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

17.

CAMARAO, T. M. C.. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 2, no eixo temático Pacto pela Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2020. .

18.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Eletrônico: Novo Decreto Federal nº 10.024/19 - Mudanças e Impactos. 2019. .

19.

CAMARAO, T. M. C.. 13o. Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos. 2019. .

20.

CAMARAO, T. M. C.. Trilha de aprendizagem do Programa de Ética e Integridade do TJMG. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

21.

CAMARAO, T. M. C.. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 1, no eixo temático Pacto pela Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2019. .

22.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos administrativos. 2018. .

23.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência e seu impacto na eficácia das contratações públicas, gestão e fiscalização de contratos, registro de preços, credenciamento e contratação direta. 2018. .

24.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência e seu impacto na eficácia das contratações públicas, gestão e fiscalização de contratos, registro de preços, credenciamento e contratação direta. 2018. .

25.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência: como produzi-lo com excelência. 2018. .

26.

CAMARAO, T. M. C.. SRP - Sistema de Registro de Preços: comas as Alterações do recém-publicado Decreto Federal n 9.488/18. 2018. .

27.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Elaboração de Editais de Licitação. 2018. .

28.

CAMARAO, T. M. C.. Capacitação e Atualização de Pregoeiros e Equipe de Apoio. 2018. .

29.

CAMARAO, T. M. C.. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2018. .

30.

CAMARAO, T. M. C.. Compliance no Poder Judiciário - Caso Prático: o modelo do TJMG. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

31.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência e seu impacto na eficácia das contratações publicas. 2017. .

32.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência: como produzi-lo com excelência. 2017. .

33.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência. 2017. .

34.

CAMARAO, T. M. C.. Treinamento Manual de Compliance. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

35.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Formação de Pregoeiro. 2017. .

36.

CAMARAO, T. M. C.. Credenciamento. 2017. .

37.

CAMARAO, T. M. C.. O termo de Referência e seu impacto na eficácia das licitações e contratações públicas. 2017. .

38.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana . Preparação da licitação, gestão e fiscalização de contratos. 2017. .

39.

CAMARAO, T. M. C.. Capacitação e Formação de Pregoeiros e Equipe de Apoio. 2017. .

40.

CAMARAO, T. M. C.. Compliance - Guia para as Organizações Brasileiras. 2016. (Cartilha).

41.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Gestão e Fiscalização de Contratos. 2014. .

42.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Termo de Referência e Aspectos Polêmicos de Licitação: Registro de Preços. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

43.

CAMARAO, T. M. C.. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2014. .

44.

CAMARAO, T. M. C.. Especificação de Compras e Serviços para a Administração Pública. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

45.

CAMARAO, T. M. C.. Construção de Itens de Prova. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

46.

CAMARAO, T. M. C.. Como Identificar Proposta Inexequível e Superfaturada. 2011. .

47.

CAMARAO, T. M. C.. Básico de Licitação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

48.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

49.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Estudo dos Elementos do Termo de Referência. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

50.

CAMARAO, T. M. C.. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

51.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Especificações de Compras e Serviços para a Administração Pública. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

52.

CAMARAO, T. M. C.. Capacitação de Pregoeiro. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

53.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

54.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Licitação, Pregão e Registro de Preços. 2009. .

55.

CAMARAO, T. M. C.. Curso Básico de Licitação. 2009. .

56.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Licitação e Contratos Administrativos para iniciantes.. 2009. .

57.

CAMARAO, T. M. C.. Palestra sobre o Estudo da Lei 10.520: Pregão Presencial. 2009. .

58.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Capacitação de Pregoeiro. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

59.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Capacitação de Pregoeiro. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

60.

CAMARAO, T. M. C.. Processo Administrativo - Pós Graduação "lato sensu" em Direito Processual. 2008. .

61.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação, Contratos Administrativos e Pregão. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

62.

CAMARAO, T. M. C.. Sistema de Registro de Preços. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

63.

CAMARAO, T. M. C.. Noções Básicas de Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

64.

CAMARAO, T. M. C.. Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

65.

CAMARAO, T. M. C.. Administração Pública, Licitações e Contratos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

66.

CAMARAO, T. M. C.. Contrato Administrativos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

67.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

68.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Presencial e Eletrônico. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

69.

CAMARAO, T. M. C.. Processo Administrativo - Pós Graduação. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

70.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

71.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

72.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos. 2002. .

73.

CAMARAO, T. M. C.. Sistema de Registro de Preços. 2002. .

74.

CAMARAO, T. M. C.. Especificação de Compras e Serviços para Administração Pública. 2001. .

75.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação. 2000. .

76.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos Administrativos. 2000. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Demais trabalhos

1.

CAMARAO, T. M. C.. Pos graduação. 2019 (Curso Ministrado) .

2.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Presencial e Eletrônico. 2007 (Curso Ministrado) .

3.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão. 2007 (Curso Ministrado) .

4.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações, Contratos Administrativos e Pregão. 2007 (Curso Ministrado) .

5.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Presencial e Eletrônico. 2007 (Curso Ministrado) .

6.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Licitação e Contrato Administrativo pela Assessoria Educacional e Treinamento. 2002 (Cursos ministrados) .

7.

CAMARAO, T. M. C.. Especialização em Direito Administrativo. 2002 (Curso ministrado) .

8.

CAMARAO, T. M. C.. Registro de preços - Microrregião do Médio rio Grande. 2002 (Curso ministrado) .

9.

CAMARAO, T. M. C.. Registro de Preços Microrregião Baixa Mogiana. 2002 (Curso ministrado) .

10.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo - Associação dos Municípios do Vale do Parnaíba - Uberlândia. 2002 (Curso Ministrado) .

11.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato administrativo - FJP. 2002 (Curso Ministrado) .

12.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo-ESMP. 2001 (Curso ministrado) .

13.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo - FUNCESI. 2001 (Curso ministrado) .

14.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato administrativo - Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Curso ministrado) .

15.

CAMARAO, T. M. C.. Redação e elaboração de atos para documentos licitatórios- Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Cursos ministrados) .

16.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo - Microrregião de Baixa Mogiana - Guaxupé. 2001 (Curso ministrado) .

17.

CAMARAO, T. M. C.. Credenciamento - Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Curso ministrado) .

18.

CAMARAO, T. M. C.. Registro de Preços - Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Curso Ministrado) .

19.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato administrativo - FUNED. 2001 (Curso Ministrado) .

Bancas

Participação em bancas de comissões julgadoras

Livre docência

1.

CAMARAO, T. M. C.. Prazo prescricional aplicável às ações de indenização por desapropriação indireta.. 2005. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

2.

CAMARAO, T. M. C.. A comprovação da atividade especial do contribuinte individual.. 2005. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

3.

CAMARAO, T. M. C.. Modelo Previdenciário Brasileiro versus modelo previdenciário chileno um estudo comparativo entre a previdência pública e privada.. 2005. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

4.

CAMARAO, T. M. C.. Responsabilidade do Estado por Atos Jurisdicionais.. 2005. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

5.

CAMARAO, T. M. C.. A Responsabilidade Civil omissiva do Estado pelos danos causados aos consorciados nas liquidações extrajudiciais de instituições financeiras.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

6.

CAMARAO, T. M. C.. Possibilidade Jurídica da iniciativa privada atuar juntamente com o Estado para melhorar o sistema prisional de Minas Gerais.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

7.

CAMARAO, T. M. C.. Atos de Improbidade Administrativa por violação ao princípio da publicidade e a orientação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

8.

CAMARAO, T. M. C.. Do Tombamento e o dever do Estado de Indenizar: Análise Crítica.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

9.

CAMARAO, T. M. C.. Como tratar a competência concorrente dos estados-membros para regular matéria lotérica, em face do princípio federativo.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

10.

CAMARAO, T. M. C.. Cooperativas em Licitação.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

11.

CAMARAO, T. M. C.. Aprovação em Concurso Público e Direito à Nomeação.. 2004. Universidade Federal de Minas Gerais.

12.

CAMARAO, T. M. C.. Transação e Improbidade Administrativa.. 2004. Universidade Federal de Minas Gerais.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Fórum Soteropolitano de Contratações e Gestão Pública.Os desafios para proporcionar um salto de qualidade e eficiência nas contratações públicas. 2024. (Outra).

2.

5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário.Encontro de Sustentabilidade - TJMG. 2023. (Outra).

3.

Encontro de Sustentabilidade - TJMG.Encontro de Sustentabilidade - TJMG. 2023. (Encontro).

4.

A nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).Fase Interna da Licitação. 2021. (Outra).

5.

Condutas de Integridade e gestão de riscos.Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás. 2021. (Oficina).

6.

Curso Online para os servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT. A Nova Lei de Licitações: Da fase preparatória à Execução Contratual. 2021. (Exposição).

7.

Fórum de Governança e Gestão Pública do Tribunal Superior Eleitoral.Desafios nas aquisições e nos contratos para a Justiça Eleitoral. 2021. (Outra).

8.

Introdução à Aprendizagem em Gestão de Riscos. 2021. (Seminário).

9.

Palestra Gestão Pública do Poder Judiciário. 2021. (Encontro).

10.

Webinar - Proteção de Dados Pessoais no TJMG.A adequação dos Tribunais à LGPD. 2021. (Simpósio).

11.

4º Congresso Brasileiro de Governança Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições. Termo de Referência e os impactos da IN 73/20. 2020. (Congresso).

12.

Curso Código de Conduta do TJMG. 2020. (Seminário).

13.

ENASTIC AGU - Encontro Nacional de Tecnologia, Inovação e Cultura. 2020. (Encontro).

14.

II Preview On-Line do Congresso de Direito Digital, Tecnologia e Proteção de Dados. 2020. (Congresso).

15.

I Jornada de Direito Administrativo Comissão 4 - Contratos Administrativos. 2020. (Outra).

16.

LGPD Aplicada a Contratos. 2020. (Seminário).

17.

Programas de Compliance e Proteção de Dados. 2020. (Seminário).

18.

Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do Superior Tribunal de Justiça.Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do Superior Tribunal de Justiça. 2020. (Outra).

19.

Seminário Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. (Seminário).

20.

2º Congresso Internacional de Proteção de Dados. 2019. (Congresso).

21.

I Fórum de Governança e Gestão de Pessoas do Poder Judiciário. 2019. (Outra).

22.

Oficina de Autoavaliação Trilha de Aprendizagem do Programa de Ética e Integridade do TJMG. 2019. (Oficina).

23.

Oficina de Levantamento e Inyentário de Risco Trilha de Aprendizagem do Programa de Ética e Integridade do TJMG. 2019. (Oficina).

24.

Simpósio Internacional Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 2019. (Simpósio).

25.

CONGRC 2018 - I Conferência Nacional: Governança, Riscos e Compliance. 2018. (Congresso).

26.

Simpósio de Inteligência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. ELEIÇÕES E O PODER POLÍTICO VICIADOS: A ORIGEM DA CORRUPÇÃO NOS GOVERNOS. 2018. (Congresso).

27.

15º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública.Boas Práticas de Gestão: valorização da qualidade na licitação. 2017. (Seminário).

28.

Combate à Corrupção.Mecanismos de Integridade e a Sinergia entre o Compliance Público e Privado. 2017. (Seminário).

29.

Compliance, sua empresa está preparada?.A sinergia entre o cpmpliance publico e privado. 2017. (Seminário).

30.

ESCOLA DA AGU.Elaboração do Termo de Referência nas Licitações Sustentáveis. 2017. (Seminário).

31.

X Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Desafios para a redução das desigualdades. 2017. (Congresso).

32.

X Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Ações Afirmativas nas Licitações e nos Concursos Públicos. 2017. (Congresso).

33.

III Ciclo de Palestras da Emater-MG.O Compliance e a Nova Lei das Estatais. 2016. (Outra).

34.

Fórum Nacional de Direito Público.O Regime de Preços na Jurisprudência no TCU e do TCE-MG. 2012. (Outra).

35.

II Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade. A Elaboração de Projetos Básicos e Termo de Referência: A observância de padrões de sustentabilidade. 2012. (Congresso).

36.

II Congresso de Licitações e Contratos da Região Norte. Elaboração de Termo de Referência. 2012. (Congresso).

37.

Palestra no Centro de Extensão Faculdade Milton Campos.Improbidade Administrativa. 2011. (Seminário).

38.

VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Discussões sobre Licitação e Contratação de Publicidade (Lei nº 12.232/10). 2011. (Congresso).

39.

VI Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Pregão e as entidades do Terceiro Setor. 2009. (Congresso).

40.

Curso de Capacitação de Pregoeiros da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e de Turismo de Aventura.Pregão. 2008. (Outra).

41.

Seminário de Direito Administrativo Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais.Temas Polêmicos do Pregão. 2008. (Seminário).

42.

Curso de Especialização em Direito Sanitário - Pós Graduação "lato sensu" na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.Direito Público III - Direito Administrativo. 2007. (Outra).

43.

Curso de Pregão Presencial e Eletrônico pela Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - AMVAP.Pregão Presencial e Eletrônico. 2007. (Outra).

44.

III Módulo da Oficina Jurídica - Estudo de Casos e Correção das Questões no Centro Universitário Una.Direito Administrativo. 2007. (Outra).

45.

Licitações e Contratos na Subseção da OAB em Viçosa.Licitações e Contratos. 2007. (Seminário).

46.

Seminário de Direito Administrativo do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA.Pregão: Dúvidas Freqüentes. 2007. (Seminário).

47.

Curso de Licitação e Contratos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.Licitação e Contratos. 2006. (Outra).

48.

Congresso de Advocacia Pública.. Temas Polêmicos sobre Licitação e Contratos.. 2005. (Congresso).

49.

Congresso de Advocacia Pública no Núcleo de Atividades Complementares do Centro Universitário Medodista Izabela Hendrix. Temas Polêmicos do Pregão. 2005. (Congresso).

50.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos.Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Outra).

51.

Curso de Pregão Presencial e Eletrônico da AMUC - Associação dos Municipios do Vale do Mucuri.Pregão Presencial e Eletrônico. 2005. (Outra).

52.

CAD e Izabela Hendrix discutem as Parcerias Público Privadas..Parcerias Público Privadas.. 2004. (Outra).

53.

CAD e Izabela Hendrix Discutem as Parcerias Público Privado.Parcerias Público Privado. 2004. (Outra).

54.

Ciclo de Estudos sobre Licitações e Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais.Pregão - Lei n. 10.520/02. 2004. (Outra).

55.

Encontro para Prefeitos Eleitos pela R&B - Assesoria, Produção e Eventos Jurídicos.A Lei de Licitações e a Improbidade Administrativa. 2004. (Encontro).

56.

I Fórum Brasileiro de Direito Administrativo.. Direito Administrativo.. 2004. (Congresso).

57.

III Encontro de Estudos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas gerais.Licitações - Aspectos Gerais. 2004. (Encontro).

58.

O Impacto das Novas Tecnologias e do Meio Ambiente.. O Impacto das Novas Tecnologias e do Meio Ambiente.. 2004. (Congresso).

59.

Palestra sobre Licitação na Escola Superior de Advocacia da OAB/MG.Licitação. 2004. (Seminário).

60.

Improbidade Administrativa.Improbidade Administrativa. 2003. (Simpósio).

61.

Processo Disciplinar e Sindicância.Processo Disciplinar e Sindicância. 2003. (Simpósio).

62.

Simpósio sobre Contratos Administrativos.Contratos Administrativos. 2003. (Simpósio).

63.

Treinamento de Licitações e Casuísmo - Teórico e Prático.Treinamento de Licitações e Casuísmo - Teórico e Prático. 2003. (Simpósio).

64.

Treinamento sobre Pregão e Capacidade Técnica do Pregoeiro - Teórico e Prático.Pregão e Capacidade Técnica do Pregoeiro - Teórico e Prático. 2003. (Simpósio).

65.

Curso de Licitações.Licitação. 2002. (Outra).

66.

Sistema de Registro de Preços.A licitação nos seus Aspectos Jurídicos e Operacionais e o Sistema de Registro de Preços. 2001. (Seminário).

67.

Treinamento de Licitações e Casuísmo - Teórico e Prático.Treinamento de Licitações e Casuísmo - Teórico e Prático. 2001. (Seminário).

68.

III Congresso de Direito Administrativo. Direito Administrativo e Licitações. 1998. (Congresso).

69.

I Seminário Interdiciplinar: LER Problemas e Soluções.LER Problemas e Soluções. 1998. (Seminário).

70.

XI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1997. (Congresso).

71.

Curso de Licitação e Contratos. 1996. (Oficina).

72.

II Encontro Nacional de Comissões de Licitação. 1996. (Encontro).

73.

III Seminário Nacional de Direito Administrativo. 1996. (Seminário).

74.

I Seminário de Direito Municipal Brasileiro. 1996. (Seminário).

75.

Atualizaçào em Licitação. 1995. (Seminário).

76.

IX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1995. (Congresso).

77.

Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. 1995. (Seminário).

78.

X Simpósio Nacional de Civil e Processual. 1995. (Simpósio).

79.

Seminário sobre Servidores Públicos - Temas Polêmicos. 1994. (Seminário).

80.

Seminário sobre a Modalidade Pregão. 1993. (Seminário).

81.

Atualização em Direito Bancário. 1992. (Oficina).

82.

I Seminário Brasileiro Sobre Educação do Consumidor. 1990. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

CAMARAO, T. M. C.. Perguntas e Respostas Forum Online: Impacto da COVID?19 nas Contratações Públicas. (Ronny Charles, Gabriela Pércio, João Domingues, Cristiana. 2020. (Outro).

2.

CAMARAO, T. M. C.. I Congresso Jurídico UNA. 2016. (Congresso).

3.

CAMARAO, T. M. C.. Seminário de Direito Administrativo. 2007. (Congresso).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Fabiana Carvalho Gusmão. Implicações Práticas na Implantação da Licitação na Modalidade Pregão.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

2.

Márcia Leme Álvares de Oliveira. Contratação Direta de Prestação de Serviços Advocatícios por Inexigibilidade de Licitação.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

3.

Caroline Toledo de Figueiredo. Comissões parlamentares de inquérito: alcances e limitações, em virtude do princípio da separação dos poderes.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

4.

Frederico Notini de Castro.. O Controle do poder judiciário no mérito do ato administrativo.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

5.

Helvécio Torres Lage Filho. Consórcio Intermunicipal de Saúde: sua natureza e personalidade jurídica.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

6.

Pedro Augusto Menezes Cortez. Atraso de pagamento pela administração pública. Impossibilidade da suspensão do contrato administrativo ? proibição da alegação da exceptio non adimpleti contractus no prazo inferior a 90 dias.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

7.

Adriana Fernandes Rezende. A aplicação do princípio da motivação em face a discricionariedade dos atos administrativos relativos à licitação.. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

8.

Jucilane Zaparolli. O Advogado na Administração Pública: sua atuação, sua autonomia e sua isenção técnica.. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE DE DIREITO DE PASSOS. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

9.

Bruno Ferreira Cypriano. A estruturação do Controle Interno para o Incremento da Legalidade e Moralidade na Administração Pública.. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

10.

Pauliana Soares Silva. Uso Privativo de Bens Públicos por Particulares: Dificuldades Intrínsecas e Extrínsecas na Compreensão e aplicação do Instituto.. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE DE DIREITO DE PASSOS. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

11.

Luiz Cláudio Camanducaia da Gama. A Possível Inconstitucionalidade da Lei Federal n. 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratações pelo Poder Público.. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

12.

Luiz Cláudio Camanducaia da Gama. A Possível Inconstitucionalidade da Lei Federal n. 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratações pelo Poder Público.. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Frederico Afonso de Moura Basílio. Análise Constitucional do Direito de Greve dos Servidores Públicos a Luz da Lei 7783/89. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário UNA. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/21. 2024. .

2.

CAMARAO, T. M. C.. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 1, no eixo temático Pacto pela Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2019. .

3.

CAMARAO, T. M. C.. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 2, no eixo temático Pacto pela

Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2020. .

4.

CAMARAO, T. M. C.. 1ª etapa teórica do ?Curso Aplicação da Nova Lei de Licitações no TJMG. 2023. .

5.

CAMARAO, T. M. C.. Análise de perfil dos contratados do TJMG: capacitação para gestores e fiscais de contrato. 2022. .

Outras informações relevantes

Membro da Comissão de Compliance Membro da Comissão de Parceria Público-Privada

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 06/06/2024 às 11:29:53



Victor Aguiar Jardim de Amorim

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9214762015248160
ID Lattes: **9214762015248160**
Ultima atualização do currículo em 02/01/2026

Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Analista Legislativo do Senado Federal. Membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, responsável pela gestão do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Advogado atuante em Direito Administrativo e Regulatório. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Victor Aguiar Jardim de Amorim

Nome em citações bibliográficas

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/9214762015248160

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2023

Doutorado em Direito.
Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
Título: ESTADO UNITÁRIO E DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA NO IMPÉRIO BRASILEIRO: A experiência da Assembleia Geral Legislativa quanto à análise de adequação dos atos provinciais, Ano de obtenção: 2023.
Orientador: Argemiro Cardoso Moreira Martins.
Palavras-chave: Direito Constitucional; Constitucionalismo; História constitucional.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /

Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: História do Direito.

2014 - 2015

Mestrado em Constituição e Sociedade.
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.
Título: As lideranças parlamentares no processo legislativo brasileiro , Ano de Obtenção: 2015.
Orientador: Sérgio Antônio Ferreira Victor.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Teoria Geral do Direito.

2008 - 2009

Especialização em Direito Processual Civil. (Carga Horária: 360h).
Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Brasil.
Título: Limites Subjetivos da Eficácia da Sentença e da Coisa Julgada.
Orientador: Tatiana Meneghel.

2008 - 2009

Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 360h).
Universidade de Rio Verde, FESURV, Brasil.
Título: O parentesco como impedimento de participação nas licitações públicas.
Orientador: Helca de Souza Nascimento.

2003 - 2007

Graduação em Faculdade de Direito.
Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.
Título: Planejamento Urbanístico - Gestão Democrática e Inserção Social.
Orientador: Nivaldo dos Santos.

Formação Complementar

2004 - 2004

Extensão universitária em Faculdade de Direito. (Carga horária: 150h).
Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

Atuação Profissional

Senado Federal, SENADO, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Estatutário, Enquadramento Funcional: Analista Legislativo, Carga horária: 40

Outras informações

- Assessor para assuntos jurídicos da Secretaria de Recursos Humanos (2010-2013); - Chefe do Serviço de Registros Funcionais da Subsecretaria de Pessoal Comissionado (2011-2012); - Chefe do Serviço de Admissão da Subsecretaria de Pessoal Comissionado (2012-2013); - Presidente da Comissão Permanente de Licitação (2014-2015 | 2016-2017); - Pregoeiro (2013-2020); - Assessor Técnico da Diretoria-Geral (desde 2020).

Vínculo institucional

2014 - 2018

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Orientador de Pós-Graduação do ILB

Outras informações

Orientador e Avaliador dos cursos de pós-graduação promovidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2018

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 6

Outras informações

Professor da disciplina "Controle de Constitucionalidade 2" do curso de pós-graduação em Análise de Constitucionalidade.

Vínculo institucional

2017 - 2017

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga

horária: 3

Outras informações

Professor da disciplina "Teoria da Constituição" do curso de pós-graduação em Análise de Constitucionalidade.

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 5

Outras informações

Professor do curso de pós-graduação em Direito Legislativo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular

Outras informações

Professor titular do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Administração Pública do IDP.

Vínculo institucional

2023 - 2024

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Colaborador

Outras informações

Professor Colaborador do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Administração Pública do IDP.

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor convidado, Carga horária: 3

Outras informações

Professor convidado para o MBA Executivo Líderes do Setor Público.

Vínculo institucional

2020 - 2020

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor convidado, Carga horária: 3

Outras informações

Professor convidado do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Administrativo

Vínculo institucional

2016 - 2017

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor convidado, Carga horária: 3

Outras informações

Professor de pós-graduação em Direito Eleitoral

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Horista, Carga horária: 5

Outras informações

Professor da disciplina "Licitações e Contratos" do curso de graduação em Administração Pública.

Atividades

12/2024 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA.

Linhas de pesquisa
Administração Pública
Eficiência e transparência nas compras e contratações públicas
Compras Públicas
Contratações Governamentais Contemporâneas

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, TJGO, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Auxiliar Judiciário, Carga horária: 40

Outras informações

- Membro da Comissão Permanente de Licitação (2007-2010) - Pregoeiro (2008-2010) - Presidente da Comissão Permanente de Licitação (2009-2010)

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Convidado, Carga horária: 8

Outras informações

Professor das disciplinas "Direito Constitucional", "Teoria Geral do Direito" e "Direito Processual Civil"

Sociedade Brasileira de Cultura e Ensino Superior, SBCE, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 4

Outras informações

Escola Superior de Negócios (ESUP/FGV)
Professor da disciplina "Jurisdição Constitucional"

Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2004

Vínculo: Membro de Colegiado, Enquadramento Funcional: Representante do Corpo Discente, Carga horária: 1

Outras informações

Representante do Corpo Discente no Departamento Profissionalizante da Faculdade de Direito (UFG)

Atividades

3/2004 - 12/2004

Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Complementar.

Cargo ou função
Representante do Corpo Discente.

Núcleo de Estudo e Pesquisa da Faculdade de Direito (UFG), NEP/FD/UFG, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Conselheiro, Enquadramento Funcional: Representante do Corpo Discente, Carga horária: 5

Outras informações

Representante do Corpo Discente da Faculdade de Direito da UFG indicado pelo Centro Acadêmico XI de Maio, órgão de representação estudantil da FD/UFG, por meio da Portaria nº 004/2006, de 11/09/2006, para compor o Conselho Científico do NEP/FD/UFG.

Atividades

09/2006 - 09/2007

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Científico.

Cargo ou função
Representante do Corpo Discente.

Centro Acadêmico XI de Maio, CAXIM, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: Administrador, Enquadramento Funcional: Coordenador, Carga horária: 40

Outras informações

Presidente do Centro Acadêmico XI de Maio, entidade representativa dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Atividades

1/2005 - 12/2005

Direção e administração, Centro Acadêmico XI de Maio.

Cargo ou função
Coordenação.

Procuradoria da República em Goiás, PR/GO-MPF, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2007

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estágio, Carga horária: 20

Outras informações

Atuação: Procuradoria Regional Eleitoral Ofício de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Índios e Minorias Ofício Criminal Ofício de Patrimônio Público

Atividades

2/2005 - 4/2007

Estágios , Procuradoria da República em Goiás.

Estágio realizado
Ofício de tutela do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural; Procuradoria Regional Eleitoral e Ofício Criminal.

Instituto Goiano de Direito, IGD, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Coordenador Acadêmico, Enquadramento Funcional: Coordenador Acadêmico

Outras informações

Coordenador acadêmico do curso de pós-graduação latu sensu em "Licitações e Contratos Administrativos"

Linhas de pesquisa

1.

Administração Pública

2.

Eficiência e transparência nas compras e contratações públicas

3.

Compras Públicas

4.

Contratações Governamentais Contemporâneas

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIONAL

2016 - Atual

Periódico: Revista de Direito da Administração Pública

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Um olhar substancialmente federativo das compras públicas no Brasil.

FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 107-118, 2025.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. De José a Eugênio: trajetória genealógica da tríade ?Rodrigues Jardim? em Goiás. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, v. 1, p. 103-160, 2024.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Autonomia federativa e competência normativa sobre contratações públicas: análise da Lei nº 14.133/2021. Revista Campo de Públicas, v. 1, p. 14-26, 2022.

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Do fetichismo legal à busca pela ?boa? burocracia nas contratações públicas do Brasil. Revista de Contratos Públicos - RCP, v. 10, p. 221-239, 2021.

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O Constitucionalismo ? Entrópico? em Goiás (1891):Duplicata de Assembleias Constituintes e as Intervenções Federais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, v. 1, p. 67-85, 2021.

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MOTTA, Fabricio Macedo . Revisão de preços registrados em caso de elevação dos valores praticados em mercado no contexto da crise do coronavírus. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 1, p. 9-16, 2020.

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A modalidade pregão nas empresas estatais. Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios, v. 8, p. 27-31, 2019.

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Administração Pública e o Realismo Jurídico: o Direito é aquilo que o TCU diz que é em matéria de licitações e contratos. Revista SINTESE Responsabilidade Pública, v. 1, p. 22-27, 2019.

9.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. História do controle de constitucionalidade no Brasil: existe um elo entre a Assembleia Geral e o STF?. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 117-121, 2019.

10.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Administração Pública e Realismo Jurídico: o Direito é aquilo que o TCU diz que é em matéria de licitações e contratos?. Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios, v. 8, p. 26-29, 2018.

11.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O controle jurisdicional dos atos parlamentares: a (in)sindicabilidade da decisão interna corporis. Interesse Público, v. 1, p. 103-130, 2017.

12.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Contributos para o estabelecimento de critérios de resoluções de conflitos de competência legislativa em matéria de licitação e contratos administrativos. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, p. 106-127, 2016.

13.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Responsabilidade eleitoral: definição e problemática. Revista Fórum de Direito Civil - RFDC, v. 1, p. 89-110, 2015.

14.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Responsabilidade eleitoral: definição e problemática. Estudos Eleitorais, v. 10, p. 135, 2015.

15.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O caráter dinâmico dos regimentos internos das Casas Legislativas. REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, v. 52, p. 341-357, 2015.

16.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A disciplina constitucional e legal sobre os cargos de provimento em comissão. Governet - Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal, v. 1, p. 12, 2013.

17.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Acumulação de cargo público com mandato eletivo de vereador. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, v. 1, p. 1344-1349, 2013.

18.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Isenção de IRPF para servidores ativos portadores de neoplasia maligna. L&C (Brasília), v. 29, p. 100, 2013.

19.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de ; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de** . Princípio da Juridicidade versus Princípio da Legalidade Estrita nas Licitações Públicas: Admissibilidade de Juntada Posterior de Documento no Procedimento Licitatório. Revista Bonijuris, v. 24, p. 40-44, 2012.

20.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O parentesco como impedimento de partipação nas licitações públicas. Revista Bonijuris, v. 24, p. 37-42, 2012.

21.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O julgamento de contas de gestão prestadas por prefeito municipal. Governet - Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal, v. 1, p. 1355-1358, 2012.

22.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Competência Legislativa em Matéria de Licitação: Contribuições para Resolução de Conflitos entre os Entes Federados. Revista SÍNTESE Responsabilidade Pública, v. 62, p. 67-83, 2011.

23.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Competência Legislativa em Matéria de Licitação: Contribuições para Resolução de Conflitos entre os Entes Federados. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 70, p. 138-148, 2011.

24.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O parentesco como impedimento de participação nas licitações públicas. Revista

Assinatura Eletrônica (03/07/2019) - 05103cit-000078/2019 37 Rev 152

Síntese - LIcitações, Contratos e Convênios, v. 01, p. 46-53, 2011.

25.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Competência Legislativa em Matéria de Licitação: Contribuições para Resolução de Conflitos entre os Entes Federados. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 01, p. 345-354, 2011.

26.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Contrato Administrativo - Adesão à ata de registro de preços - Impossibilidade de alteração de valores. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 01, p. 838-840, 2011.

27.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Adesão à Ata de Registro de Preço: Impossibilidade de Alteração dos Valores. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 838-840, 2011.

28.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Adesão à Ata de Registro de Preços:Impossibilidade de alteração de valores. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 741-743, 2011.

29.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O parentesco como impedimento de participação nas licitações públicas. Revista Síntese - LIcitações, Contratos e Convênios, v. 1, p. 46-53, 2011.

30.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Princípio da Juridicidade x Princípio da Legalidade Estrita nas Licitações Públicas: análise prática da admissibilidade de juntada posterior de documento no procedimento licitatório. GOVERNET. BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, v. 59, p. 238-243, 2010.

31.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Dos Limites Subjetivos da Eficácia da Coisa Julgada. Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil, v. 11, p. 77-100, 2010.

32.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Princípio da juridicidade x princípio da legalidade estrita nas licitções públicas - Análise prática da admissibilidade de juntada posterior de documento no procedimento licitatório. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 262-267, 2010.

33.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O parentesco como impedimento de participação nas licitações públicas. Revista IOB de Direito Administrativo, v. 1, p. 68-78, 2009.

34.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O parentesco como impedimento de participação nas licitações públicas. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 143-149, 2009.

35.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O parentesco como impedimento de participação nas licitações públicas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 183, p. 453-459, 2009.

36.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A publicidade dos procedimentos licitatórios e a Lei nº 11.419/06. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. XVI, p. 1022-1023, 2009.

37.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A publicidade nos procedimentos licitaórios e a Lei nº 11.419/2006. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 1022, 2009.

38.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O FGTS é documento fiscal para fins da Lei Complementar nº 123/2006?. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 1, p. 747-748, 2009.

39.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O FTGS é documento fiscal para fins da Lei Complementar n° 123/06?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 185, p. 638-640, 2009.

40.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Gestão Democrática das Cidades. Direito Público (Porto Alegre), v. 24, p. 62-72, 2008.

41.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SANTOS, Nivaldo dos . Planejamento Urbanístico na Constituição Federal. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG, v. 31, p. 245-254, 2007.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021: uma visão pragmática. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2025. v. 1. 466p .

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Memórias do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2025. v. 1. 143p .

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Estado Unitário e Descentralização Política no Império Brasileiro: atuação da Assembleia Geral Legislativa diante da autonomia normativa das províncias (1835-1889). 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024. v. 1. 284p .

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. v. 1. 290p .

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de . Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2020. v. 1. 264p .

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2020. v. 1. 307p .

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A dinâmica decisória no processo legislativo brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 196p .

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2018. v. 1. 271p .

9.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e Contratos administrativos: Teoria e Jurisprudência. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2017. v. 1. 240p .

10.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás. 1. ed. São Paulo: Editora Baraúna, 2015. v. 1. 310p .

11.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Direito Urbanístico - Legislação Urbanística e Estatuto da Cidade. 1. ed. São Paulo: Editora Baraúna, 2012. v. 01. 186p .

12.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Curso de Direito Constitucional. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2011. v. 01. 600p .

Capítulos de livros publicados

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Modalidades e rito procedimental da licitação. In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro. (Org.). Manual de Licitações e Contratos Administrativos. 4ed.Rio de Janeiro: Editora Forense, 2025, v. 1, p. 113-228.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Modalidades e rito procedimental da licitação. In: Marua Sylvia Zanella Di Pietro. (Org.). Manual de licitações e contratos administrativos. 3ed.Rio de Janeiro: Editora Forense, 2024, v. 1, p. 145-276.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A fase de lances na Nova Lei de Licitações sob a perspectiva da "Teoria dos Leilões": contributos para a futura regulamentação dos modos de disputa. In: AGRA, Walber de Moura; NÓBREGA, Marcos. (Org.). Deambulações sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 1ed.Recife: Juris Dictio Editora, 2023, v. , p. 181-212.

4.

GUIMARAES, E. ; MOTTA, Fabricio Macedo ; FERRAZ, L. ; MARRARA, T. ; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de** . Modalidades e rito procedimental da licitação. In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro. (Org.). Licitações e contratos administrativos: inovações da Lei 14.133/21. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021, v. 1, p. 55-106.

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Do fetichismo legal à busca pela 'boa' burocracia nas contratações públicas. In: Sandro Lúcio Dezan; Paulo Afonso Cavichioli Carmona. (Org.). Hermenêutica do Direito Administrativo e Serviços Públicos. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. 2, p. 235-252.

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Contributos para o estabelecimento de critérios de resoluções de conflitos de competência legislativa em matéria de licitação e contratos administrativos. In: BOSELI, Felipe; LINS, Bernardo Wildi. (Org.). Contratações Públicas: reflexões críticas sobre os 25 anos da Lei nº 8.666/93. 1ed.Florianópolis: Editora Caput, 2018, v. , p. 281-303.

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Os candidatos aprovados em concurso público para os cargos da Polícia Civil do DF e da Polícia Federal fazem jus, durante o programa de formação, à percepção de 80% dos vencimentos da classe inicial da categoria.. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; NOHARA, Irene Patrícia.. (Org.). Coleção Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores - Direito Administrativo (Tomo III). 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 2, p. 683-694.

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Do devido processo legislativo formal: a omissão ativista do Supremo Tribunal Federal
Acesso Online (Assinatura) - Acesso do Supremo Tribunal Federal

no julgamento da ADI nº 4.425/DF. In: BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; BARROS, Janete Ricken de. (Org.). Ativismo em decisões judiciais. 1ed.Brasília: IDP, 2015, v. 1, p. 71-93.

9.

LESSA, Alex Alves ; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de** . A contribuição do Estado de Bem-Estar Social para a estruturação de um modelo político-institucional de busca pela efetividade dos direitos sociais. In: SANTIAGO, Marcus Firmino. (Org.). Desjudicialização do Debate sobre Efetividade dos Direitos Sociais. 1ed.Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, 2014, v. 1, p. 35-62.

10.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O controle jurisdicional dos atos parlamentares: a (in)sindicabilidade da decisão interna corporis. In: MENDES, Gilmar Ferreira. (Org.). Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais. 1ed.Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, 2014, v. 1, p. 161-193.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Araguaia - Patrimônio natural em risco. Jornal Opção, Goiânia, p. A-34 - A-34, 15 jan. 2006.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Pilar de Goiás ainda existe!. Jornal Opção, Goiânia, , v. A, p. A-42 - A-42, 04 dez. 2005.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O Coronel - Uma cultura goiana (III). Jornal Opção, Goiânia, , v. A, p. A-40 - A-40, 13 nov. 2005.

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O Coronel - Uma cultura goiana (II). Jornal Opção, Goiânia, , v. A, p. A-38 - A-38, 06 nov. 2005.

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O Coronel - Uma cultura goiana - I. Jornal Opção, Goiânia, , v. A, p. A-44 - A-44, 09 out. 2005.

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Centro Acadêmico: Mero prestador de serviços?. Jornal Opção, Goiânia, , v. A, p. A-43 - A-43, 02 out. 2005.

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A Hora da Hipocrisia. Jornal Opção, Goiânia, p. A-23 - A-23, 31 jul. 2005.

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Depois da combustão, a sede. Tribuna Universitária, Goiânia, , v. 149, p. 10 - 10, 08 jun. 2003.

Apresentações de Trabalho

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Do devido processo legislativo formal: ativismo às avessas no julgamento da ADI nº 4.425/DF. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Direito e Política ? Abordagem científica sobre o papel do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. A Evolução dos Direitos Fundamentais e sua Eficácia nas Relações Privadas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Planejamento Urbanístico - Gestão Democrática e Inserção Social. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Outras produções bibliográficas

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Responsabilidade 'solitária' do pregoeiro pela condução do certame. São Paulo: Consultor Jurídico, 2018 (Artigo).

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Julgados do TCU em matéria de licitações e contratos não são jurisprudência. São Paulo: Consultor Jurídico, 2018 (Artigo).

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. O problema do 'calendário especial' na tramitação das PECs. São Paulo: Consultor Jurídico, 2017 (Artigo).

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Críticas à posição do TSE sobre a responsabilidade do candidato beneficiário. São Paulo: Consultor Jurídico, 2017 (Artigo).

5.

Victor Aguiar Jardim de Amorim ; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de** . Lei municipal sobre propaganda de bebidas alcóolicas é inconstitucional. Jus Navigandi, 2014 (Artigo).

6.

Victor Aguiar Jardim de Amorim ; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de** . O equivocado entendimento do TCU a respeito do art. 243, §1º, da Lei nº 8.112/1990. Jus Navigandi, 2014 (Artigo).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; CASTRO, Paulo Alexandre Batista de; MAGALHAES, Luiz Augusto Ferreira. Participação em banca de Rita de Cássia Leme Veronez. Análise dos efeitos da implementação da Lei nº 14.133/2021 nas contratações públicas do Município de Uberaba: um estudo sobre a eficiência das compras governamentais. 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Marcus Vinicius Santos Rodrigues de Carvalho. Entre pixeis e papeis: a dualidade das licitações de obras nos municípios piauienses. 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Renata Lisbôa Ribeiro Negredo. O estudo técnico preliminar nas contratações de serviços de asseio, limpeza e conservação no Governo do Distrito Federal: entre a intenção normativa e a prática administrativa. 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Livia Maria da Silva Lima. Registro de Preços na Central de Compras do Distrito Federal. 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; VENERIO, Carlos Magno Spricigo; SANTOS, Rogerio Dultra dos. Participação em banca de Chrystiano Lima e Silva. O Programa de Integridade e Compliance aplicado às contratações públicas do Poder Judiciário do Amazonas. 2024. Dissertação (Mestrado em JUSTIÇA E SEGURANÇA) - Universidade Federal Fluminense.

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Marilo Leite Pereira Junior. Análise comparativa entre a aquisição no mercado nacional e a prospecção internacional para compra de veículos policiais: desafios e oportunidades para a Polícia Militar do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em

Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de José Ailton Fonseca. A Contabilidade como ferramenta de Gestão Pública no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal: um estudo de caso. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Paulo Tadeu Moreira Saldanha. Por que o que se planeja não é o que se contrata? Um estudo de caso acerca da falta de aderência entre o planejamento e as contratações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

9.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; CARVALHO, Daniel Izaias. Participação em banca de Daniel Riehl. Compras Governamentais: análise dos modelos centralizado e descentralizado no âmbito do Governo do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

10.

SILVA, M. S.; FERNANDES, C. C. C.; HECKERT, C. R.; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de André Luís Soares da Paixão. Compras públicas compartilhadas: um estudo de caso comparando modelos de compras públicas eletrônicas adotados no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Governança e Políticas Públicas) - Escola Nacional de Administração Pública.

Teses de doutorado

1.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**; SILVA, Rafael Silveira e; COSTA, Teresa Cristina de Melo. Participação em banca de Isac Salomão Magalhães Pinto Holanda. Uma teoria sobre a mínima intervenção judicial nos transcorrer do processo legislativo regimental. 2025. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Qualificações de Doutorado

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; CRUZ, Felipe Lopes da; STROPPA, Christianne de Carvalho. Participação em banca de Soraia Sorice da Silva. A aplicação de grandes modelos de linguagem (LLMS) na análise de conformidade de contratações públicas: um estudo de caso na Defensoria Pública do Distrito Federal. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; PEDRA, Anderson Sant´Ana; OLIVEIRA, Weder de. Participação em banca de Ricardo Adriano Haacke. Construindo confusão: os mistérios da quarteirização para a aquisição de insumos nas obras públicas. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; VAZ, Alexander Cambraia Nascimento; MAGALHAES, Luiz Augusto Ferreira. Participação em banca de Rodrigo Marques Pimentel. Advocacia Pública Estadual: mapeando estratégias para uma atuação incisiva na lisura do processo eleitoral. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Qualificações de Mestrado

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; TORRES, Ronny Charles Lopes de; CASTRO, Breno Giovanni Adaid. Participação em banca de Andryu Antônio Lemos da Silva Junior. E-marketplace público e eficiência nas aquisições de medicamentos no SUS: um estudo de caso do Município de Jaboatão dos Guararapes/PE. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; PEDRA, Anderson Sant´Ana. Participação em banca de Vinícius França Faria. A influência da fiscalização na conformidade dos contratos de vigilância patrimonial na SEEC/DF: uma perspectiva orientada para a governança pública. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; CASTRO, Breno Giovanni Adaid; PEDRA, Anderson Sant´Ana. Participação em banca de Rodrigo da Silva Neves. Gestão contratual e conta vinculada: um estudo na Secretaria de Economia do Distrito Federal. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; CASTRO, Breno Giovanni Adaid; STROPPA, Christianne de Carvalho. Participação em banca de Flávia Soares Marques. Contratações públicas inteligentes e governança no Judiciário: análise comparativa entre o projeto inovador CPSI do CNJ e a gestão por indicadores do TJMG à luz da Lei 14.133/2021. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Participação em banca de Cléo Neri de Castro. Contratações sustentáveis: uma análise da sustentabilidade nas contratações realizadas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; BRASIL, Emmanuel de Nazareth. Participação em banca de Carlos Eduardo Rocha de Oliveira. Entre consenso e imposição: estudo de caso do Tribunal de Contas da União sobre implementação de compromissos e eficiência processual. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; CARVALHO, Daniel Izaias. Participação em banca de Daniel Riehl. Compras governamentais: análise dos modelos centralizado e descentralizado no âmbito do Governo do Distrito Federal. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; PEDRA, Anderson Sant´Ana. Participação em banca de Diego Rodrigues. Fiscalização dos contratos administrativos do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Exame de

qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

9.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; PEDRA, Anderson Sant´Ana. Participação em banca de José Ailton Fonseca. A Contabilidade como ferramenta de gestão pública no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

10.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; PEDRA, Anderson Sant´Ana. Participação em banca de Marilo Leite Pereira Junior. Análise da aquisição de veículos internacionais especializados para atividades policiais: desafios, benefícios e implicações para a segurança pública. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

11.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENDONCA SOBRINHO, M. S.; PEDRA, Anderson Sant´Ana. Participação em banca de Paulo Tadeu Moreira Saldanha. Por que o que se planeja não é o que se contrata? Um estudo de caso acerca da falta de aderência entre o planejamento e as contratações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

12.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Marcus Vinicius Santos Rodrigues de Carvalho. Entre pixeis e papeis: a dualidade das licitações de obras nos municípios piauienses. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

13.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em banca de Livia Maria da Silva Lima. Registro de Preços na Central de Compras do Distrito Federal. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

14.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia; BOSELLI, Felipe Cesar Lapa. Participação em

banca de Renata Lisbôa Ribeiro Negredo. O Sistema Compras.gov.br e sua adaptação à Nova Lei de Licitações e Contratos na Subsecretaria de Compras Governamentais da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

15.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; CASTRO, Paulo Alexandre Batista de; MAGALHÃES, Luiz Augusto Ferreira. Participação em banca de Rita de Cassia Leme Veronez. Análise dos efeitos da implementação da Lei nº 14.133/2021 nas contratações públicas do Município de Uberaba: um estudo sobre a eficiência das compras governamentais. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

16.

SILVA, M. S.; FERNANDES, C. C. C.; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de André Luís Soares da Paixão. Compras públicas compartilhadas: uma análise do Registro de Preços Nacional do FNDE. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Governança e Políticas Públicas) - Escola Nacional de Administração Pública.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; POZZO, Augusto Dal; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de Camila Pimentel Rodrigues Pitanga. O papel do PNCP na transformação digital das contratações públicas: uma análise prospectiva de acordo com as diretrizes da OCDE. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Advocacia Pública) - Escola da Advocacia-Geral da União.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; OLIVEIRA, L. H. S.. Participação em banca de Frederico Martins Engel. A competência do Senado Federal para suspender a execução de normas declaradas inconstitucionais pelo STF: (in)ocorrência de mutação constitucional. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; OLIVEIRA, L. H. S.. Participação em banca de José Lopes Hott Júnior. A atuação do Congresso Nacional no controle dos atos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro.

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; OLIVEIRA, L. H. S.. Participação em banca de Eduardo Pereira da Silva. O Brasil e as reformas constitucionais de 1824 a 2018: o protagonismo do Poder Executivo?. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro.

5.

PINHEIRO, V. M.; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de Dimitrius Luiz Lins Pereira Christakou. Reação legislativa à jurisprudência do STF e o ativismo congressual como forma de controle de constitucionalidade através do diálogo institucional. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro.

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; TELES, C. S. E.. Participação em banca de Adriana Soares Padilha. Medidas Provisórias e o Controle do Poder Legislativo. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; TELES, C. S. E.. Participação em banca de David Amaral Santos. Accountability Sobre a Atuação Parlamentar no Processo de Impeachment de Presidente da República no Brasil. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

8.

BARROSO, P. H.; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de André Augusto Sak. A Natureza da Norma Processual Legislativa: entre a Rigidez Jurídica e a Dinamicidade Política. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

9.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; PINHEIRO, V. M.. Participação em banca de Raquel de Carvalho Madeira. A Judicialização das Questões de Ordem na Comissão do Impeachment do Senado Federal. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

10.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SOUZA, P. F. M. E.. Participação em banca de Sandalo Bueno do Nascimento Filho. O Controle do Poder Legislativo sobre a Ação Normativa das Agências Reguladoras. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

11.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SOUZA, P. F. M. E.. Participação em banca de Daiane Ross Santos Araújo. A Atuação dos Três Poderes no Combate ao Contrabando Legislativo nas Medidas Provisórias. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

12.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MENEGUIN, F. B.. Participação em banca de Danilo Borges Meira. Efetividade Constitucional na Repartição de Competências Comuns. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

13.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; KAUFMANN, R. O.. Participação em banca de Luiz Augusto Freire da Silva. Ambas as Três: Uma Análise das Sessões Conjuntas em Modelos Bicamerais. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

14.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SOUZA, P. F. M. E.. Participação em banca de Isa Maria de Castro Dias Magalhães. Regimento Interno como Parâmetro de Controle Jurisdicional do Processo Legislativo. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

15.

PINHEIRO, V. M.; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de Patrícia Almeida Araújo. Medidas Provisórias e a Vedação de Apresentação de Matéria Estranha ao seu Objeto. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização

em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

16.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; TELES, C. S. E.. Participação em banca de Gilberto Souza Nogueira. Um Comparativo entre os Modelos de Brasil, EUA e Reino Unido para a Contratação de Serviços em Nuvem. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

17.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MEIRA, Paulo Ricardo. Participação em banca de Tiago Fernandes Félix de Faria. A aplicação da avaliação de desempenho no Tribunal de Contas da União. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Administração Legislativa) - Instituto Legislativo Brasileiro.

18.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SILVA, Fábio Renato da. Participação em banca de Marcus Vinícius de Miranda Castro. Criando indicadores de desempenho de processos. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Administração Legislativa) - Instituto Legislativo Brasileiro.

19.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; FERREIRA, Marcus Vinícius Bennett. Participação em banca de Priscilla Silva Damasceno. Adequação do perfil selecionado em concurso público no Senado Federal: percepção dos gestores em Recursos Humanos. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Administração Legislativa) - Instituto Legislativo Brasileiro.

20.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; MACHADO, Luís Fernando Pires. Participação em banca de Alexandre Lin. A fundamentação jurídica dos objetivos estratégicos do Senado Federal. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

21.

BAUMBACH, Rudinei; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de Edson Castelo Branco de Oliveira Cardoso. Controle de constitucionalidade em propostas de emenda à constituição. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

22.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de Pedro Antônio de Oliveira Gonçalves. Sociedade aberta dos intérprete do regimento interno: análise da sindicabilidade judicial do devido processo legislativo regimental a partir de um estudo de caso. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

GARBACCIO, G. L.; MACHADO, A. R.; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de**. Participação em banca de Allan Del Cistia Melo.Compliance e Contratações Públicas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; CASTRO, G. V.; TAVARES NETO, J. Q.. Participação em banca de Vítor Guilherme Martins de Oliveira.Aspectos gerais da normatização via medida provisória e a interpretação dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Federal de Goiás.

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SOUSA, Gaspar Alexandre Machado de; BERNARDES, Juliano Taveira. Participação em banca de Flávia Cristina Santos de Melo.Proeminência, subsidiariedade e bivalência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Federal de Goiás.

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; SANTOS, Nivaldo dos; MARQUES, Carla Regina Silva. Participação em banca de Rafael Martins Balduíno.O Ministério Público e a defesa dos interesses individuais homogêneos: o interesse social legitimador da atuação ministerial. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Federal de Goiás.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de; ARAUJO FILHO, J. M.. Processo Seletivo para Discentes do Curso de Pós-Graduação em Análise de Constitucionalidade. 2016. Instituto Legislativo Brasileiro.

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Comissão de Avaliadores do Processo de Seleção da Coleção de Publicação de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal. 2011. Senado Federal.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

13º Pregão Week: Semana de Estudos Avançados sobre Pregão. Perfil dos Pregoeiros no Brasil e perspectivas da modalidade pregão para 2020. 2019. (Congresso).

2.

14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Recursos administrativos na modalidade pregão. 2019. (Congresso).

3.

2º Congresso Brasileiro de Compras Públicas. Normatização, controle, planejamento e organização interna nas compras públicas. 2019. (Congresso).

4.

2º Congresso de Excelência em Licitações e Contratos Administrativos. Boas práticas na fase de planejamento: como prevenir a responsabilização dos agentes públicos. 2019. (Congresso).

5.

2º Encontro Municipal de Assessores Jurídicos e Pregoeiros do Estado do Amapá.Contextualizando a melhor forma de realização do pregão, quais elementos técnicos, fáticos e jurídicos devem ser considerados para adotar o pregão presencial. 2019. (Seminário).

6.

3º Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. Recursos administrativos na modalidade pregão. 2019. (Congresso).

7.

3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. "Pregão nas Estatais" e "A relação do Pregoeiro com a fase de planejamento". 2019. (Congresso).

8.

Boas Práticas no Planejamento de Compras Públicas. 2019. (Seminário).

9.

Seminário de Direito Administrativo OAB/TO: Licitações e Contratos.Advocacia empresarial em licitações públicas. 2019. (Seminário).

10.

XXXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Memórias do IBDA: registro histórico. 2019. (Congresso).

11.

12º Pregão Week: Semana de Estudos Avançados sobre Pregão. Desconsideração da personalidade jurídica pelo Pregoeiro; Violações ao art. 7º da Lei nº 10.520/2002; Capacitação de Pregoeiro Sênior; O. 2018. (Congresso).

12.

13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Capacitação e formação de Pregoeiros. 2018. (Congresso).

13.

1º Congresso de Excelência em Licitações e Contratos Administrativos. Pregão Presencial e Eletrônico: Pontos Polêmicos. 2018. (Congresso).

14.

1º Encontro Municipal de Assessores Jurídicos e Pregoeiros do Estado do Amapá.Pregão presencial e eletrônico: diferenças e

Atestado e Currículos 19288296 - SEI 03.52.000019/2026.37 pg. 172

perspectivas. 2018. (Encontro).

15.

5º Contratos Week: Semana de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Limites não escritos às alterações contratuais; Substituição do objeto contratado; Reajuste, repactuação e revisão.. 2018. (Congresso).

16.

IV Simpósio Estadual de Licitações e Contratos da OAB/SC.Responsabilização dos agentes públicos nas licitações. 2018. (Simpósio).

17.

11º Pregão Week: Semana de Estudos Avançados sobre Pregão. Impugnação do edital; Impedimentos Indiretos no SICAF; Riscos na fase de lances; Sanções no Pregão Eletrônico. 2017. (Congresso).

18.

12º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Capacitação e Formação de Pregoeiros. 2017. (Congresso).

19.

II Seminário Jurídico de Direito Público da Cidade de Goiás.Boas práticas e limites da responsabilização dos agentes públicos nas licitações. 2017. (Seminário).

20.

11º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Recurso administrativo: da interposição ao julgamento, exigências e formalidades a serem observadas. 2016. (Congresso).

21.

XIV Congresso Goiano de Direito Administrativo. Licitações e Contratos. 2016. (Congresso).

22.

XVII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional. O controle jurisdicional do processo legislativo. 2014. (Congresso).

23.

III Congresso de Direito, Desenvolvimento e Responsabilidade Socioambiental. Direito e Política: Abordagem científica sobre o papel do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito. 2013. (Congresso).

24.

XII Congresso Goiano de Direito Administrativo. 2013. (Congresso).

25.

Controle Externo - O processo no Tribunal de Contas da União. 2010. (Seminário).

26.

Prescrição e Decadência - Reflexões e Prática. 2010. (Seminário).

27.

Processo Administrativo Disciplinar. 2010. (Seminário).

28.

Capacitação e habilitação de Pregoeiro, atualização da LC nº 123/06, incluindo o novo Decreto nº 6.204/07". 2009. (Seminário).

29.

60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.A Evolução dos Direitos Fundamentais e sua Eficácia nas Relações Privadas. 2008. (Simpósio).

30.

Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo.Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo. 2008. (Outra).

31.

Fundamentos sobre licitações e contratos administrativos. 2007. (Seminário).

32.

Congresso Internacional de Direito Constitucional. 2006. (Congresso).

33.

Encontro Regional dos Estudantes de Direito - Centro Oeste. 2005. (Encontro).

34.

Política Urbana - Uma Leitura do Estatuto da Cidade. 2005. (Seminário).

35.

Semana do Calouro - Faculdade de Direito - UFG (2005).Centro Acadêmico XI de Maio - História e Organização. 2005. (Seminário).

36.

Semana Jurídica XI de Maio - Direitos Difusos e Coletivos. 2005. (Congresso).

37.

1º Congresso de Direito Público Contemporâneo. 2004. (Congresso).

38.

Simpósio Goiano de Direito nas Relações Internacionais. 2004. (Simpósio).

39.

1º Congresso Brasileiro de Ciências Penais. 2003. (Congresso).

40.

2º Congresso Novas Perspectivas do Direito - O Estado Brasileiro em Reforma. 2003. (Congresso).

41.

2º Encontro Goiano dos Estudantes de Direito (EGED). 2003. (Encontro).

42.

Congresso Semana Jurídica XI de Maio - 2003 com a temática Direito, Justiça e Democracia. 2003. (Congresso).

43.

Defensoria Pública. 2003. (Seminário).

44.

Direito e Psicanálise. 2003. (Oficina).

45.

Palestra Alemanha Moderna ministrada pelo embaixador alemão no Brasil, Uwe Kaestner. 2003. (Seminário).

46.

Teleconferência - Brasil Sem Fome Cidadania a Mesa. 2003. (Outra).

47.

XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito (ENED). 2003. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 19º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. 2025. (Congresso).

2.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 20º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (FBCGP). 2025. (Congresso).

3.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 20º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação. 2025. (Congresso).

4.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 18º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. 2024. (Congresso).

5.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 19º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação. 2024. (Congresso).

6.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 19º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (FBCGP). 2024. (Congresso).

7.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 17º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. 2023. (Congresso).

8.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação. 2023. (Congresso).

9.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 16º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. 2022. (Congresso).

10.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação. 2022. (Congresso).

11.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 15º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. 2021. (Congresso).

12.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 16º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2021. (Congresso).

13.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 14º Pregão Week: Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. 2020. (Congresso).

14.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. 2º Congresso Brasileiro de Compras Públicas. 2019. (Congresso).

15.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Política Urbana - Uma Leitura do Estatuto da Cidade. 2005. (Congresso).

16.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Semana Jurídica XI de Maio - Direitos Difusos e Coletivos. 2005. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

Flávia Soares Marques. Contratações públicas inteligentes e governança no Judiciário: análise comparativa entre o projeto inovador CPSI do CNJ e a gestão por indicadores do TJMG à luz da Lei nº 14.133/2021. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).

2.

Rodrigo da Silva Neves. Gestão contratual e conta vinculada: um estudo na Secretaria de Economia do Distrito Federal. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).

3.

Vinícius França Faria. A influência da fiscalização na conformidade dos contratos de vigilância patrimonial na SEEC/DF. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).

4.

Andryu Antônio Lemos da Silva Júnior. O uso do credenciamento como estratégia para implementação de um e-marketplace público no âmbito do SUS municipal. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).

Tese de doutorado

1.

Soraia Sorice da Silva. A aplicação de Grandes Modelos de Linguagem (LLMS) na análise de conformidade de contratações públicas: um estudo de caso na Defensoria Pública do Distrito Federal. Início: 2025. Tese (Doutorado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).

2.

Ricardo Adriano Haacke. Construindo confusão? Os mistérios da quarteirização nas obras públicas. Início: 2025. Tese (Doutorado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

Daniel Riehl. Compras governamentais: análise dos modelos centralizado e descentralizado no âmbito do Governo do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

2.

Diego Rodrigues. Fiscalização dos contratos administrativos do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

3.

José Ailton Fonseca. A contabilidade como ferramenta de gestão pública no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

4.

Marilo Leite Pereira Junior. Análise comparativa entre a aquisição no mercado nacional e a prospecção internacional para compra de veículos policiais: desafios e oportunidades para a Polícia Militar do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

5.

Paulo Tadeu Moreira Saldanha. Por que o que se planeja não é o que se contrata? Um estudo de caso acerca da falta de aderência entre o planejamento e as contratações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

6.

Marcus Vinicius Santos Rodrigues de Carvalho. Entre pixeis e papeis: a dualidade das licitações de obras nos municípios piauienses. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

7.

Renata Lisbôa Ribeiro Negrêdo. O Estudo Técnico Preliminar nas contratações de serviços de asseio, limpeza e conservação no Governo do Distrito Federal: entre a intenção normativa e a prática administrativa. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

8.

Livia Maria da Silva Lima. Registro de preços na Central de Compras do Distrito Federal: estudo de caso da gestão das atas.

Assinado por Alexandre Gurgel Alves (025000) - SEI 0031-000738/2025-37 | pg 180

2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Frederico Martins Engel. A competência do Senado Federal para suspender a execução de normas declaradas inconstitucionais pelo STF: (in)ocorrência de mutação constitucional. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

2.

Eduardo Pereira da Silva. O Brasil e as reformas constitucionais de 1824 a 2018: o protagonismo do Poder Executivo?. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

3.

José Lopes Hott Júnior. A atuação do Congresso Nacional no controle dos atos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Análise de Constitucionalidade) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

4.

Danilo Borges Meira. Efetividade Constitucional na Repartição de Competências Comuns. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

5.

Luiz Augusto Freire da Silva. Ambas as Três: Uma Análise das Sessões Conjuntas em Modelos Bicamerais. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

6.

Isa Maria de Castro Dias Magalhães. Regimento Interno Como Parâmetro de Controle Jurisdicional do Processo Legislativo. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

7.

Patrícia Almeida Araújo. Medidas Provisórias e a Vedação de Apresentação de Matéria Estranha ao seu Objeto. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

8.

Gilberto Souza Nogueira. Um Comparativo entre os Modelos de Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido para a Contratação de Serviços em Nuvem. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

9.

Alexandre Lin. A fundamentação jurídica dos objetivos estratégicos do Senado Federal. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Direito Legislativo) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

10.

Marcus Vinícius de Miranda Castro. Criando indicadores de desempenho de processos: a gestão dos cargos em comissão do Senado Federal. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Administração Legislativa) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

11.

Tiago Fernandes Félix de Faria. A aplicação da avaliação de desempenho no Tribunal de Contas da União: boas práticas em gestão de desempenho na Administração Pública. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Administração Legislativa) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

12.

Priscilla Silva Damasceno. Adequação do perfil selecionado em concurso público no Senado Federal: percepção dos gestores em Recursos Humanos. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação em Administração Legislativa) - Instituto Legislativo Brasileiro. Orientador: Victor Aguiar Jardim de Amorim.

Livros e capítulos

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Do devido processo legislativo formal: a omissão ativista do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 4.425/DF. In: BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; BARROS, Janete Ricken de. (Org.). Ativismo em decisões judiciais. 1ed.Brasília: IDP, 2015, v. 1, p. 71-93.

Apresentações de Trabalho

1.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Direito e Política ? Abordagem científica sobre o papel do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 01/05/2026 às 11:24:56

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes



Rafael Henrique Biscaro

Endereço para acessar este CV: https://lattes.cnpq.br/2313503913943808
ID Lattes: **2313503913943808**
Última atualização do currículo em 04/03/2026

Possui graduação em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (2014). Atualmente é técnico para assuntos financeiros da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: compras públicas e licitações. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Rafael Henrique Biscaro

Nome em citações bibliográficas

BISCARO, R. H.;BISCARO, RAFAEL HENRIQUE

Lattes iD

https://lattes.cnpq.br/2313503913943808

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Linkedin: www.linkedin.com/in/rafael-henrique-biscaro-3157a8160

Universidade de São Paulo, USP Leste, Escola de Artes, Ciências e Humanidades.
Rua Arlindo Bettio
Vila Guaraciaba
03828000 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30918819

Redes Sociais

Formação acadêmica/titulação

2022 - 2024

Especialização em MBA ¸AUDITORIA E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO. (Carga Horária: 517h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: ARTIGO - O impacto da implantação da Lei nº 14.133/21 na Universidade de São Paulo (USP): uma perspectiva comparada..
Orientador: Fernando de Souza Coelho.

2018 - 2020

Especialização em Especialização de Gestão em Administração Pública. (Carga Horária: 420h).
Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
Título: SUSTENTABILIDADE ¸ NAS COMPRAS PÚBLICAS PARA ALÉM DA LEGALIDADE E DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS PREVISTOS NO EDITAL.

2015 - 2016

Especialização em Especialização em Licitações e Contratos Administrativos. (Carga Horária: 400h).
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA, Estacio-RibPreto, Brasil.
Título: Registro de Preços: Sustentabilicade, celeridade e limites..

2008 - 2014

Graduação em Gestão de Políticas Públicas.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Licitação Sustentável Um outro olhar sobre compras no setor público brasileiro..
Orientador: Wagner Tadeu Iglecias.

2017 - 2019

Curso técnico/profissionalizante em Curso superior de Tecnologia em Gestão Empresarial.
Faculdade de Tecnologia de São Paulo, FATEC, Brasil.

Formação Complementar

2024 - 2025

Extensão universitária em Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública ? Teoria e Prát. (Carga horária: 330h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Técnico para Assuntos Financeiros

Atividades

10/2025 - Atual

Direção e administração, USP Leste, Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Cargo ou função
Chefe da Divisão de Apoio aos Órgãos Centrais.

01/2015 - 10/2025

Direção e administração, USP Leste, Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Cargo ou função
Pregoeiro e Agente de Contratação.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2018

Finalista do Concurso Nacional de Palestrantes em Administração Pública, Instituto Negócios Públicos.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. 2023. (Congresso).

2.

1º Encontro Técnico A Nova Lei de Licitações e sua Aplicação pelas Universidades do Estado de São Paulo. 2023. (Encontro).

3.

1º Seminário de Implementação da Lei nº 14.133/2021 na Universidade de São Paulo.Uma Imersão na Nova Lei de Licitações e Contratos. 2023. (Seminário).

4.

2º Encontro Técnico A Nova Lei de Licitações e sua Aplicação pelas Universidades do Estado de São Paulo. 2023. (Encontro).

5.

7º Congresso de Licitações e Contratos. 2023. (Congresso).

6.

Encontro sobre nova Lei de Licitações NLLC (Lei nº 14.133/2021).Uma visão panorâmica da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21. 2023. (Encontro).

7.

17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. 2022. (Congresso).

8.

1º Simpósio de Compras Públicas da EACH/USP.A implementação de Políticas Públicas através das compras governamentais: um olhar sobre a nova lei de licitações.. 2022. (Simpósio).

9.

1º Seminário Maranhense para Licitantes. 2020. (Seminário).

10.

1º Encontro Maranhense de Agentes de Licitação. 2018. (Encontro).

11.

Congresso Brasileiro de Compras Públicas. 2018. (Congresso).

12.

11º PREGÃO WEEK. 2017. (Congresso).

13.

12º Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública - ENEAP. 2013. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

⭐ REZENDE, A. J. ; SANTIAGO, M. R. ; **BISCARO, R. H.** . 1º Seminário de Implementação da Lei nº 14.133/2021 na Universidade de São Paulo. 2023. (Outro).

2.

⭐ **BISCARO, R. H.**; FRIAS, P. C. ; COELHO, F. S. . 1º Simpósio de Compras Públicas EACH/USP. 2022. (Outro).

Cursos de curta duração ministrados

1.

BISCARO, RAFAEL HENRIQUE; COELHO, F. S. ; IGLESIAS, W. T. ; FRIAS, P. C. . Refletindo sobre a nova lei de Licitações e Contratos. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

BISCARO, R. H.; COELHO, F. S. ; IGLESIAS, W. T. ; FRIAS, P. C. ; GIANSANTE, C. G. ; OLIVEIRA, B. ; CASA, M. C. . Refletindo sobre a nova lei de Licitações e Contratos. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

BISCARO, R. H.; FRIAS, P. C. . Uma visão panorâmica da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

BISCARO, R. H.; FRIAS, P. C. ; COELHO, F. S. . 1º Simpósio de Compras Públicas EACH/USP. 2022. (Outro).

2.

REZENDE, A. J. ; SANTIAGO, M. R. ; **BISCARO, R. H.** . 1º Seminário de Implementação da Lei nº 14.133/2021 na Universidade de São Paulo. 2023. (Outro).

Outras informações relevantes

Gestor de Políticas Públicas. Especialista em Licitações e Contratos. Especialista em Gestão da Administração Pública. MBA em Auditoria e Inovação no Setor Público. Agente de Contratação e Pregoeiro na Universidade de São Paulo. Professor de Pós-Graduação. Palestrante na área de Licitações e Contratos Administrativos. Finalista do Concurso Nacional de Palestrantes em Administração Pública do Grupo Negócios Públicos em 2018. Professor do curso de difusão Refletindo sobre a nova lei de licitações e contratos (USP). Idealizador e coordenador acadêmico do 1, 2, 3 e 4 Simpósio de Compras Públicas da USP (2022, 2023, 2024 e 2025). Coautor das obras:- Pregoeiros e Agentes de Contratação: desvendando a Lei n 14.133/21 em perguntas e respostas (1 e 2 ed.), pela editora JusPodivm.- Desvendando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) na Contratação Pública - Guia Completo com Base na Lei n 14.133/2021. Editora Mizuno.- A Atuação do Pregoeiro e Agente de Contratação nas Licitações Sob a Égide da Lei n 14.133/2021 - Teoria e Prática. Editora Mizuno

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 09/03/2026 às 07:45:47

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes



Franklin Brasil Santos

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/0909730658879322
ID Lattes: **0909730658879322**
Última atualização do currículo em 06/04/2026

Auditor federal e pesquisador em compras públicas. Coordenou a área de estratégia da Central de Compras federal. Doutorando em Engenharia e Gestão pelo IST/ULisboa. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP (2014). Bacharel em Ciências da Computação pela UFMT (2002). Experiência em governança e gestão de riscos do setor público, com ênfase em licitações e contratos, fraudes, pesquisa de preços e serviços terceirizados. Coordenador do Grupo NELCA, que congrega compradores públicos de todo o país. Ganhador dos prêmios Lino Martins (Controladoria) em 2014 e Chico Ribeiro (Qualidade do Gasto Público) em 2015, 2016 e 2017. Palestrante e instrutor em capacitações profissionais de servidores públicos. Co-autor de diversos livros, entre eles "Como combater a corrupção em licitações", "Como combater o desperdício no setor público" e "Auditoria Baseada em Riscos". Autor do livro "Preço de referência em compras públicas". **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Franklin Brasil Santos

Nome em citações bibliográficas

SANTOS, F. B.

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/0909730658879322

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional Linkedin: null

Controladoria-Geral da União,
Controladoria-Geral da União.
Edifício Darcy Ribeiro
Asa Sul
70070905 - Brasília, DF - Brasil
Telefone: (61) 20207000
URL da Homepage: www.cgu.gov.br

Redes Sociais

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2014

Mestrado em Controladoria e Contabilidade.
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, FEAC/USP, Brasil.
Título: Determinantes de custos na limpeza predial terceirizada: benchmarking em universidades federais , Ano de Obtenção: 2014.
Orientador: Valmor Slomski.
Palavras-chave: Contabilidade de custo; Administração pública; Terceirização; Benchmarking.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública / Especialidade: Contabilidade e Finanças Públicas.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.

1997 - 2002

Graduação em Bacharelado em Ciências da Computação.
Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil.
Título: Licitações de Informática.
Orientador: Einstein Lemos de Aguiar.

Formação Complementar

2022 - 2022

Custos de eficiência e fundamentos de teoria de preços. (Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Avaliação do programa de integridade. (Carga horária: 3h).
Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

2020 - 2020

Direito penal e administração pública: jurisprudência tribunais superiores. (Carga horária: 2h).
Escola de Gestão Pública - TCEPR, EGP - TCEPR, Brasil.

2020 - 2020

Matriz de Responsabilização. (Carga horária: 2h).
Escola de Gestão Pública - TCEPR, EGP - TCEPR, Brasil.

2020 - 2020

Atividade Correcional - Visão Geral. (Carga horária: 25h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

PRATICA JURISPRUDENCIAL EM SINDICÂNCIA E PAD. (Carga horária: 3h).
Escola de Gestão Pública - TCEPR, EGP - TCEPR, Brasil.

2020 - 2020

Alterações da LINDB - Lei de introdução às normas de direito brasileiro. (Carga horária: 4h).
Escola de Gestão Pública - TCEPR, EGP - TCEPR, Brasil.

2020 - 2020

Provas no Processo Administrativo Disciplinar. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Diagnóstico da responsabilização de agentes,. (Carga horária: 2h).
Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

2019 - 2019

Seminário: Compras Públicas Centralizadas. (Carga horária: 4h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

Business Intelligence para Gestores Públicos - teoria e prática. (Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

Seminário: Engajar e motivar em tempo de mudanças. (Carga horária: 4h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2018 - 2018

Seminário Boas Práticas em Licitações e Contratos. (Carga horária: 8h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2010 - 2010

Fundamentos de Gestão de Segurança da Informação. (Carga horária: 120h).
Fundação Trompowsky, TROMPOWSKY, Brasil.

2010 - 2010

Como planejar e julgar contratações terceirizadas. (Carga horária: 24h).
ZENITE - INFORMAÇÃO E CONS. EM ADM. PUBL, ZICAP_FORN, Brasil.

2009 - 2009

Fiscalización del Sector Público. (Carga horária: 135h).
Tribunal de Cuentas da España, TCU-ES, Espanha.

2009 - 2009

Legislação aplicada à Logística de Suprimentos. (Carga horária: 26h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2008 - 2008

Formação de pregoeiros. (Carga horária: 30h).
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, SLTI/MPOG, Brasil.

2006 - 2006

Processo Administrativo Disciplinar. (Carga horária: 40h).
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, EAFE_FORN, Brasil.

2006 - 2006

Capacitação em obras - SINAPI. (Carga horária: 20h).
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, EAFE_FORN, Brasil.

2005 - 2005

Curso Básico de Auditoria em Engenharia. (Carga horária: 20h).
Associação Brasileira de Engenhareiros Civis, ABENC, Brasil.

2004 - 2004

Siafi Gerencial aplicado às ações de controle. (Carga horária: 28h).
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, EAFE_FORN, Brasil.

2003 - 2003

Auditoria em Licitações Públicas. (Carga horária: 30h).
Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil.

Atuação Profissional

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Servidor público estável, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2017 - 2019

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Assessor de Governança em Aquisições, Regime: Dedicação exclusiva.

Ministério da Economia, ME, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2020

Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Coord-Geral de Estratégias de Aquisições, Regime: Dedicação exclusiva.

Revisor de periódico

2024 - Atual

Periódico: Journal of Public Procurement

2020 - Atual

Periódico: Revista do Serviço Público (Brasília)

2019 - Atual

Periódico: REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

2006 - Atual

Periódico: Revista da CGU

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2017

7º PRÊMIO CHICO RIBEIRO SOBRE CONTABILIDADE, CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO, Instituto Social Iris.

2016

6º PRÊMIO CHICO RIBEIRO SOBRE CONTABILIDADE, CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO, Instituto Social Iris.

2015

5º Prêmio Chico Ribeiro Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, Escola de Administração Fazendária (Esaf).

2014

I Prêmio Professor Lino Martins da SIlva, Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro - ASCIERJ.

2010

Prêmio Desempenho Funcional, Ministério da Fazenda.

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

CUNHA, W. L. A. ; **SANTOS, F. B.** . GestGov e Nelca: Comunidades de prática, na prática. Cadernos Técnicos da CGU, v. 1, p. 22-28, 2025.

2.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. ; CALDEIRA, D. M. ; NAVARRO, G. B. . A ciência da CGU: perfil de profissionais da Controladoria-Geral da União e sua produção acadêmica em vinte anos. Cadernos Técnicos da CGU, v. 1, p. 22-75, 2023.

3.

SANTOS, F. B.; CHIOATO, T. L. P. . Rescisões contratuais antes e depois do Acórdão TCU 1214/13: possíveis efeitos da trajetória de controles na terceirização. Revista do TCU, v. 1, p. 19-38, 2021.

4.

SANTOS, F. B.. Curva ABC - Como priorizar o que é mais importante?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 481-485, 2018.

5.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. ; AFFONSO, B. D. F. . Uma garrafada contra a corrupção?. Revista Conceito Jurídico, v. 2, p. 75-78, 2018.

6.

SANTOS, F. B.. REFORMA DA LEI DE LICITAÇÕES: O QUE PENSAM OS COMPRADORES PÚBLICOS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 251, p. 33-38, 2015.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

⭐ **SANTOS, F. B.**; SOUZA, K. R. . COMO COMBATER A CORRUPÇÃO EM LICITAÇÕES - Detecção e Prevenção de Fraudes. 4. ed. Belo Horizonte: Forum, 2024. v. 1. 154p .

2.

SOUZA, K. R. ; **SANTOS, F. B.** . Como combater o desperdício no setor público - gestão de riscos na prática. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2022.

3.

SOUZA, K. R. ; **SANTOS, F. B.** . Auditoria Baseada em Riscos. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v. 1. 196p .

4.

SOUZA, K. R. ; **SANTOS, F. B.** . Como gerenciar riscos na administração pública: estudo prático em licitações. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2017. v. 1. 160p .

Capítulos de livros publicados

1.

SANTOS, F. B.; CHIOATO, T. L. P. . Riscos, controles e racionalidade na terceirização. In: Cristiana Fortini; Flaviana Vieira Paim. (Org.). Terceirização na Administração Pública: Boas Práticas e Atualização à Luz da Nova Lei de Licitações. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. , p. 71-100.

2.

SANTOS, F. B.. Gestão da ocupação: em busca de eficiência no custeio administrativo do setor público. In: Virginia Bracarense Lopes; Felippe Vilaça Loureiro Santos. (Org.). Compras Públicas Centralizadas no Brasil. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. , p. 227-242.

3.

SANTOS, F. B.; PERCIO, G. V. . Profissionalização das compras públicas: um caminho inescapável. In: Virginia Bracarense Lopes; Felippe Vilaça Loureiro Santos. (Org.). Compras Públicas Centralizadas no Brasil. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. , p. 243-264.

4.

Costa, Cecilia de Almeida ; **SANTOS, F. B.** . Estudo Técnico Preliminar: O dilema entre necessidade e solução. In: Francisco Fernando Antônio Albuquerque Lima; Rogério Corrêa. (Org.). Licitações e Contratos Administrativos na Lei 14.133/21 ? Aspectos Gerais. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2022, v. , p. 116-149.

5.

SANTOS, F. B.. A ARTE E A TÉCNICA DE IDENTIFICAR RISCOS. In: Marco Aurélio Borges de Paula; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. (Org.). COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS E COMBATE À CORRUPÇÃO: Integridade para o Desenvolvimento. 2ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2020, v. , p. 373-384.

6.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS EM PREFEITURAS: UM CASO PRÁTICO NA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. In: Ana Carla Bliacheriene; Marcus Vinicius de Azevedo Braga; Renato Jorge Brown Ribeiro. (Org.). CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO. 2ed.Belo Horizonte: Forum, 2019, v. , p. 269-290.

7.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. . DO PARADOXO À EFETIVIDADE ? A CONTROLADORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE UM ESTADO MAIS EFICIENTE E UMA SOCIEDADE MAIS PARTICIPATIVA. In: Ana Carla Bliacheriene; Marcus Vinicius de Azevedo Braga; Renato Jorge Brown Ribeiro. (Org.). CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO. 2ed.Belo Horizonte: Forum, 2019, v. , p. 375-392.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

SANTOS, F. B.; NEIVA, S. . Pesquisa de Preços em Compras Públicas ? Por que continuamos falhando tanto?. Portal Sollicita, 25 fev. 2025.

2.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Como estimar preço em compras públicas usando econometria com o ChatGPT. Portal 3RCapacita, 28 maio 2024.

3.

SANTOS, F. B.; CHIOATO, T. L. P. . Subsídios para Gestão de Riscos em terceirização: estatísticas de contratos federais. Ementário da Gestão Pública, Internet, 01 fev. 2021.

4.

CALDEIRA, D. M. ; **SANTOS, F. B.** ; BRAGA, M. V. A. ; SABENCA, S. Z. . Administração Pública: tempos do controle nos novos tempos. Portal Jota, Internet, 17 out. 2020.

5.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. ; COSTA, G. P. C. L. . Corrupção em licitações: cinco conselhos no tempo de um cafezinho. Portal Jota, Internet, 05 set. 2020.

6.

SANTOS, F. B.; COSTA, G. P. C. L. ; BRAGA, M. V. A. . Corrupção em contratos: cinco riscos num dedo de prosa. Portal JOTA, Internet, 30 ago. 2020.

7.

SANTOS, F. B.; HECKERT, C. . Medida Provisória potencializa aumento de eficiência na gestão de prédios públicos. Revista INFRA FM, https://infrafm.com.br/revista, 30 jan. 2020.

8.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. . Prevengers: uma discussão sobre accountability. Blog Quadrinheiros, São Paulo, 22 ago. 2019.

9.

AFFONSO, B. D. F. ; BRAGA, M. V. A. ; **SANTOS, F. B.** . Uma garrafada contra a corrupção?. Revista Conceito Jurídico, p. 75 - 78, 01 mar. 2018.

10.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. ; BRAGA, M. V. A. . Corrupção: para além das dez medidas. Revista Jurídica Consulex, São Paulo, p. 31 - 33, 01 nov. 2016.

11.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. . Compliance, controles internos e Auditoria Interna: cooperação sim, conflito não. IIA Notícias, p. 10 - 10, 15 jul. 2015.

12.

SANTOS, F. B.. REFORMA DA LEI DE LICITAÇÕES: O QUE PENSAM OS COMPRADORES PUBLICOS. Boletim Governet de Licitações e Contratos, p. 625, 25 jun. 2015.

13.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. . Neymar, David Luiz e o combate à corrupção. Congresso em Foco, 30 abr. 2015.

14.

SANTOS, F. B.. Determinantes de custos na limpeza predial terceirizada: Benchmarking em universidades federais. Revista Infra, p. 42 - 45, 09 mar. 2015.

15.

BRAGA, M. V. A. ; **SANTOS, F. B.** ; AFFONSO, B. D. F. . Arranjos de accountability, arriba! Conexão Brasil-México de combate à corrupção. Congresso em Foco, Brasília.

16.

SANTOS, F. B.. Preços e quantidades de álcool gel em compras públicas na pandemia. Blog Zenite.

17.

SANTOS, F. B.; CAMARAO, T. . Menor Preço, Maior Custo: A Lei 14.133 faz cinco anos e o ?menor dispêndio? continua esperando para estrear. Researchgate.

18.

SANTOS, F. B.. Preço estimado em compras públicas: por que quem estima melhor compra menos?. Researchgate.

19.

SANTOS, F. B.. Conversando com Lulas e LLMs: IA em Compras Públicas. Researchgate.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

⭐ **SANTOS, F. B.**. Determinantes de Custos e Economicidade de Contratos: o Exemplo da Limpeza Predial. In: 5º PRÊMIO CHICO RIBEIRO SOBRE INFORMAÇÃO DE CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO, 2015, Brasília. Trabalhos Premiados. Brasília: ESAF, 2015.

Artigos aceitos para publicação

1.

COSTA, C. C. M. ; **SANTOS, F. B.** ; REIS, P. R. C. . ?Qual o Preço Certo? Condições de Mercado e seus Dilemas na Pesquisa de Preços em Compras Públicas. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL JCR, 2024.

Apresentações de Trabalho

1.

SANTOS, F. B.. Fraudes em Licitações. 2025. (Apresentação de Trabalho/Outra).

2.

SANTOS, F. B.. Juntando inteligência coletiva com artificial: a experiência do NelcaLM no apoio a dilemas práticos dos compradores públicos. 2025. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

3.

SANTOS, F. B.. Inteligência em Compras Públicas. 2025. (Apresentação de Trabalho/Outra).

4.

SANTOS, F. B.; LOPES, V. B. ; PANCOTTO, A. . Profissionalização de compradores públicos. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

SANTOS, F. B.. Gestão Estratégica da Ocupação. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

SANTOS, F. B.. Pesquisa de Preços na Nova Lei de Licitações. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

SANTOS, F. B.. Pesquisa de Preços na Nova Lei de Licitações. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

SANTOS, F. B.. Banco de Preços da Saúde: Entre a utopia e a realidade prática. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

9.

SANTOS, F. B.. Profissionalização de compradores públicos. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

10.

SANTOS, F. B.. Quanto custa ignorar o custo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

SANTOS, F. B.. Profissionalização dos compradores públicos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

SANTOS, F. B.. Uma conversa com os auditores federais Franklin Brasil e Kleberson Souza. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

SANTOS, F. B.; LOPES, V. B. ; PERCIO, G. V. . As perspectivas da nova lei de licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

14.

SANTOS, F. B.. Reflexões sobre a estimativa de preços em contratações. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

15.

SANTOS, F. B.. Gestão da Ocupação: um olhar estratégico sobre o custeio administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

16.

SANTOS, F. B.. Implantando a cultura de gestão de riscos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

17.

SANTOS, F. B.. Gestão de riscos para resultados. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

SANTOS, F. B.. Detecção de fraudes em licitação. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

SANTOS, F. B.. Agregar valor à gestão. O que é isso?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20.

SANTOS, F. B.. Governança e Gestão de Riscos nas Aquisições. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

21.

SANTOS, F. B.. Certificação do Agente de Compras. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

22.

SANTOS, F. B.. Matriz RACI em Gestão de Riscos nas Compras Públicas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

SANTOS, F. B.. Integridade, Inovação e Eficiência. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

SANTOS, F. B.. Caçando mitos: manual de sobrevivência do comprador inovador. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

SANTOS, F. B.. Afastamento a serviço: gestão de riscos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).

26.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em Aquisições. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

27.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em Aquisições. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

28.

SANTOS, F. B.. Certificação de agentes de compras: em busca do fortalecimento da carreira do comprador público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

29.

SANTOS, F. B.. Fraudes: prevenção e detecção. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

30.

AFFONSO, B. D. F. ; BRAGA, M. V. A. ; **SANTOS, F. B.** . Controle e Gestão: complementares ou concorrentes?. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

31.

SANTOS, F. B.; BRAGA, M. V. A. ; AFFONSO, B. D. F. . Controle e Gestão: Complementares ou Concorrentes?. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

32.

SANTOS, F. B.. Fraudes em licitações. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

33.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Detecção e prevenção de fraudes em licitações. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

34.

SANTOS, F. B.. Combate à corrupção em licitações. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

SANTOS, F. B.. Fraudes e Controles na Gestão de Passagens. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

36.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Prevenção e detecção de fraudes em licitação. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

37.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em Aquisições. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

38.

SANTOS, F. B.. Auditoria e o Fair Play em Licitações. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

39.

SANTOS, F. B.. Projeto APRIMORA - Aprimoramento dos Controles Internos Municipais. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

SANTOS, F. B.. Como detectar fraudes em licitações. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

SANTOS, F. B.. Fraudes em Licitação: Tipologia e Detecção. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

SANTOS, F. B.. Controle de prazo de execução em obras públicas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

SANTOS, F. B.. Determinantes de custos na limpeza predial terceirizada. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).

44.

SANTOS, F. B.. Determinantes de custos e modelos de contratação da limpeza predial terceirizada.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).

45.

SANTOS, F. B.. Objetivos, riscos e controles dos processos de logística de medicamentos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

SANTOS, F. B.. Gest. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).

47.

SANTOS, F. B.. Gestão de custos em contratos terceirizados: o caso da Limpeza Predial. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

48.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de contratos terceirizados. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

SANTOS, F. B.. Eficácia do planejamento no saneamento municipal: prazo de obras. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

SANTOS, F. B.. Mecanismos de controle de Obras Públicas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

51.

SANTOS, F. B.. A Universidade que temos e a Universidade que queremos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

52.

SANTOS, F. B.. Uma abordagem sobre a consciência ética do aluno. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

53.

SANTOS, F. B.. Diretrizes para a contratação de serviços. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

SANTOS, F. B.. Entendimentos da CGU sobre contratações públicas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

55.

SANTOS, F. B.. Planilha de custos e formação de preços. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

56.

SANTOS, F. B.. Mecanismos de controle de Obras Públicas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

57.

SANTOS, F. B.. Oficina de planejamento e contratação de Serviços Terceirizados. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

SANTOS, F. B.. O Controle Interno e a sua Atuação no Estímulo ao Controle Social. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

SANTOS, F. B.. Fiscalização das contratações públicas: principais achados. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

SANTOS, F. B.. A CGU e o controle social. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

61.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. . Licitações e Contratos - Principais problemas. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

62.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. . Licitações e Contratos - Principais problemas. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

SANTOS, F. B.. A conta vinculada nos contratos de terceirização, 2022. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

2.

FIUZA, E. P. S. ; SANTOS, F. V. L. ; LOPES, V. B. ; MEDEIROS, B. A. ; **SANTOS, F. B.** . Revisão do arranjo das compras públicas a partir de um contexto de crise. BRASILIA: IPEA, 2020 (Nota Técnica).

3.

FIUZA, E. P. S. ; SANTOS, F. V. L. ; LOPES, V. B. ; MEDEIROS, B. A. ; **SANTOS, F. B.** . Compras Públicas Centralizadas em Situações de Emergência e Calamidade Pública. Brasilia: IPEA, 2020 (Texto para Discussão).

4.

SANTOS, F. B.. Painel de Custeio Administrativo: um projeto de transparência, simplicidade e eficiência. Brasília: ENAP, 2018 (Estudo de Caso).

5.

SANTOS, F. B.. Painel de Preços: uma entrega efetiva para uma demanda antiga. Brasília: ENAP, 2018 (Estudo de Caso).

Produção técnica

Programas de computador sem registro

1.

SANTOS, F. B.. Ciência das Compras. 2026.

2.

SANTOS, F. B.. NelcaLM. 2025.

3.

SANTOS, F. B.. PlanilhAI. 2025.

4.

SANTOS, F. B.. NecessitAI. 2025.

5.

SANTOS, F. B.. EstimAI. 2025.

Trabalhos técnicos

1.

SANTOS, F. B.. Preços de medicamentos e insumos médico-hospitalares praticados em Mato Grosso. 2015.

2.

SANTOS, F. B.. Metodologia de contratação de serviços de limpeza predial. 2015.

3.

⭐ **SANTOS, F. B.**. Preços de medicamentos praticados nas prefeituras de Mato Grosso. 2014.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

SANTOS, F. B.; LOJA, G. P. . Seminário VERBO de Auditoria Interna e Controle Governamental. 2025. (Programa de rádio ou TV/Outra). 🎬

2.

MENDES, L. ; **SANTOS, F. B.** . Conta Vinculada em Contratos Terceirizados: Custo e Benefício. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬

3.

SANTOS, F. B.. Ineficiência nos gastos públicos. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬

4.

SANTOS, F. B.; Flávio Amaral Garcia . Padronização em Compras Públicas (entrevistador). 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬

5.

SANTOS, F. B.; SWEET, DARRYL . Certificação de compradores públicos nos Estados Unidos (entrevistador). 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬

6.

SANTOS, F. B.; INOSTROZA, T. . Certificação em Compras Públicas. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

7.

SANTOS, F. B.. Corrupção e desperdício nas compras públicas. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

8.

SANTOS, F. B.. Uso da média, mediana e menor preço para fixar preço estimado da licitação. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

9.

SANTOS, F. B.. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA COM FOCO EM QUALIDADE. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

10.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em compras públicas. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

11.

SANTOS, F. B.. Os prós e contras das licitações e da limpeza no meio público. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Redes sociais, websites e blogs

1.

SANTOS, F. B.; CORREA, R. ; KOSIS, M. ; CAMPOS JUNIOR, A. L. P. . NELCA - Núcleo de Apoio aos Compradores Públicos. 2009; Tema: Licitações e contratos do setor público. (Fórum).

Demais tipos de produção técnica

1.

SANTOS, F. B.. Pesquisa Avançada de Preços para Contratações Públicas com o uso de Inteligência Artificial. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em Licitações. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

3.

SANTOS, F. B.. Fraudes em Contratos: Exemplos Reais e Mecanismos de Prevenção. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

4.

SANTOS, F. B.; SALDANHA, P. . Planejamento da contratação de Facilities no setor público. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

5.

SANTOS, F. B.. Planejamento e Gestão de Riscos na Contratação de Facilities no Setor Público. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

6.

SANTOS, F. B.. Prevenção e Detecção de Fraudes em Licitações. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

SANTOS, F. B.. Pesquisa de Preços: Um guia de sobrevivência. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

8.

SANTOS, F. B.. Análise Avançada de Preços em Compras Públicas. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

9.

SANTOS, F. B.. Critério do menor dispêndio na prática. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

10.

SANTOS, F. B.. Matriz de Risco na Nova Lei de Licitações. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11.

SANTOS, F. B.. Como planejar contratação de serviços de limpeza. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

12.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos na Governança em contratações públicas em organizações de saúde. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

SANTOS, F. B.. Como Gerenciar Ocupação e contratar Facilities Management. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

14.

SANTOS, F. B.. Detecção e prevenção de fraudes em licitações. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

15.

SANTOS, F. B.; AFFONSO, B. D. F. ; CORREA, R. . Atualização em legislação e jurisprudência aplicadas às aquisições. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

16.

SANTOS, F. B.. Como contratar serviços de Facilities Management. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

17.

SANTOS, F. B.; MIRANDA, R. F. A. . Seminário Nacional de Gestão de Riscos e Integridade Pública em tempos de pandemia. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

18.

SANTOS, F. B.. Fraudes em Pregões Eletrônicos. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

19.

SANTOS, F. B.. Fraudes em licitações. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

20.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em licitação. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

21.

SANTOS, F. B.. Fundamentos de DW SIASG. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

22.

SANTOS, F. B.. Fundamentos de Pesquisa de Preços. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

23.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em licitação. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

24.

SANTOS, F. B.. Auditoria de Contratação de Serviços Terceirizados. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

25.

SANTOS, F. B.; LOPES, V. B. . Caçando mitos em compras públicas. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

26.

SANTOS, F. B.. Preço de Referência em Compras Públicas - Versão 3.0. 2019. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

27.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

28.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

29.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

30.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

31.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

32.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

33.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

34.

SANTOS, F. B.. Pesquisa de Preços em Compras Públicas. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

35.

SANTOS, F. B.. Avaliação de Controles Internos em Gestão de Frotas em Prefeituras. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

36.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de contratos. Aspectos principais.. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

37.

SANTOS, F. B.. Formação de Preços em Compras Públicas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

38.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em Aquisições. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

39.

SANTOS, F. B.. Detecção de fraudes em licitações. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

40.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos na Administração Pública. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

41.

SANTOS, F. B.. Detecção de fraudes em licitações. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

42.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Detecção de Fraudes em Licitação. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

43.

SANTOS, F. B.. PESQUISA DE PREÇO EM COMPRAS PÚBLICAS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

44.

SANTOS, F. B.. PESQUISA DE PREÇO EM COMPRAS PÚBLICAS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

45.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitações: Técnicas de Detecção. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

46.

SOUZA, K. R. ; **SANTOS, F. B.** . Avaliação de Controles Internos em Contratações em Prefeituras. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

47.

SANTOS, F. B.. Detecção de Fraudes em Licitações. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

48.

SANTOS, F. B.. Formação de Preços de Referência em Compras Públicas. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

49.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

50.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

51.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Gestão de Riscos no Setor Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

52.

SANTOS, F. B.. Elaboração de Termos de Referência (Pesquisa de Preços e Planillha de Custos). 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

53.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

54.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Gestão de Riscos no Setor Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

55.

SANTOS, F. B.. Planilha de Custos em Serviços Terceirizados. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

56.

SANTOS, F. B.. Planilha de Custos em Serviços Terceirizados. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

57.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos no Setor Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

58.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos no Setor Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

59.

SANTOS, F. B.. Formação de Preços de Referência em Compras Públicas. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

60.

SANTOS, F. B.. Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

61.

SANTOS, F. B.. Preço de Referência em Compras Públicas - Ênfase em Medicamentos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

62.

SANTOS, F. B.. Preço de Referência em Compras Públicas - Ênfase em Medicamentos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

63.

SANTOS, F. B.. Gestão de Riscos em Aquisições. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

64.

SANTOS, F. B.. Avaliação de Controles Internos em Alimentação Escolar em Prefeituras. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

65.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Gerenciamento de Riscos no Setor Público - Estudo de Caso em Aquisições. 2016. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de caso).

66.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Como Fazer Avaliação de Controles Internos - Estudo de Caso em Licitação. 2016. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de caso).

67.

SANTOS, F. B.. Preço de referência em Compras Públicas. 2016. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - vídeo educacional).

68.

SANTOS, F. B.. Avaliação de Controles Internos em Assistência Farmacêutica em Prefeituras - Módulo Controladorias Municipais. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

69.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de contratos. Aspectos principais.. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

70.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

71.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de Contratos. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

72.

SANTOS, F. B.. Preço de referência em compras públicas (ênfase em medicamentos). 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

73.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

74.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Estudo de Caso - Edital de Obras. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de caso).

75.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Estudo de Caso - Habilitação em Pregão de Serviços. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de caso).

76.

SOUZA, K. R. ; **SANTOS, F. B.** . Avaliação de Controles Internos em Assistência Farmacêutica em Prefeituras. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

77.

SANTOS, F. B.. Contratação e Fiscalização de Serviços Terceirizados. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

78.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de Serviços Terceirizados. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

79.

SANTOS, F. B.. Logística de Medicamentos nas Prefeituras. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

80.

SOUZA, K. R. ; **SANTOS, F. B.** . Avaliação de Controles Internos em Assistência Farmacêutica. Caso hipotético.. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de caso).

81.

SANTOS, F. B.. Curso de Elaboração de Editais. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Questões objetivas para curso de elaboração de editais).

82.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; ATALA JUNIOR, A. V. ; CARDOSO, B. ; MATOS, C. A. ; TAURINES, D. R. ; NEPOMUCENO, D. M. ; ABREU, J. S. ; SOUZA, M. G. ; NUNES, M. B. S. ; GONCALVES, M. R. ; SOUSA, M. B. ; CARDOSO, N. M. . Sugestões dos compradores públicas para reforma da Lei de Licitações e Contratos. 2013. (Projeto técnico).

83.

SANTOS, F. B.. Diagnóstico para planejamento de programa educacional de Licitações e Contratos Administrativos. 2013. (Projeto técnico).

84.

SANTOS, F. B.. Gestão e fiscalização contratual em serviços terceirizados. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

85.

SANTOS, F. B.. Técnicas de planejamento na contratação de limpeza predial. 2012. (Projeto técnico).

86.

SANTOS, F. B.. Detecção de fraudes em licitações. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

87.

SANTOS, F. B.. Detecção de fraudes em licitações. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

88.

SANTOS, F. B.. Licitações de obras públicas - o que evitar. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

89.

SANTOS, F. B.. Contratação de serviços terceirizados - principais problemas. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

90.

SANTOS, F. B.. Auditoria em licitações e contratos. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

91.

SANTOS, F. B.. Planilha de custos e formação de preços. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

92.

SANTOS, F. B.. Licitações e Contratos - Principais problemas. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

93.

SANTOS, F. B.. Licitações e Contratos - Principais problemas. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

94.

SANTOS, F. B.. Licitações e Contratos - Principais problemas. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

MIRANDA, R. F. A.; COSTA, G. P. C. L.; **SANTOS, F. B.**. Participação em banca de Henrique Nascimento Straus. A efetividade das Operações Especiais realizadas em MT no período de 2014 a 2015 com a participação conjunta da CGUMT, Polícia Federal e Ministério Público Federal. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS) - Universidade Federal de Lavras.

2.

SANTOS, F. B.; DENARDI, D.; JOHNSTON, M. G.. Participação em banca de Joel Pedro Werlang. Estudo de caso dos aspectos de controle e fiscalização da execução de serviços de sub-base e base de obras de pavimentação asfáltica, no âmbito da Operação Atlântida. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS) - Universidade Federal de Lavras.

3.

SANTOS, F. B.; SANTOS, C. S.; ROMANIELLO, M. M.. Participação em banca de Silvio Paulo Epaminondas Da Silva. A flexibilização de carga horária em relação ao pagamento de plantão hospitalar: estudo de caso num hospital universitário em Mato Grosso. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS) - Universidade Federal de Lavras.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1.

SANTOS, F. B.. Avaliação de trabalhos científicos no XI Congresso Consad de Gestão Pública. 2023. Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração.

2.

SANTOS, F. B.. Avaliação de trabalhos científicos no X Encontro Brasileiro de Adm Pública. 2023. Soc. Bras. de Administração Publica.

Eventos

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; CORREA, R. . 6º Seminário NELCA de Compras Públicas. 2014. (Outro).

2.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; CAMPOS JUNIOR, A. L. P. ; CORREA, R. . 5º Seminário de disseminação de conhecimento e práticas na área de aquisições e licitações públicas. 2013. (Outro).

3.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; CAMPOS JUNIOR, A. L. P. ; CORREA, R. . 4º Seminário de disseminação de conhecimento e práticas na área de aquisições e licitações públicas. 2012. (Outro).

4.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; CAMPOS JUNIOR, A. L. P. . 3º Seminário de disseminação de conhecimento e práticas na área de aquisições e licitações públicas. 2011. (Outro).

5.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; CAMPOS JUNIOR, A. L. P. . 2º Seminário de disseminação de conhecimento e práticas na área de aquisições e licitações públicas. 2010. (Outro).

6.

SANTOS, F. B.; KOSIS, M. ; CAMPOS JUNIOR, A. L. P. . 1º Seminário de disseminação de conhecimento e práticas na área de aquisições e licitações públicas. 2009. (Outro).

7.

SANTOS, F. B.. I Congresso Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle. 2005. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

Vera Luzia Dessanti Simoni. ANÁLISE CRÍTICA DO MODELO DE CÁLCULO DOS CUSTOS NA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO TERCEIRIZADO: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestre em Contabilidade e Finanças) - Instituto Politecnico do Porto, . Coorientador: Franklin Brasil Santos.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Silvio Paulo Epaminondas da Silva. A flexibilização de carga horária em relação ao pagamento de plantão hospitalar: estudo de caso num hospital universitário em Mato Grosso. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS) - Universidade Federal de Lavras. Orientador: Franklin Brasil Santos.

2.

Joel Pedro Werlang. Estudo de caso dos aspectos de controle e fiscalização da execução de serviços de sub-base e base de obras de pavimentação asfáltica, no âmbito da Operação Atlântida. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS) - Universidade Federal de Lavras. Orientador: Franklin Brasil Santos.

Inovação

Programa de computador sem registro

1.

SANTOS, F. B.. NelcaLM. 2025.

2.

SANTOS, F. B.. PlanilhAI. 2025.

3.

SANTOS, F. B.. NecessitAI. 2025.

4.

SANTOS, F. B.. Ciência das Compras. 2026.

5.

SANTOS, F. B.. EstimAI. 2025.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1.

SANTOS, F. B.. Controle de prazo de execução em obras públicas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

SANTOS, F. B.. Determinantes de custos e modelos de contratação da limpeza predial terceirizada.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).

Cursos de curta duração ministrados

1.

SANTOS, F. B.. Matriz de Risco na Nova Lei de Licitações. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

SANTOS, F. B.. Contratação e Fiscalização de Serviços Terceirizados. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de Serviços Terceirizados. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

4.

SANTOS, F. B.. Avaliação de Controles Internos em Assistência Farmacêutica em Prefeituras - Módulo Controladorias Municipais. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

5.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de contratos. Aspectos principais.. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

6.

SANTOS, F. B.. Formação de Preços de Referência em Compras Públicas. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

7.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

8.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

9.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

10.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Gestão de Riscos no Setor Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11.

SANTOS, F. B.. Fiscalização de Contratos. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

12.

SANTOS, F. B.. Elaboração de Termos de Referência (Pesquisa de Preços e Planillha de Custos). 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

13.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Fraudes em Licitação: Técnicas de Detecção. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

14.

SANTOS, F. B.; SOUZA, K. R. . Gestão de Riscos no Setor Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Desenvolvimento de material didático ou instrucional

1.

SANTOS, F. B.. Preço de referência em compras públicas (ênfase em medicamentos). 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

2.

SANTOS, F. B.. Preço de referência em Compras Públicas. 2016. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - vídeo educacional).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

MENDES, L. ; **SANTOS, F. B.** . Conta Vinculada em Contratos Terceirizados: Custo e Benefício. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 01/05/2026 às 11:26:59

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes

Currículo Lattes



Andryu antonio lemos da silva junior

Endereço para acessar este CV: **https://lattes.cnpq.br/3017532857759509**

Última atualização do currículo em 11/05/2026

Possui graduação em Direito. Especialização em Direito Administrativo, Especialização em Licitações e Contratos. Mestrando em Administração Pública. Atualmente ex o cargo de Consultor em Processos Estratégicos e Concessões da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Tem experiência na área de Direito, Gestão, Políticas Públicas e Regulação. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Andryu antonio lemos da silva junior

Nascimento 30/03/1991 - Recife/PE - Brasil

Lattes ID 3017532857759509

Nome em citações bibliográficas SILVA JUNIOR, A. A. L.

Formação acadêmica/titulação

2024 Mestrado Profissional em Mestrado em Administração Pública.
Centro de Extensão e Pesquisa do Instituto Brasiliense de Direito Público, CEP/IDP, Brasília, Brasil
Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia

2024 - 2025 Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO.
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil
Título: GOVERNANÇA RESPONSIVA NA ERA DIGITAL: Impactos da Inteligência Artificial sobre o processo decisório da Administração Pública.
Orientador: PEDRO DIAS

2019 - 2020 Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.
FACULDADE DO COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA, FACULDADE CERS, Brasil
Título: ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS GERENCIADAS POR MUNICÍPIOS: POSSIBILIDADE DE ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES E A DESCONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO DA DESCONFIANÇA FIXADO NO ART. 86, § 3º

2018 - 2019 Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA.
Universidade de Pernambuco, UPE, Recife, Brasil
Título: A IMPLANTAÇÃO DOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA NA GESTÃO MUNICIPAL
Orientador: MARCOS ARAÚJO

2015 - 2016 Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM PENAL E PROCESSO PENAL.
Faculdade Estácio do Recife, Estácio FIR, Recife, Brasil
Título: A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Orientador: Uiraquitan Santos

2009 - 2014 Graduação em Direito.
Faculdade Estácio do Recife, Estácio FIR, Recife, Brasil
Título: UMA CRÍTICA À LUZ DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS AO USO DO CONCEITO DE INIMIGO NO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO., Ano de obtenção: 2014
Orientador: RICARDO CARVALHO

2006 - 2008 Ensino Médio (2o grau) .
Colégio Visão, CV, Recife, Brasil

2001 - 2005 Ensino Fundamental (1o grau) .
Colégio Imaculada Conceição, CIC, Brasília, Brasil

Atuação profissional

Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - P JABOATÃO

2014 - 2016 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: chefe de divisão jurídica- Pref do Recife , Carga horária: 44, Regime: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes Integral

2017 - 2023 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Ger Jurídico de Licitações e Contratos-PMJG , Carga horária: 44, Regime: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes Integral

2017 - 2017 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Gerente Geral Procon-Prefeitura do Jaboatão , Carga horária: 44, Regime: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes Integral

2023 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS , Carga horária: 44, Regime: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes Integral

2023 - 2023 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Gerente de Governança-PMJG , Carga horária: 44, Regime: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes Integral

Faculdades de Ensino Superior da Paraiba - FESP

2025 - Atual Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante , Carga horária: 24, Regime: Faculdades de Ensino Superior da Paraiba Parcial

Producão

Atestado e Currículos (9280296) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 230

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**; STROPPA, C. C.. Governança de Aparência e Valor Público: o mito das Políticas Públicas de Integridade e os seus custos transacionais nas Contratações Públicas. Forum de Contratação e Gestão Pública. v.01, p.01 a 22 - 23, 2026.
2. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**. Entre as disfunções burocráticas e o movimento colonizador: uma crítica ao modelo maximalista fixado pelo legislador federal na Lei nº 14.133/2021. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. v.289, p.33 - 41, 2025.
3. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**; CRUZ, J. M.; VIEIRA, P.. Quem é o Agente Responsável pela Contratação Direta na Lei nº 14.133/2021?. Soluções em Licitações e Contratos-SLC. v.01, p.57 - 63, 2025.

Capítulos de livros publicados

1. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**. REFLEXÕES SOBRE USO DA MODALIDADE PREGÃO NO BRASIL In: PREGOEIROS E AGENTE DE CONTRATAÇÃO, ed.1. SALVADOR: Juspodvm, 2024, v.1, p. 1 - 240.
2. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**; FERNANDES, T. A.. ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS In: ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS GERENCIADAS POR MUNICÍPIOS: POSSIBILIDADE DE ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES E A DESCONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO DA DESCONFIANÇA FIXADO NO ART. 86, § 3º, ed.1. SALVADOR: MENTE ABERTA, 2023, v.1, p. 1 - 300.

Livros organizados

1. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**; STROPPA, C. C.; CRUZ, M. M. L.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos- Estudos em homenagem ao professor Ronny Charles, ed.1. Salvador: Juspodvm, 2024, v.1., p.400.

Outras produções bibliográficas

1. **SILVA JUNIOR, A. A. L.**. UMA CRÍTICA À LUZ DAS CIÊNCIAS PENAIS AO USO DO CONCEITO DE INIMIGO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. MONOGRAFIA. , 2014. (Outra produção bibliográfica)

Este arquivo não foi gerado a partir do Currículo Lattes validado e disponível publicamente e tem por finalidade apenas a conferência das informações inseridas na plataforma.

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 11/05/2026 às 16:16:50.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob o n.º 51.684.924/0001-95, localizada na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19, CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, sob responsabilidade do Sr. Eduardo Anziliero (sócio proprietário), prestou o seguinte serviço abaixo especificado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE
1	Contratação de Curso Avançado: ETP, TR, Pesquisa de preços, com uso de inteligência Artificial	PRESENCIAL	14 horas	04

Dados da contratante: **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab) – Superintendência Regional de Rondônia - CNPJ/MF sob o n.º 26.461.699/0383-15**, localizada na Avenida Farquar, nº 3305, Bairro: Panair, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-429.

Atestamos, ainda, que a referida Empresa prestou o serviço conforme solicitado, cumprindo com suas obrigações contratuais satisfatoriamente, nada constando, até a presente data, em nossos arquivos que a desabone.

Porto Velho, em 06 de maio de 2026.

CARLOS EDUARDO DIAS
Gerência de Finanças e Administração
Gerente

ROSEMBERG ALVES PEREIRA
Superintendência Regional de Rondônia
Superintendente

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS**, **Gerente de Área Regional - Conab**, em 11/05/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rosemberg Alves Pereira**, **Superintendente Regional - Conab**, em 11/05/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **52424517** e o código CRC **2B74270E**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE CASTANHAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 1 / 2026 - CCAST (11.13)

Nº do Protocolo: 23073.017642/2026-37

Castanhal-PA, 09 de março de 2026.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (INSTITUTO AGP)**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.684.924/0001-95, com sede na Rua Bom Jesus, nº 212, Sala 1904, 19º andar, Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80.035-010, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica na prestação de serviços de capacitação e treinamento em Gestão Pública.

Declaramos que os servidores da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS CASTANHAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.621.748/0001-23, participaram do treinamento **"PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS COM USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL"**, realizado no período de 05 a 06/03/2026, em Belém/PA.

Os serviços, objeto da **Nota de Empenho nº 426/2026**, foram executados em estrita conformidade com a programação proposta e dentro dos prazos estabelecidos. O desempenho da instituição atendeu plenamente às expectativas desta administração, não constando, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta técnica ou profissional.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para que produza seus efeitos legais.

(Assinado digitalmente em 09/03/2026 14:28)
CARLA ALMEIDA NEVES VALERIANO
ASSESSOR(A)
COORDCAMPUS (11.13.15)
Matrícula: ###661#7

Visualize o documento original em **https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo: **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, data de emissão: **09/03/2026** e o código de verificação: **c5aa1332c6**

Atestado e Currículos (9280296) SEI 03.31.0000780/2026.37 / pg. 233

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica para a prestação de serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública.

Declaramos que a FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA – FSADU, participou de evento promovido por este Instituto, tendo os serviços sido executados em conformidade com a programação proposta, observando-se rigorosamente os prazos estabelecidos, atendendo plenamente às expectativas, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta ou desempenho.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os fins que se fizerem necessários.

São Luís (MA) 17 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
DIEGO GUILHON ROSA DE OLIVEIRA LIMA
Data: 17/03/2026 11:43:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Diego Guilhon Rosa de Oliveira Lima
Gerente Operacional
FSADU

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica para a prestação de serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública.

Declaramos que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO DE BELÉM** participou de um evento promovido por este Instituto, tendo os serviços sido executados em conformidade com a programação proposta, observando-se rigorosamente os prazos estabelecidos, atendendo plenamente às expectativas, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta ou desempenho.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os fins que se fizerem necessários.

Belém, 17 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
MAYCON VALENTE PANTOJA
Data: 17/03/2026 14:25:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAYCON VALENTE PANTOJA

SECRETÁRIO DO TRABALHO E EMPREGO DO MUNICÍPIO DE BELÉM

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica para a prestação de serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública.

Declaramos que o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE participou de evento promovido por este Instituto, tendo os serviços sido executados em conformidade com a programação proposta, observando-se rigorosamente os prazos estabelecidos, atendendo plenamente às expectativas, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta ou desempenho.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os fins que se fizerem necessários.

Natal, 25 de maio de 2026.

ROSANA DANTAS DE ANDRADE ROSSITER:06879253474

Assinado de forma digital por ROSANA DANTAS DE ANDRADE ROSSITER:06879253474
Dados: 2026.05.25 16:59:02 -03'00'

Rosana Dantas de Andrade Rossiter
Gestora do Contrato
PORTARIA CRCRN Nº 033/2026

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob o n.º 51.684.924/0001-95, localizada na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19, CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, sob responsabilidade do Sr. Eduardo Anziliero (sócio proprietário), prestou o seguinte serviço abaixo especificado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE
1	Contratação de Curso Avançado: ETP, TR, Pesquisa de preços, com uso de inteligência Artificial	PRESENCIAL	14 horas	04

Dados da contratante: **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab) – Superintendência Regional de Rondônia - CNPJ/MF sob o n.º 26.461.699/0383-15**, localizada na Avenida Farquar, nº 3305, Bairro: Panair, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-429.

Atestamos, ainda, que a referida Empresa prestou o serviço conforme solicitado, cumprindo com suas obrigações contratuais satisfatoriamente, nada constando, até a presente data, em nossos arquivos que a desabone.

Porto Velho, em 06 de maio de 2026.

CARLOS EDUARDO DIAS
Gerência de Finanças e Administração
Gerente

ROSEMBERG ALVES PEREIRA
Superintendência Regional de Rondônia
Superintendente

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS**, **Gerente de Área Regional - Conab**, em 11/05/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rosemberg Alves Pereira**, **Superintendente Regional - Conab**, em 11/05/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **52424517** e o código CRC **2B74270E**.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.684.924/0001-95 **MATRIZ**		**04/08/2023**

NOME EMPRESARIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO AGP	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BOM JESUS	**212**	**SALA 1904 ANDAR 19 COND AR 3000 - CABRAL COR**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
80.035-010	**JUVEVE**	**CURITIBA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR	**(46) 9970-8582**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/08/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/02/2026** às **16:50:51** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, nascida em 25.02.1987, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03691939456 expedida pelo DETRAN/PR e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, nascido em 03.11.1986, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03462068555, expedida pelo DETRAN/PR, e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia, Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** com sede na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia, Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010, inscrita no CNPJ MF sob n.º 51.684.924/0001-95, com Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41211860909 arquivada em 04.08.2023, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM** por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social pelas cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o endereço da sede e foro da empresa para rua Bom Jesus, nº 212, sala 1904, andar 19, Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, bairro Juveve, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.035-010.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Contrato Social que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios RESOLVEM por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, nascida em 25.02.1987, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03691939456 expedida pelo DETRAN/PR e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, nascido em 03.11.1986, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03462068555, expedida pelo DETRAN/PR, e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia, Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** com

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909

sede na rua Bom Jesus, nº 212, sala 1904, andar 19, Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, bairro Juveve, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.035-010, inscrita no CNPJ MF sob n.º 51.684.924/0001-95, com Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41211860909 arquivada em 04.08.2023, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM** por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** e tem a sede na rua Bom Jesus, nº 212, sala 1904, andar 19, Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, bairro Juveve, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.035-010.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividades de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 07 de agosto de 2023 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma o qual será integralizado em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	15.000	15.000,00
EDUARDO ANZILIERO	15.000	15.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA,** com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste (s) ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado sendo pago em até 12 (doze) parcelas iguais e consecutivas a partir do mês seguinte ao fato.
Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que não necessariamente deverão serem partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba - PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem em tudo justo e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Curitiba - PR, 28 de janeiro de 2026.

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA
Assinado digitalmente

EDUARDO ANZILIERO
Assinado digitalmente

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06285690928	EDUARDO ANZILIERO
05526360962	MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/02/2026 15:27 SOB Nº 20260568317.
PROTOCOLO: 260568317 DE 29/01/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12602611171. CNPJ DA SEDE: 51684924000195.
NIRE: 41211860909. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/01/2026.
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

SEBASTIÃO MOTA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.392.204-2





POLEGAR DIREITO

Eduardo Anziliero

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **9.392.204-2** DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/09/2015

NOME: **EDUARDO ANZILIERO**

FILIAÇÃO: ADELAR LAURIDES ANZILIERO
DEONIDA TEREZINHA ANZILIERO

NATURALIDADE: FRANC.BELTRÃO/PR DATA DE NASCIMENTO: 03/11/1986

DOC. ORIGEM: COMARCA=FCO BELTRÃO/PR, DA SEDE
C.NASC=20069, LIVRO=41A, FOLHA=169

CPF: 062.856.909-28

CURITIBA/PR

ALCIMAR DE ALMEIDA GARRETT
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Lei: 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FRU61376

2º TABELIONATO DE NOTAS Jader Luiz Ribeiro - *Tabelião*

Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-610 - Telefax: (46) 3055-6200

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocopia confere com o documento a mim apresentado
O referido é verdade e Dou Fé.
Francisco Beltrão - PR 27/01/2020
KARINE SARTORI PAVAN WALTER - ESCREVENTE
R$5,41

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

EM BRANCO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 51.684.924/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 22:26:17 do dia 05/07/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/01/2027.
Código de controle da certidão: **1BCF.F223.EDAF.DE94**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.684.924/0001-95
Certidão nº: 59582801/2026
Expedição: 05/07/2026, às 22:31:02
Validade: 01/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.684.924/0001-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 13.283.144

CNPJ: 51.684.924/0001-95

Nome: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 22:34 do dia 05/07/2026.
Código de autenticidade da certidão: C2D8D19C06A649904A575C9613CF38DF77
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 03/10/2026 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39835686-79

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.684.924/0001-95**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/11/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (05/07/2026 22:23:43)

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.684.924/0001-95

Razão social: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

Endereço: R BOM JESUS 212 SALA 1904/ JUVEVE / CURITIBA / PR / 80035-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/07/2026 a 11/08/2026

Certificação Número: 2026071301366520587773

Informação obtida em 13/07/2026 10:07:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/07/2026 22:20:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
CNPJ: **51.684.924/0001-95**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **51.684.924/0001-95**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:34:32 do dia 04/08/2026 , com validade até o dia 03/09/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: Zv0qvYmQ21nuVRVF0gBc

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Anexo Documentos de Habilitação (9280666) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 250

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA *ESTADO DO PARANÁ*

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

E M P R E G A D O S J U R A M E N T A D O S

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de 1ª a 3ª VARAS ESTADUAIS de AÇÕES DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

 # IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA #

CNPJ.51.684.924/0001-95
no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 12/05/2026 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 14 de maio de 2026 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: ANDRE
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 48.00)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:
1 OFICIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Data: 14/05/2026 15:19:38

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo 0E77EEE5 *****

DECLARAÇÃO UNIFICADA

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (AGP Instituto)
CNPJ 51.684.924/0001-95
Rua Bom Jesus, 212. JUVEVE - SALA 1904 ANDAR 19 COND AR 3000 -CABRAL COR
CEP 80.035-010, CURITIBA, PARANÁ
Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.
E-MAIL: contato@institutoagp.com.br

DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

IV - Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V - Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021.

VI - Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

VII - Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos,

embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa).

VIII- Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade firmamos o presente.

Curitiba/Paraná, 3 de março de 2026.

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195

Assinado de forma digital por IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195
Dados: 2026.03.04 21:28:05 -03'00'

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ 51.684.924/0001-95


AGP
INSTITUTO

@AGPINSTITUTO

Sobre Nós

O Instituto AGP é uma instituição especializada no desenvolvimento de soluções educacionais voltadas à qualificação de agentes públicos, com foco na excelência, inovação e fortalecimento da gestão pública.

O Instituto AGP possui como sócios Eduardo Anziliero e Michella Massoni Moreira, consolidando-se como uma organização comprometida com a excelência técnica em treinamentos e capacitações. A instituição destaca-se pela oferta de soluções educacionais de alto nível, aliadas a um atendimento personalizado e humanizado.

Com sede em Francisco Beltrão, no Paraná, e atuação comercial em Curitiba/PR, o Instituto AGP desenvolve suas atividades em cidades-polo do Estado e em diversas regiões do país, ampliando sua capilaridade e proximidade com os clientes, sempre atento às demandas específicas de cada órgão.

As capacitações voltadas ao setor público são estruturadas para aprimorar a eficiência administrativa, fomentar a inovação e fortalecer a capacidade técnica das instituições, contribuindo para uma gestão pública mais ágil, transparente e orientada a resultados.

O corpo docente é composto por profissionais altamente qualificados, com experiência prática e expertise reconhecida, assegurando a excelência na formação de gestores e servidores públicos.



CURSOS MINISTRADOS

SAO CENTENAS CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

Modernização do Legislativo Municipal, Aspectos mais atuantes da Sociedade, Gestão Fiscalizadora e a participação do Cidadão

Técnica Legislativa

O Servidor Público e a Legislação de Pessoal (INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO)"

Curso Prático sobre Emendas Impositivas Individuais e Coletivas
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Como Implantar o Novo e-Social

A Nova Previdência nos Municípios - A EC 103/2019 e o Servidor Público Municipal

Processo Legislativo

A Covid19, a LC 173 e o Impacto na área de Pessoal

A EC 103/2019 e a Limitação do rol de Benefícios do RPPS

Atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Frente à Situação de Calamidade Pública nos Municípios

Retenções de Imposto de Renda na Fonte

Subsídio de Prefeito e Vereador, como fixar?

O Impacto das alterações da EC 107 nas Eleições Municipais, no calendário Eleitoral e junto à Vedação de Condutas de Agentes e de Órgãos Públicos

Pregão Eletrônico com ênfase no Decreto 10.024/2019

Aspectos Práticos de Emendas Legislativas e Emendas Impositivas

A LC 173, seu art. 9º e a Suspensão das Contribuições Previdenciárias

Problemas na escrituração das perdas dos investimentos do RPPS
Procedimentos no Departamento de Recursos Humanos: Como Proceder frente à LC 173 e à Lei Eleitoral

COMPREV - Curso Atualizado de Compensação Previdenciária (RPPS) - Decreto 10.188/2019 e Portaria 15.829/2020

Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP

As Aposentadorias e Pensões do RPPS no Município até a EC 103/2019

Patrimônio: Organização, Inventário, Avaliação Inicial e Depreciação

Curso Prático de Conferência de Balancetes das Entidades Públicas

A Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Fiscalização da Câmara durante a Pandemia - do pedido de informação à CPI

Curso Prático de Conferência de Balancetes do RPPS, com Ênfase na Contabilização das Perdas de Investimentos, Taxa de Administração e os Reflexos nos Relatórios Fiscais

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

A Matriz de Saldos Contábeis(MSC) e as Inconformidades Geradas nos Relatórios Fiscais(RREO/RGF)

Regularização Fundiária

Gestão de Tesouraria no Setor Público

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709, de 2018) Aplicada aos Municípios

Curso Prático de Regularização do Portal Transparência

Política de Investimentos com Análise do DPIN

As Aposentadorias Voluntárias, por Incapacidade Permanente e Compulsória o Abono de Permanência

Procedimentos Obrigatórios da Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP) – Inconsistências e Ajustes

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

Curso Prático de Elaboração das Notas Explicativas – Poder Executivo, Legislativo e Indiretas

Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico

Interpretando o Cálculo Atuarial: Princípios Básicos

Tributos Municipais e Repartições de Receitas

sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar no Município

Como implantar a LGPD no Município: Curso prático com mapeamento de dados

Como fazer a Revisão e Modernização do conteúdo da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal?

As Exonerações e Rescisões em Final de Mandato Análise Jurídica e Contábil.

Cerimonial de Posse para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores

Atualização do Fundeb 2022

A contratação pública na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

Elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços

Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Município: o passo a passo da implementação.

Compreendendo a Nova Lei de Improbidade Administrativa, Conceitos e Elementos Práticos (Lei nº 14.230/21)

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

A Formalização, Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos

Estratégias para o Executivo Municipal efetivar os 17 ODS da ONU para uma cidade mais Sustentável e Inclusiva

Elaboração e Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal - RREO – RGF – MSC

Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana

Curso de Redação Oficial

E- Social - Análise da Segunda e Terceira Fase, EFD Reinf e DCTF Web

A Organização do Controle Interno no Município

A Organização do Patrimônio no Executivo e no Legislativo Municipal

Abertura Contábil do Exercício e Programação Financeira

O Plano Plurianual no Poder Executivo e Legislativo

Excelência no Atendimento ao Cidadão

Captação de Recursos Federais e sua Execução (Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Compromisso

Curso sobre o Simples Nacional

Ciclo PAR

Curso de Direito Administrativo Básico

Curso preparatório para certificação CPA-10

Prático Sobre Políticas Públicas para Animais

Curso Teórico e Prático - Preenchimento da GFIP através do sistema SEFIP

Noções Gerais sobre Licitações

Recuperação de Ativos Fiscais

DCTF E PERD COMP - Teoria e Prática

RAIS - Teoria e Prática

Planejamento e Orçamento Municipal (PPA, LDO E LOA) com foco no Desenvolvimento do Turismo - Como realizar a sua Implementação e promover o Crescimento das Cidades

A Realização da Seleção de Servidores por meio de Concurso Público

O Novo Regime das Licitações e Contratos Administrativos.

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

Planejamento da Contratação na Nova Lei de Licitações na Prática (ETP, TR, PCA)

Serviço de ProteçãO E Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Atendimento ESpecializado a Famílias e Indivíduos PAEFI

Credenciamento e Registro DE Preços: Procedimentos Auxiliares Previstos na Lei Nº 14.133, de 2021

Retenções Previdenciárias E Retenções de Imposto de Renda na Fonte nas Contratações Realizadas no Setor Públic

Prestação de contas no SIGPC e Ágil – PNAE – PNATE – PDDE - alterações nos sistemas e a sua utilização

sobre as Medidas Socioeducativas E Projeto Político-Pedagógico

Prático sobre parcerias pela Lei nº 13.019, de 2014, e cuidados com a legislação eleitoral (Tramitação dos Fluxos, Procedimentos, Prorrogações, Análises, Aplicação Prática e Elaboração de peças do Processo)

Cobrança da Dívida Ativa Municipal e Execução Fiscal (Resolução 547 do CNJ e o tema 1184 do STF)

A UTILIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO COMO FERRAMENTA PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Orientações Técnicas para a Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O PAPEL DO ADVOGADO PÚBLICO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 14.133/21

Processos Administrativos Sanitários, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Prevenção e Controle de Zoonoses

A Implantação e Efetividade da Lei da Escuta Especializada e do depoimento especial no âmbito do Município

O ITBI A PARTIR DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E OS REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

Gestão de Eventos e Cerimonial aplicado à Solenidade de Posse na Municipalidade – Novos Eleitos

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO - Segundo a Lei 14.133/21 e IN 5/2017 SEGES/MP

Sindicância e PAD Processo Administrativo Disciplinar – Treinamento para Servidores e Análise de Casos Práticos

Ações Estratégicas para o Aumento (IMEDIATO) da Arrecadação Municipal (ISS, IPTU, ITBI, Refis)

ETP, TR E PESQUISA DE PREÇOS NA PRÁTICA E COM O USO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – IA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CREDENCIAMENTO, MARKETPLACE

Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no eSocial para Órgão Públicos

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Da Instrução Normativa à Aplicação Prática

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO MUNICIPAL: TEORIA, PRÁTICA, ELEMENTOS DE PREVENÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE GESTORES E AGENTES POLÍTICOS

CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

nstrumentos da Fase de Planejamento Contratação: DFD, ETP, MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – DO PLANEJAMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA

COMO ELABORAR E JULGAR AS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS TERCEIRIZADOS

CONFERÊNCIA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/21 (com Prática)

O Plano Plurianual – PPA 2026/2029 e sua interligação com a LDO e Orçamento Anual

ROTINAS NO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS – COMO IDENTIFICAR E ELABORAR PROJETOS

CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS, DIRETORES E GESTORES MUNICIPAIS

REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

AGP INSTITUTO










PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

AGP INSTITUTO



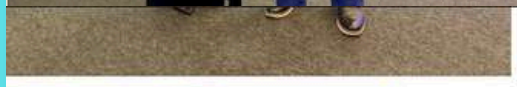




















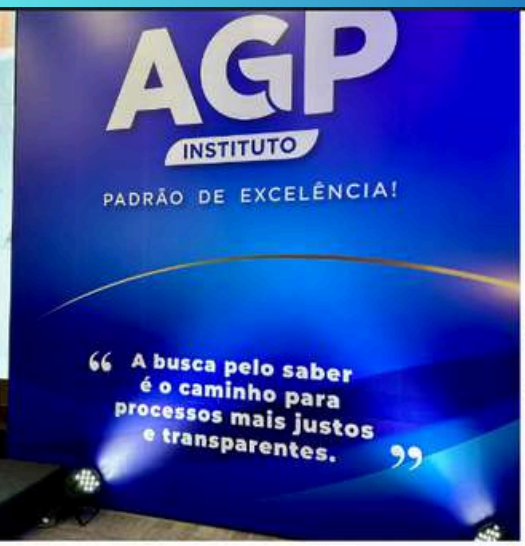


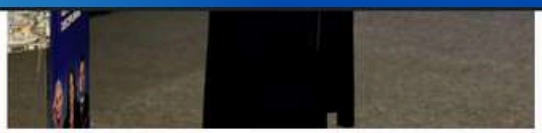


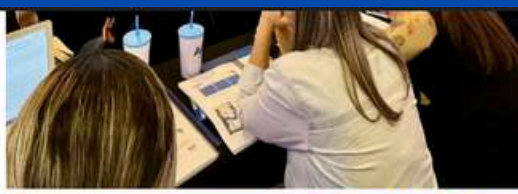
PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

AGP INSTITUTO















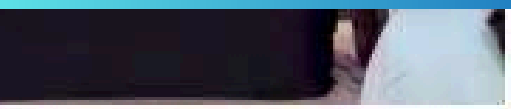




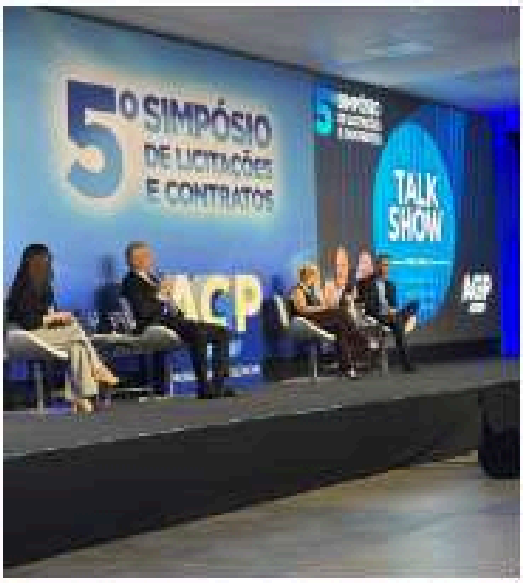


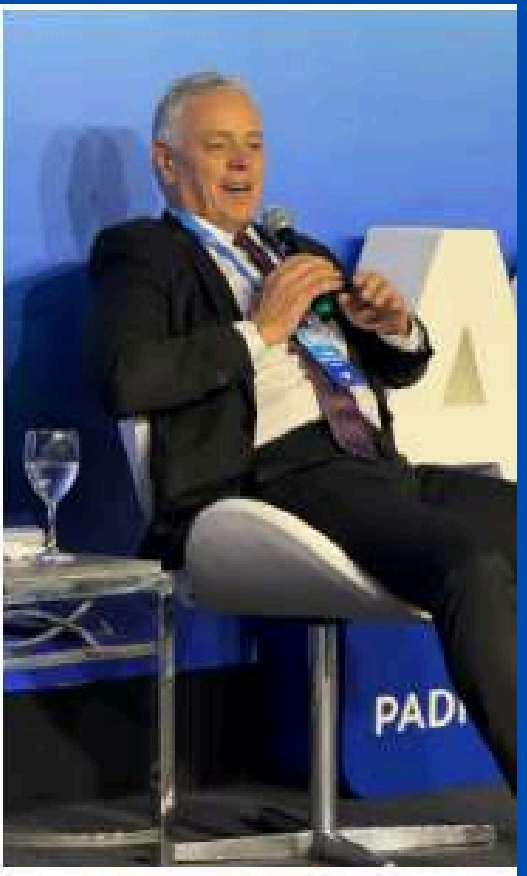


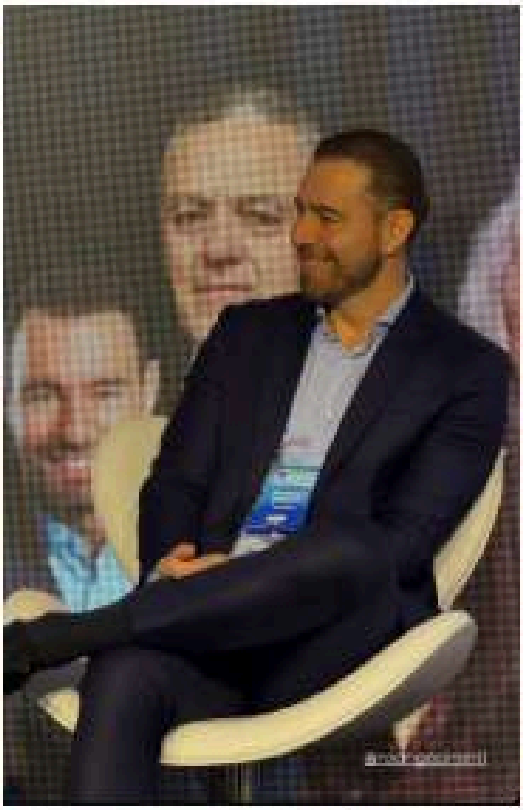
PORTFÓLIO






5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
TALK
SHOW
AGP





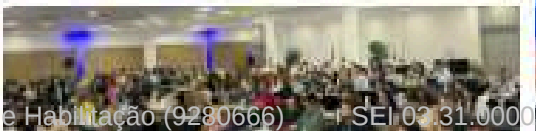

5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES
AGP
INSTITUTO



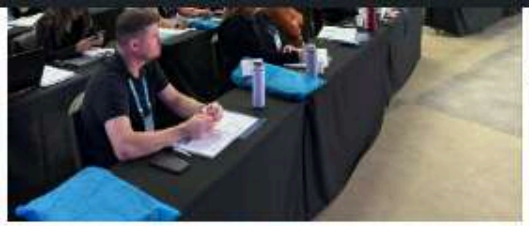

5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES




AGP
5º SIMPÓSIO



PORTFÓLIO






DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
AGP
INSTITUTO
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!


AGP


AGP
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!






SIMPÓSIO
E LICITAÇÕES
CONTRATOS
AGP
INSTITUTO
DE EXCELÊNCIA!


AGP
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!


AGP


AGP


AGP
AGP
AGP

PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS





AGP INSTITUTO

PORTFÓLIO







PORTFÓLIO















OFICINAS PRÁTICAS





OFICINAS PRÁTICAS













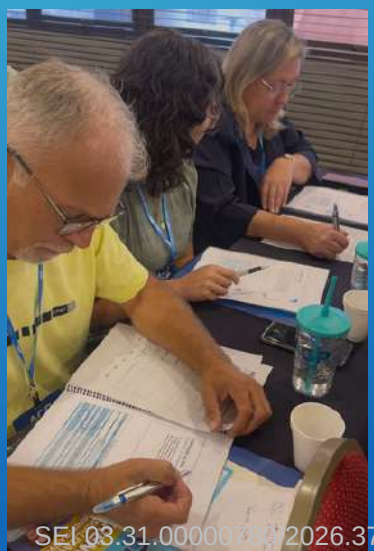

ACP
ACP


ACP


















AGP


AGP
INSTITUTO
AGP
INSTITUTO










AGP
INSTITUTO
EXCELÊNCIA
que atravessa
6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS


AGP
INSTITUTO
PADRÃO DE EXCELÊNCIA


AGP
INSTITUTO
EXCELÊNCIA
que atravessa
fronteiras,
CONECTANDO
O BRASIL.



AGP INSTITUTO

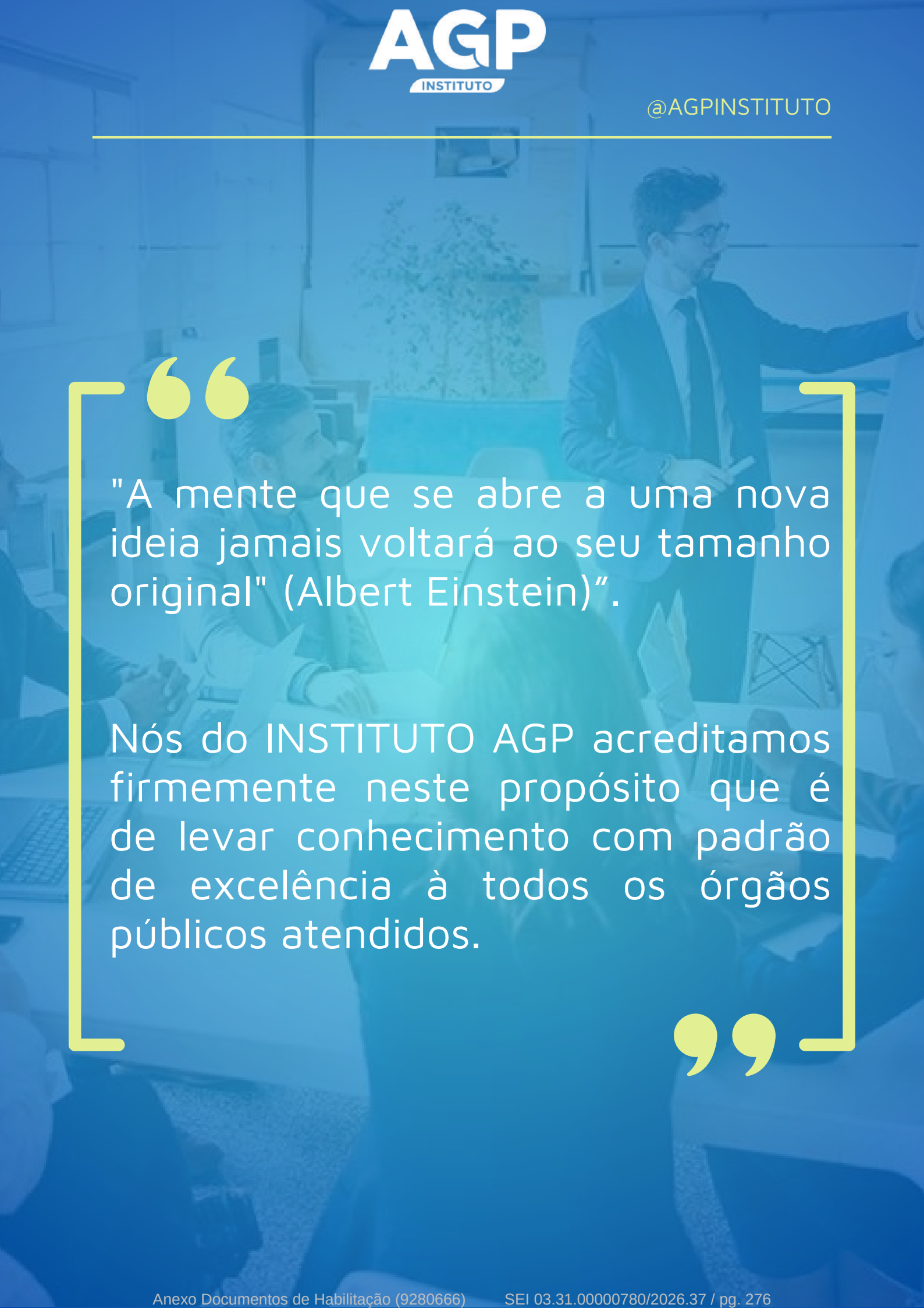


AGP INSTITUTO









"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original" (Albert Einstein)".

Nós do INSTITUTO AGP acreditamos firmemente neste propósito que é de levar conhecimento com padrão de excelência à todos os órgãos públicos atendidos.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRI 178/2026

Última atualização 23/07/2026

Local: Castro/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CASTRO

Unidade compradora: 13008 - Secretaria Municipal de Cultura, Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 77001311000108-1-000408/2026 **Fonte:** IPM Sistemas

Objeto:

pagamento de taxa de inscrição para os servidores Thais Helene Fidelix e Luan Gustavo Klimek, participarem do 6º Simpósio de Licitações e Contratos - O futuro das contratações públicas, promovido pelo IAGP, o qual ocorrerá entre os dias 23 e 25 de setembro, deste ano de 2026, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 7.980,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 7.980,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Deta
1	CURSOS E TREINAMENTOS	2	R$ 3.990,00	R$ 7.980,00	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

Anexo Contratação de entes (9282477) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 277

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRI 50/2026

Última atualização 01/07/2026

Local: Cascavel/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CASCAVEL **Unidade compradora:** 13001 - Secretaria Munl de Agricultura

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 01/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76208867000107-1-000301/2026 **Fonte:** IPM Sistemas

Objeto:

Contratação da empresa IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA, CNPJ: 51.684.924/0001-95, para prestação de serviços de capacitação, através da aquisição de 05 (cinco) inscrições para o 6º Simpósio de Licitações e Contratos: O futuro das contratações públicas.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 17.450,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 17.450,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Deta
1	SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	5	R$ 3.490,00	R$ 17.450,00	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 57/2026

Última atualização 10/07/2026

Acessar Processo Eletrônico

Local: Vitória/ES **Órgão:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Unidade compradora: 925398 - TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO ESPIRITO SANTO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Estadual

Data de divulgação no PNCP: 10/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 28483014000122-1-000054/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de inscrição no evento aberto de capacitação e aperfeiçoamento intitulado: 6º Simpósio de Licitações e Contratos – O Futuro das Contratações Públicas, que acontecerá nos dias 23 a 25 de setembro de 2026.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 11.070,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 11.070,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Deta
1	Treinamento Qualificação Profissional Treinamento Qualificação Profissional	3	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

Anexo Contratação de entes (9282477) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 281

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Ato que autoriza a Contratação Direta nº IL 30/2026

Última atualização 17/06/2026

Local: Mallet/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE MALLET **Unidade compradora:** 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET - PR

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/06/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 75654566000136-1-000091/2026 **Fonte:** Betha Sistemas

Objeto:

Contratação de empresa especializada para ministrar curso de licitações e contratos junto ao 6º Simpósio de Licitações e Contratos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 27.120,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 27.120,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Deta
1	Contratação de empresa especializada para ministrar curso de licitações e contratos junto ao 6º Simpósio de Licitações e Contratos	8	R$ 3.390,00	R$ 27.120,00	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Anexo Contratação de entes (9282477) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 283

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 3/2026

Última atualização 17/07/2026

Local: Araras/SP **Órgão:** CAMARA MUNICIPAL DE ARARAS **Unidade compradora:** 1 - Câmara Municipal de Araras

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 51324705000103-1-000084/2026

Fonte: CECAM - Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal

Objeto:

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, A CONTRATAÇÃO DE TRES INSCRIÇOES DO 6° SIMPOSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 74, DA LEI 14.133/2021 PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 11.070,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 11.070,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Deta
1	SIMPOSIO DE LICITAÇOES E CONTRATOS	3	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00	

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

Anexo Contratação de entes (9282477) SEI 03.31.00000780/2026.37 / pg. 285

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Dados para emissão de Nota Fiscal:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CNPJ: 46.643.466/0001-06 - IE: ISENTO

R. JOSÉ DE ALENCAR 123 - VL STA LUZIA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / SP – CEP: 12209-904

Secretaria emitente:

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS

Fone:(012) 3947.8178 / E-mail: drm@sjc.sp.gov.br / Site: www.sjc.sp.gov.br

Número AF: **5637 / 2026**
Data AF: 01/07/2026
Modalidade: DISPENSA LICITAÇÃO
Nº Licitação: / Tipo:DCL
Complemento: S/CONTRATO
Proc.Interno: 72750 / 2026

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO — VIA ÚNICA

Contratado: 284041 - IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA ***CNPJ/CPF:*** 51.684.924/0001-95
Endereço: RUA BOM JESUS Nº: 212 Compl: - Bairro: JUVEVE - Cidade: CURITIBA - UF: PR
Telefone: 46 99970.8582 ***Cel:*** ***E-mail:*** CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR
Requisitante: 020.000.000.000.SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS / SGAF/SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS
Cond.Pagto: 15 DDL ***Nº Bloqueio:*** 8651 / 2026 ***Vínculo:***
Nº 5057 / 2026 ***Empenho:*** 30849 / 2026 ***Cód.ficha:*** 34 / 2026 - 20.10.3.3.90.39.04.122.0004.2.013.01.1100000
Obs.: . LEI 14.133/2021 - ART. 75 / II - INF. 50.000,00 - OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS (COMPRA DIRETA)

ITEM	QTDE	UN	CÓD.MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	2	SV	70592	INSCRICAO EM CURSO: . 6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 23 A 25 DE SETEMBRO DE 2026 FOZ DO IGUAÇU - PR ELENA KIMIE TATEISHI CPF: 265.521.128-66 DATA DE NASCIMENTO: 16/10/1978 VALÉRIA APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA CPF: 099.876.848-07 DATA DE NASCIMENTO: 25/04/1968 CONTATO: CAMILA NOGUEIRA - (12) 3947.8594 ** A NOTA FISCAL DEVERÁ SER ENVIADA PARA OS E-MAILS ABAIXO: NOGUEIRA.CAMILA@SJC.SP.GOV.BR SGAF.CONTRATOS@SJC.SP.GOV.BR CHEFE DE CONTRATOS CONTATO: 3947-8597 CONTATO FINANCEIRO: 12 3947-8101 /8296 ** GENTILEZA CONFIRMAR O RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL JUNTO AOS RESPONSÁVEIS PELOS E-MAILS INFORMADOS, PARA QUE NÃO HAJA ATRASO EM SEU PAGAMENTO. . **Prazo Entrega:**1 dia(s) **Qtde:** 2	3.790,00	7.580,00
					TOTAL	7.580,00

Local de Entrega: **R JOSÉ DE ALENCAR Nº: 123 Bairro: VILA SANTA LUZIA Cep: 12209904**
Observação: **PAÇO MUNICIPAL**

Andreza Santos	Thais Rodrigues	Augusto Cesar Vieira	Valeria Mendes
03/07/2026 09:47:25(UTC-03:00)	03/07/2026 10:03:28(UTC-03:00)	03/07/2026 10:45:18(UTC-03:00)	Valeria Aparecida Mendes de Oliveira Diretora de Planejamento e Gestão de Recursos 03/07/2026 10:52:40(UTC-03:00)
ANDREZA CLEMENTE DOS SANTOS	THAIS MENEZES RODRIGUES	AUGUSTO CESAR VIEIRA	VALERIA APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA
Emitente	Supervisor(a)	Chefe de Divisão	Diretor(a)

"ADVERTÊNCIAS: Sob pena de sujeitar-se a eventual processo administrativo e/ou judicial, a Contratada deverá observar que: 1 - Os pagamentos devidos serão feitos através de crédito em conta, preferencialmente em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e CEF, não sendo aceitas quaisquer outras modalidades de cobrança, como duplicatas, boletos, etc; 2 - Tendo em vista que o preço inclui a entrega no local indicado, é vedado indicar às transportadoras o recebimento do frete diretamente à Prefeitura".

OBS.: - Para cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal distinta;
- Todo Material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado nesta Autorização de Fornecimento, às exclusivas expensas da contratada.
- Vide Condições Gerais de Fornecimento no verso.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTOS

Esta Autorização de Fornecimento (AF) foi emitida de acordo com a legislação vigente mediante observações rigorosas das especificações constantes do Edital que serão cumpridas pelo Fornecedor e garantem o direito à CONTRATANTE de impor as CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO abaixo, cujas cláusulas válidas para compras procedidas de licitação e para compras dispensadas de licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

I. Deverão ser observadas, as especificações, as condições de acondicionamento, entrega, garantia, prazos, preços, forma de pagamento, incidências tributárias, etc..., vedada qualquer alteração sem a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de **RECUSA** dos materiais ou recebimento definitivo do serviço.

II. Pelo descumprimento de qualquer das condições especificadas na presente Autorização de Fornecimento, fica a CONTRATADA sujeita às **SANÇÕES** abaixo descritas, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, se houver:

A. **Advertência** - quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sendo aplicada quando:

A1 - dar causa à inexecução parcial do contrato.

B. **Multa** - calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nas letras A, B, C e D.

C. **Impedimento de licitar e contratar** - quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sendo aplicada quando:

C1 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C2 - dar causa à inexecução total do contrato;

C3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

C4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

C5 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

C6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

D. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** - contempla as infrações administrativas previstas nos itens C1,C2.C3,C4,C5 e C6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme a sanção aqui referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada quando:

D1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

D2 -fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

D3 -comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

D4 -praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

D5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1. As sanções previstas nas letras A,C e D poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra B.

2. A aplicação das sanções previstas nas letras A,B,C e D não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

3.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas letras A,B,C e D.

III. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Para cada entrega autorizada pela Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal.

2. Todo material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado no anverso desta Autorização de Fornecimento - AF, todas as despesas decorrentes da entrega e/ou prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

Para entrega nos Almoxarifados relacionados abaixo, deverão ser cumpridos os seguintes horários:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: **almox@sjc.sp.gov.br** - (12) 3929-7059 / (12) 3929-1051.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: **saudenf@sjc.sp.gov.br** - (12) 3901-4144 / (12) 3901-4142.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Rua Felício Savastano, 240 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Email para envio de NF-e: **sme.follow-up@sjc.sp.gov.br** - (12) 3901-2057 / (12) 3901-2210 / (12) 3901-2120 / (12) 3901-2104.

3. Todas as informações requeridas nos campos discriminados na Nota Fiscal deverão ser preenchidas em conformidade com os dados da CONTRATANTE constantes na Autorização de Fornecimento - AF, sobretudo quanto à descrição pormenorizada do produto e/ou serviço faturado;

4. Em toda Nota Fiscal deverá ser indicado o número da respectiva Autorização de Fornecimento - AF e do número do Empenho.

5. Aplica-se à contratação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado nos arts. 2º e 3º do Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

6. Para toda Nota Fiscal cuja natureza de Operação for a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, o pagamento fica condicionado à apresentação de cópia dos últimos recolhimentos devidos aos INSS e FGTS, assim como relatórios da GFIP, tendo como base a data de vencimento do pagamento.

7. Os pagamentos serão realizados através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente, vinculada ao mesmo CNPJ/CPF do contratado na AF.

8. Dúvidas relativas aos pagamentos serão dirimidas pela Divisão de Tesouraria pelos telefones (12) 3947-8296 / 3947-8101 ou email **tesouraria@sjc.sp.gov.br.**

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Secretaria Municipal de Finanças
nif@curitiba.pr.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
41069022251684924000195000000000007626070019719910

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
76	16/07/2026	17/07/2026 07:32:56

Número da DPS	Série da DPS	Data e Hora da emissão da DPS
76	70000	17/07/2026 07:32:56

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
51.684.924/0001-95	-	(46) 99970-8582

Nome / Nome Empresarial
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

E-mail
contato@institutoagp.com.br

Endereço	Município	CEP
RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE	Curitiba - PR	80035-010

Simples Nacional na Data de Competência	Regime de Apuração Tributária pelo SN
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)	Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
09.182.560/0001-89	-	-

Nome / Nome Empresarial
INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO MUNICIPIO DE PETROLINA

E-mail
-

Endereço	Município	CEP
JOSE DE SA MANICOBA, 200, CENTRO	Petrolina - PE	56304-205

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
08.02.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...	-	Foz do Iguaçu - PR	-

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O Futuro das Contratações Públicas, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, a servidora Eweline da Silva Souza.

Dados Bancários: PIX: CNPJ 51.684.924/0001-95 | INSTITUTO AGP Banco 756 Sicoob | Agência 4342 C/C n°. 108.404-

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Curitiba - PR	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 3.990,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	Contribuição Previdenciária - Retida	Contribuições Sociais - Retidas	Descrição Contrib. Sociais - Retidas
-	-	-	-
PIS - Débito Apuração Própria	**COFINS - Débito Apuração Própria**		
-	-		

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 3.990,00	-	-	-
Total das Retenções Federais	**PIS/COFINS - Débito Apur. Própria**		**Valor Líquido da NFS-e**
-	-		**R$ 3.990,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

(CONTRATAÇÃO DIRETA - ARTS. 74 E 75)

1. DADOS GERAIS

• Número do processo: 03.31.00000780/2026.37
• Órgão ou entidade demandante: #SECD Maringá Previdência - Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Maringá
• Responsável: #RESP Edson Paliari

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado #OBJC

Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

2.2. Natureza do objeto

( ) Aquisição de bens
(x) Serviço comum
( ) Serviço comum de engenharia
( ) Serviço de engenharia
( ) Serviço especial
( ) Execução de obra
( ) Locação

2.3. Fundamentação da contratação

2.3.1. Justificativa para contratação direta por inexigibilidade:
2.3.1.1. Inviabilidade de competição: É sabido que a licitação é a regra para contratações públicas, porém o objeto a ser contratado envolve ações de educação, ou seja a contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA , para inscrição de 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência para o 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos , de acordo com conteúdo programático estabelecido pela empresa.
A IAGP apresentou atestado (SEI nº 9280296) no qual declara ser legitima e única responsável sobre a execução e elaboração do evento, que se realizará nos dias 23 a 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu - PR. Desta forma, ao estudar a legislação observamos a possibilidade de contratar a empresa de acordo com a alínea f do inciso III do art. 74 da lei nº 14.133/2021, que diz:

> "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> [...]
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> [...]
> f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

2.3.1.2. Preço: A MARINGÁ PREVIDÊNCIA pagará a contratada o valor de R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais), referente a 2 inscrições, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor. Para comprovação de que o valor da inscrição é compatível com o preço praticado pela Associação, foram anexadas ao processo sete contratações realizadas por outros entes

públicos (SEI nº 9282477). Do levantamento realizado, verifica-se que o valor unitário das inscrições varia de acordo com a quantidade de inscrições contratadas pelo ente público, sendo concedidos descontos progressivos para contratações em maior número. Assim, observa-se que, quanto maior a quantidade de inscrições adquiridas, menor é o valor unitário da inscrição, o que justifica as diferenças de preços verificadas entre as contratações apresentadas, conforme segue:

a) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Município de Castro;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 2;
Valor da inscrição: R$ 3.990,00.

b) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Município de Cascavel;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 5;
Valor da inscrição: R$ 3.490,00.

c) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Tribunal de Contas do Estado do Espirito Santo;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 3;
Valor da inscrição: R$ 3.690,00.

d) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Município de Mallet;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 8;
Valor da inscrição: R$ 3.390,00.

e) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Câmara Municipal de Araras;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 3;
Valor da inscrição: R$ 3.690,00.

f) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Município de São José dos Campos;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 2;
Valor da inscrição: R$ 3.790,00.

g) Evento: 6º Simpósio de Licitações e Contratos;
Empresa contratada: IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA;
Instituição contratante: Instituto de Gestão Previdenciária do Município de Petrolina;
Data: 23/09/2026 a 25/09/2026;
Local: Foz do Iguaçu/PR;
Quantidade de inscrições: 1;
Valor da inscrição: R$ 3.990,00.

2.4. **Há legislação especial que deva ser considerada na contratação?**

( ) Sim
(x) Não

2.5. **Justificativa da contratação**

A Maringá Previdência elaborou o Plano de Capacitação 2026 (SEI nº 7445214), que estabelece diretrizes para as ações de capacitação, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados no desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.

O objetivo do Plano é potencializar a capacidade e o desempenho de gestores, servidores e membros dos órgãos colegiados, promovendo a elevação dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados. Ademais, busca colaborar com a manutenção do certificado do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, reconquistado em 2022.

A metodologia do Plano prevê a capacitação de servidores e gestores por meio de palestras, cursos in loco a serem ministrados por empresas contratadas, cursos externos, congressos promovidos por associações previdenciárias, bem como formações na modalidade de Educação a Distância (EaD).

A proposta deste evento é proporcionar a capacitação e ao aperfeiçoamento de gestores públicos, servidores, agentes de contratação, fiscais de contratos, assessores jurídicos e demais profissionais que atuam nas contratações públicas.

Com abordagem prática, atualizada e estratégica, o simpósio tem como foco a Lei nº 14.133/2021, seus regulamentos, entendimentos dos Tribunais de Contas e os principais desafios enfrentados pela Administração Pública na fase de planejamento, execução e fiscalização contratual.

A participação no evento contribui diretamente para o cumprimento da Meta 7 do Plano de Capacitação 2026, ao qual prevê a capacitação de 60% dos servidores em áreas específica para atuações nas demais áreas do RPPS, sendo direcionada às áreas de gestão, operacionais e administrativas, tais como Compensação Previdenciária, Administrativo, Controle Interno, Contábil/Financeiro, Serviço Social, Projetos e Atendimento ao Público, abordando conteúdos específicos para melhoria contínua dos processos internos.

2.6. **Requisitos da contratação**

2.6.1. Para contratar com o serviço público a empresa deverá apresentar:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (tributos mobiliários e imobiliários) da sede da empresa;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da empresa;

c) Prova de regularidade de tributos para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1999);

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.7. **Análise dos riscos da contratação**

Risco 01 – Falta de Disponibilidade Orçamentária	
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
DANO	
A não possibilidade da contratação, acarretaria na falta de capacitação dos servidores, acarretando uma péssima qualidade no ambiente institucional.	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar Remanejamento ou Suplementação Orçamentária.	Diretoria de Gestão Financeira e de Investimentos da MGAPREV.
Ação de Contingência	Responsável
Não há.	Não há.

Risco 02 – Atraso na Conclusão da Contratação	
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta
DANO	
Evento impossibilitaria a participação dos servidores no evento.	
Ação Preventiva	Responsável
Diligência no acompanhamento do processo de contratação.	Diretoria Administrativa da MGAPREV.
Ação de Contingência	Responsável
Não há.	Não há.

2.8. **A seleção será restrita a obras, serviços ou produtos pré-qualificados?** #SRPQ

( ) Sim
(x) Não

2.9. **O objeto é um produto com julgamento pelo ciclo de vida?** #JPCI

( ) Sim
(x) Não

2.10. **O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável?**

( ) Sim
(x) Não

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO)

3.1. **Especificação e quantidades da solução:** #EQSO

Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando a membro da Diretoria Executiva Elisangela da Silva Candil e o servidor Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante.

ITEM	CÓDIGO PMM	CATMAT/CATSERV	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UN.	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL
01	437	25232	Inscrição p/ eventos	un	2	R$ 3.790,00	R$ 7.580,00
						TOTAL	R$ 7.580,00

3.2. **Prazo para início da execução do objeto** #PIEO

Imediato.

3.3. **Prazo de entrega ou de execução do objeto** #PEEO

O evento se realizará nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026 em Foz do Iguaçu - PR.

3.4. **Local de entrega ou execução** #LEEX

O evento será realizado no Grand Carimã Convention Center - Avenida das Cataratas, 4790 - Carimã, Foz do Iguaçu - PR.

3.5. **O objeto possui exigências a serem feitas após a entrega/execução?**

( ) Sim
(x) Não

4. É UMA CONTRATAÇÃO DIRETA? #EUCD

(x) Sim
( ) Não

4.1. **É um caso de inexigibilidade de licitação?**

(x) Sim

( ) Não

4.1.1. **Qual embasamento legal da inexigibilidade?**

( ) Caput do artigo 74 da Lei 14.133/2021.
( ) Inciso I do artigo 74 da Lei 14.133/2021.
( ) Inciso II do artigo 74 da Lei 14.133/2021.
(x) Inciso III do artigo 74 da Lei 14.133/2021.
( ) Inciso IV do artigo 74 da Lei 14.133/2021.
( ) Inciso V do artigo 74 da Lei 14.133/2021

4.1.2. **Qual o critério para seleção do fornecedor?**

A escolha da empresa **IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública Ltda.** decorre de sua reconhecida atuação na prestação de serviços de treinamento, desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública, bem como na promoção de eventos técnicos voltados ao aperfeiçoamento de agentes públicos que atuam nas contratações governamentais.

O fornecedor é responsável pela realização do **6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas**, evento consolidado no calendário de capacitações do Instituto AGP, reconhecido pela elevada qualidade técnica de sua programação e pela abordagem prática e atualizada dos principais temas relacionados à aplicação da Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se, ainda, que o simpósio reúne corpo docente composto por juristas, professores, auditores e especialistas de reconhecida atuação nacional, selecionados em razão de sua expertise e experiência na área das contratações públicas. A programação contempla discussões fundamentadas em entendimentos dos Tribunais de Contas, jurisprudência atual e boas práticas administrativas, conferindo ao evento características próprias que o distinguem de outras capacitações disponíveis no mercado.

A escolha do fornecedor, portanto, está diretamente relacionada à notoriedade da instituição promotora, à qualificação de seu corpo docente, à metodologia empregada e à especificidade do conteúdo programático oferecido, fatores que demonstram a adequação da contratação para atender às necessidades de capacitação da Administração.

Dessa forma, a seleção da empresa **IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública Ltda.** mostra-se tecnicamente justificada, tendo em vista que a capacitação pretendida somente pode ser obtida mediante a inscrição no evento promovido pelo próprio fornecedor, restando caracterizada a inviabilidade de competição para fins da contratação fundamentada na alínea "f" do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. **É uma licitação dispensada?**

( ) Sim
(x) Não

4.3. **É uma licitação dispensável?**

( ) Sim
(x) Não

5. EXISTE A NECESSIDADE DE ELABORAR UM EDITAL DE SELEÇÃO?

( ) Sim
(x) Não

6. É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS? #CSRP

( ) Sistema de Registro de Preços
(x) Regime Contratual

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (REGIME CONTRATUAL)

O contrato será substituído por nota de empenho, conforme Inciso II do artigo 95 da Lei 14.133/2021.

8. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

8.1. **Formas, condições e prazo de pagamento:** #PPGT

As inscrições serão pagas após a emissão da nota de empenho.

9. É UMA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA?

( ) Sim
(x) Não

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. **Valor estimado total da contratação:** #VETC

A Maringá Previdência pagará a contratada o valor de R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais), referente a 2 inscrições contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. **Previsão orçamentária para a contratação**

( ) Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços.
(x) Existe previsão orçamentária.
( ) Não há previsão orçamentária.
( ) Previsão orçamentária insuficiente.

11.2. **Rubrica orçamentária para a contratação** #ROPC

AUTARQUIA MUNICIPAL	FONTE DE RECURSOS	DOTAÇÃO
MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	2100 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração	31.010.04.128.0005.2.303.3.3.90.39.48.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12. NOMEAÇÕES

12.1. **Agente de contratação/Comissão de Contratação/Pregoeiro:**

Conforme Portaria nº 50/2026 - MGAPREV

12.1.1. **Unidade Administrativa (no Sistema Eletrônico de Informações - SEI) do Agente de Contratação ou membros da Comissão de Licitação:**

PEL

12.2. **Gestor e Fiscais da Execução:**

DADOS DOS SERVIDORES A SEREM DESIGNADOS			
	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE DE FISCAL
Nome Completo	Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante	Alessandra de Oliveira Cabral Gomes	José da Silva Neves
Cargo	Agente Administrativo	Agente Administrativo	Agente Administrativo
Matrícula	46549	2972	53
Local SEI	PEL	GCEMGAPREV	DGPMGAPREV
Telefone/Ramal	(44) 3220-7710	(44) 3220-7730	(44) 3220-7741
E-mail	compras@previdencia.maringa.pr.gov.br	alessandra@previdencia.maringa.pr.gov.br	joseneves@previdencia.maringa.pr.gov.br

13. ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Maringá - PR, 04 de agosto de 2026.

Edson Paliari
Diretor-Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 04/08/2026, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9282496** e o código CRC **6AE1278C**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9282496

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Diretoria Administrativa e de Patrimônio da MGAPREV
Gerência Administrativa e de Patrimônio da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7725 - www.maringaprevidencia.com.br

PORTARIA Nº 50/2026 - MGAPREV.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e conforme determina a LC nº 239/98 do município, no art. 169 Incisos IV e XIV e demais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ANDREIA CRISTINA DE MORAIS; BRUNA PEREIRA KUHN; ELISANGELA DA SILVA CANDIL e GUSTAVO HENRIQUE POLSAQUE CAVALCANTE matriculados, respectivamente, sob nº.s 17720, 45067, 121, 46549, lotados na Maringá Previdência, para, individualmente, exercerem a função de PREGOEIRO nos procedimentos licitatórios na modalidade PREGÃO PRESENCIAL e ELETRÔNICO, e de AGENTE DE CONTRATAÇÃO nas DISPENSAS ELETRÔNICAS, quando de responsabilidade desta Autarquia.

Art. 2º Revoga-se em todo teor a Portaria nº 284/2025 - MGAPREV.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Maringá Previdência, 24 de fevereiro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 24/02/2026, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8012567** e o código CRC **05D3E69E**.

Portaria MGAPREV (8012567) SEI 03.31.00000189/2026.86 pg. 1 / 1

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

Solicita-se autorização para abertura de processo de contratação direta (dispensa/inexigibilidade):

Sistema: Inexigibilidade;
Valor Estimado: R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais);
Finalidade: Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 05/08/2026, às 07:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9291036** e o código CRC **C0094E65**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9291036

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-965, Telefone: (44) 3220-7732 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

De acordo com a legislação vigente e para os fins especificados, fica autorizada a ABERTURA do processo 03.31.00000780/2026.37 de contratação para a aquisição dos bens e/ou serviços dele constantes.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 05/08/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9300064** e o código CRC **EA16C93A**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9300064

MARINGA PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGA

CNPJ : 78.074.804/0001-22

Estado do Paraná

- CEP: 87.014-010 (44) 3220-7700

NOTA DE RESERVA DE DOTAÇÃO

Nº : 36662 **Data: 06/08/2026**

Reduzido 31

Dotação: 31.010.04.128.0005.2.303.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Orgão: 31 - MARINGA PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGA

Unidade: 31010 - MARINGA PREVIDENCIA - ORGAO GERENCIADOR

Funcao: 04 - ADMINISTRACAO

SubFuncao: 128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS

Prog. Trabalho: 0005 - VALORIZACAO E QUALIFICACAO DO SERVIDOR PUBLICO

Projeto/Ativ 2303 - QUALIFICACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - MARINGA PREVIDENCIA

Natureza Desp.: 3.3.90.39.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

F. de Recurso: 2100 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração

Tipo de Bloq.: Valor

Orçado Atualizado	Saldo Anterior	Valor Reservado	Saldo Disponivel
300.000,00	251.984,20	7.580,00	244.404,20

Histórico: 118 - LANÇAMENTO MANUAL - A licitar - Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência. Processo SEI nº 03.31.00000780/2026.37.

EDIMAR DE OLIVEIRA CARVALHO
CONTADOR

EDSON PALIARI
DIRETOR - PRESIDENTE

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

SOLICITAÇÃO

Processo nº: 03.31.00000780/2026.37
Interessado: Maringá Previdência

Ao NLC,

A Maringá Previdência pretende contratar a empresa IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

A solicitação foi encaminhada pela Gerente de Comunicação e Eventos da Maringá Previdência Alessandra de Oliveira Cabral Gomes, por meio do processo vinculado 03.31.00000774/2026.05.

Conforme estabelece o Art. 72 da Lei n.º 14.133/2021, foi anexado ao processo:

I - Documento de Formalização de Demanda - DFD (SEI nº 9210928) e Termo de Referência - Lei 14.133/2021 (SEI nº 9282496);

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei: Anexo Contratações de Entes Públicos (SEI nº 9282477) e item 2.3 do Termo de Referência;

III - ...

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido: Informação (SEI nº 9276277) e Nota de Reserva de Dotação (SEI nº 9302890);

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária: Anexo Habilitação e Declarações (SEI nº 9280666), Anexo Programação (SEI nº 9280237) e Currículo dos palestrantes (SEI nº 9280296);

VI - razão da escolha do contratado - item 4.1.2. do Termo de Referência - Lei 14.133/2021 (SEI nº 9282496);

VII - justificativa de preço: item 2.3.1.2. do Termo de Referência - Lei 14.133/2021 (SEI nº 9282496);

VIII - autorização da autoridade competente: Autorização de Abertura de Disp./Inex. (SEI nº 9300064).

Desta forma, solicitamos a elaboração do competente parecer jurídico que subsidiará a contratação mencionada, conforme inciso III do Art. 72 da Lei n.º 14.133/2021.

Adicionalmente, solicitamos manifestação quanto à viabilidade jurídica de substituir a utilização da Solicitação de Despesa pela Nota de Reserva de Dotação nos processos de Dispensa de Licitação, Inexigibilidade e Pregão.

Atualmente, a Solicitação de Despesa é emitida na fase interna do processo com a finalidade de garantir a disponibilidade de saldo da dotação orçamentária para utilização após a homologação da licitação, gerando automaticamente a respectiva Reserva de Dotação. Contudo, após a conclusão do procedimento licitatório, essa Solicitação de Despesa, em regra, é anulada para que o saldo reservado seja utilizado em uma nova Solicitação de Despesa, destinada à emissão do empenho em favor da empresa contratada.

Nesse contexto, a emissão direta da Nota de Reserva de Dotação dispensaria essa etapa intermediária, uma vez que a reserva poderia ser utilizada diretamente na emissão da Solicitação de Despesa destinada ao empenho. Essa alteração tende a simplificar o fluxo processual, reduzindo procedimentos sem comprometer a finalidade do controle orçamentário.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 06/08/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9302902** e o código CRC **12CA20BE**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9302902

PARECER Nº: **1182/2026 - SECPROGE**

PROCESSO Nº: 03.31.00000780/2026.37

INTERESSADO: Maringá Previdência

Parecer n° 1182/2026/NLC

Processo n° 03.31.00000780/2026.37

Para: Maringá Previdência – MGAPREV

Assunto: Inexigibilidade. Cursos Técnicos (art. 74, III, "f" - Lei nº 14.133/2021).

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Procuradoria para análise e parecer, visando, por inexigibilidade, à " Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência."

Consta do Termo de Referência (9282492) que *a* contratação ocorrerá de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no inciso III do art. 74, estabelecido na Lei 14.133/21, sendo um serviço especializado, objeto desta demanda, refere-se à contratação da empresa **IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA (CNPJ: 51.684.924/0001-95)**, para Simpósio a ser realizado entre os dias 23 e 25 de setembro de 2026.

A Secretaria consulente fundamenta a contratação, destacando a inviabilidade da competição e o desejo de participar do evento programado pela empresa

Os autos vieram instruídos com o Termo de Referência (**9282496**), com a breve descrição do objeto (item 2.1); justificativa para contratação (item 2.5), especificação e quantidade do objeto (item 3.1), justificativa inexigibilidade – art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 (item 4.1.1); escolha do fornecedor (item 4.1.2) e demais requisitos para contratação.

Constam dos autos as certidões negativas de regularidade fiscal e trabalhista e documentos da empresa/fornecedora, além do pedido e a autorização para abertura do processo de dispensa/inexigibilidade.

Em síntese, é o objeto de análise. Passamos a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

Deve-se, inicialmente, ressaltar que as orientações jurídicas, nas contratações diretas por dispensa e inexigibilidade, no exercício de sua competência consultiva, possuem caráter meramente opinativo, restrita aos aspectos jurídicos da contratação, nos termos do art. 53 da Lei 14.133/21, recaindo, exclusivamente, sobre os agentes públicos competentes a responsabilidade pela regularidade dos atos do procedimento, veracidade das informações, justificativas constantes dos autos, especialmente quanto ao preço, escolha do fornecedor ou executante, enquadramento na situação fática à hipótese legal de contratação direta e demais providências orçamentárias.

I. DEVER CONSTITUCIONAL DE LICITAR:

Segundo determina a Carta Constitucional (art. 37, XXI da CF/88), as aquisições de bens e contratações de serviços e obras pela Administração Pública, sujeitam-se aos correntes procedimentos licitatórios, bem como eventuais instrumentos normativos procedimentais de competência dos entes federativos e respectivas entidades da administração indireta. A Administração Pública deve, portanto, contratar através de procedimento licitatório, assegurando os princípios constitucionais e infraconstitucionais que balizam o

tema, notadamente os da economicidade e eficiência, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos do Erário.

Neste sentido, confira-se o seguinte trecho de julgado do TCU:

> 12. A obrigação de licitar não é mera formalidade burocrática, decorrente apenas de preceitos legais. Ela se funda em dois princípios maiores: os da isonomia e da impessoalidade, que asseguram a todos os que desejam contratar com a administração a possibilidade de competir com outros interessados em fazê-lo, e da eficiência, que exige a busca da proposta mais vantajosa para a administração.
>
> 13. Assim, ao contrário do afirmado nas justificativas apresentadas, a licitação, além de ser exigência legal, quando bem conduzida, visa – e permite – a obtenção de ganhos para a administração. E quando a possibilidade de prejuízos existe, a própria lei, novamente com base no princípio da eficiência, prevê os casos em que o certame licitatório pode ser dispensado.

As contratações devem ser precedidas de licitação que assegurem a participação do maior número de interessados, contemplando a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

II. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em que pese a regra determine seguir o processo licitatório, a própria Constituição traz a possibilidade de exceção, limitando a presunção de que a prévia licitação sempre proporciona a melhor contratação.

Assim, o legislador enumerou as circunstâncias que ensejam exceção à obrigação de licitar, através da licitação dispensada (art. 16), licitação dispensável (art. 75) e licitação inexigível (art. 74).

Convém ressaltar que, diferentemente das hipóteses de dispensa de licitação, elencadas em rol taxativo na Lei, os casos de inexigibilidade foram trazidos de forma meramente exemplificativa no art. 74 da Lei 14.133/21, posto que seu pressuposto é a **inviabilidade de competição**, não se afigurando possível ao legislador prever todas as hipóteses em que a licitação é inviável.

Esse, inclusive, é o entendimento da balizada doutrina no escólio de Joel de Menezes Niebuhr[1]:

> Da redação dada ao dispositivo em apreço deflui que a inexigibilidade está sempre relacionada à inviabilidade da competição, o que acarreta a impossibilidade de se ultimar o procedimento licitatório. Acrescenta-se que as hipóteses a seguir arroladas pelo legislador não são taxativas, porém meramente exemplificativas, já que utiliza, ao final do caput, a expressão em especial, cuja dicção, é evidente, admite outras hipóteses além das explicitamente indicadas. […]Sempre que se constatar a impossibilidade de se realizar licitação pública decorrente de inviabilidade de competição, está-se diante de caso de inexigibilidade, independentemente de qualquer previsão legal.

Essa interpretação, todavia, não deságua na inutilidade dos incisos do art. 74 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desempenhando papel importante ao exemplificar as situações que comportam a exceção ao procedimento licitatório de que trata, conforme bem salientou, à luz da legislação anterior (Lei nº 8.666/93), perfeitamente aplicável ao presente caso, Marçal Justen Filho[2], *in verbis*:

> Daí não se segue que os incisos do art. 25 sejam destituídos de relevância normativa. Aliás, muito pelo contrário, os referidos dispositivos possuem grande relevância.
>
> Em primeiro lugar, os incisos do art. 25 desempenham função exemplificativa. Tratando-se de instituto complexo como se passa com a inexigibilidade, o conceito de inviabilidade de competição pode ser muito mais facilmente reconhecido mediante a análise dos exemplos contidos no elenco legal. Se não existisse os três incisos do art. 25, muitos seriam tentados a restringir a inexigibilidade apenas aos casos de ausência de pluralidade de alternativas de contratação. Mas a existência do dispositivo do inciso III evidencia que o conceito de inviabilidade de competição tem de ser interpretado amplamente, inclusive para abranger os casos de impossibilidade de julgamento objetivo. Em outras palavras, a análise dos incisos do art. 25 permite identificar o conceito de inviabilidade de competição consagrado no caput do dispositivo.

Considerando-se o intento da Administração de dispensar o procedimento licitatório no presente caso, tem-se que se afigura possível – em tese – a contratação por inexigibilidade, em virtude da unicidade do objeto, o qual impossibilita a existência de competição por eventuais interessados.

No caso dos autos, verifica-se que se pretende a contratação de

> "*A*quisição de 2 (duas) inscrições para a participação do **6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos** nos dias 23 e 25 de setembro de 2026, promovido pelo **IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA** , com fulcro no art. 74, inciso III, alínea **"f"** da Lei Federal n° 14.133/2021 *"*.

Isso considerado, imprescindível esclarecer quanto ao que segue:

III – CURSO DE CAPACITAÇÃO/PALESTRA – art. 74, III, "f", da Lei Federal n.º 14.133/21

Trata-se, conforme justifica a autoridade requisitante no item 2.5 do Termo de Referência (9242129) de curso oferecido com o intuito de capacitar servidores

> "A Maringá Previdência elaborou o Plano de Capacitação 2026 (SEI nº 7445214), que estabelece diretrizes para as ações de capacitação, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados no desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.
>
> O objetivo do Plano é potencializar a capacidade e o desempenho de gestores, servidores e membros dos órgãos colegiados, promovendo a elevação dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados. Ademais, busca colaborar com a manutenção do certificado do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, reconquistado em 2022.
>
> A metodologia do Plano prevê a capacitação de servidores e gestores por meio de palestras, cursos in loco a serem ministrados por empresas contratadas, cursos externos, congressos promovidos por associações previdenciárias, bem como formações na modalidade de Educação a Distância (EaD).
>
> A proposta deste evento é proporcionar a capacitação e ao aperfeiçoamento de gestores públicos, servidores, agentes de contratação, fiscais de contratos, assessores jurídicos e demais profissionais que atuam nas contratações públicas.
>
> Com abordagem prática, atualizada e estratégica, o simpósio tem como foco a Lei nº 14.133/2021, seus regulamentos, entendimentos dos Tribunais de Contas e os principais desafios enfrentados pela Administração Pública na fase de planejamento, execução e fiscalização contratual.
>
> A participação no evento contribui diretamente para o cumprimento da Meta 7 do Plano de Capacitação 2026, ao qual prevê a capacitação de 60% dos servidores em áreas específica para atuações nas demais áreas do RPPS, sendo direcionada às áreas de gestão, operacionais e administrativas, tais como Compensação Previdenciária, Administrativo, Controle Interno, Contábil/Financeiro, Serviço Social, Projetos e Atendimento ao Público, abordando conteúdos específicos para melhoria contínua dos processos internos.*"*

Nesse sentido, o art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 aduz que é viável a contratação direta de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização.

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> (…)
>
> III – contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização,** vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> (…)
>
> f) **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
>
> Destacamos.

O dispositivo exige requisitos para a contratação de empresa ou profissional para a realização de curso de capacitação/atualização de pessoal, conforme disposto no art. 74, §§ 3º e 4º:

> Art. 74 - ……
>
> § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.**
>
> § 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.
>
> Destacamos.

Destarte, a legislação autoriza a participação de servidores em cursos/palestras para aperfeiçoamento profissional, desde que evidenciado nos autos a singularidade do serviço e a notoriedade do(s) especialista(s).

Não cabe a este órgão avaliar os requisitos elencados, pois depende de conhecimento técnico de outra área do saber, cuja escolha exige determinado grau de subjetividade do administrador, competindo a este a devida instrução dos autos.

III. CONTRATAÇÃO DIRETA: DEMAIS EXIGÊNCIA PROCEDIMENTAIS

Embora direta, a contratação com base em dispensa e inexigibilidade deve seguir determinado procedimento. Assim, acaso a Autoridade considere que restam preenchidos os requisitos, que a contratação se enquadra no *caput* e inciso III, letra "f" do artigo 74 e que procederá à contratação, deverá observar as demais exigências procedimentais legais.

Fica o alerta para a Autoridade competente que os órgãos de controle são extremamente rígidos com inexigibilidades, devendo a Autoridade certificar-se se realmente a contratação não é passível de procedimento licitatório.

Logo, destaca-se que, antes de qualquer ato, a Administração deve definir o objeto da contratação e as condições técnicas para sua execução. Assim, encontra-se, nos autos o Estudo Técnico Preliminar (ausente) e o Termo de Referência (9282496), com objetivo de definir o objeto do que se pretende contratar e demais condições técnicas relevantes para execução daquilo que será contratado.

Não obstante, deve haver **disponibilidade orçamentária para a contratação.** No caso dos autos, existe previsão orçamentária, conforme o item 11 do TR e documento de dotação 9276277, sendo, portanto, devidamente comprovada a disponibilidade orçamentaria.

Além disso, o ato deve ser devidamente motivado, apontando fatos e justificativas, caracterizando a situação de dispensa ou inexigibilidade, *ex vi* artigo 72 da Lei 14.133/21:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

> II – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
>
> III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
>
> IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
>
> V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
>
> VI – razão da escolha do contratado;
>
> VII – justificativa de preço;
>
> VIII – autorização da autoridade competente.
>
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

As justificativas apresentadas no item 2.5 do Termo de Referência (9282477), aparentemente, se destinam ao atendimento de tal requisito. Neste ponto, orientamos que se inserem na competência e responsabilidade das autoridades requisitantes a análise, juízo de valor, acerca do apresentado (veracidade e relevância).

Desta feita, a contratação deve observar o artigo 72 da Nova Lei de Licitações e Contratos, em especial apresentar justificativa de preço.

Ressalta-se que, segundo a recomendação do TCE e expressamente lançado no art. 23, §4º da Lei 14.133/21, sobre a presente modalidade de inexigibilidade é necessário inclusão de no mínimo **três notas fiscais de cursos ministrados distintos, No caso em apreço não constam as notas fiscais, contudo, no documento 9282477, se visualiza as informações de outros certames inexigíveis da empresa com municípios, além de o TR fazer referência no item 2.3.1.2 às outras contratações por entes públicos.**

No mais, tem-se que deverá a proponente gozar de habilitação fiscal e trabalhista, conforme os arts. 68 e 72, V, da Lei 14.133/21. **In casu, foram acostadas aos autos as certidões de negativos Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista e FGTS. Item (9280666)**

Os aspectos da conveniência, oportunidade, escolha do prestador e modicidade dos valores pagos, ficam adstritos aos órgãos de execução e direção superior do órgão de execução.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com as ressalvas apontadas e, sem prejuízo de entendimento em contrário e superveniência de novos elementos, esta Procuradoria conclui opinativamente que é viável juridicamente a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de inscrição de servidores, no curso de que trata o presente protocolado, com lastro no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021. No entanto, destaca que caberá à Autoridade competente a discricionariedade de prosseguir ou não com a contratação, ressaltando-se que o não atendimento às orientações jurídicas feitas podem ocasionar responsabilização por parte dos órgãos competentes (TCE/PR. MP, etc).

Por fim, não é demais consignar que o presente parecer é **meramente opinativo**, com o intuito de orientar a Autoridade competente no aspecto jurídico, evitando futuros questionamentos por parte dos órgãos competentes.

Sob censura, é o parecer.

Maringá, 04 agosto de 2026.

José Antonio Faustino de Carvalho Andrade Neto

Procurador Municipal

OAB/Pr 44.247

APROVAÇÃO

APROVO O PARECER/PROGE/NLC N. 1182/2026. Ressalto, ainda, que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade as normas legais de regência e às recomendações constantes no relatório.

Maringá, 07 agosto de 2026.

1NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2ª Ed. 2012. Belo Horizonte: Editora Fórum. p. 86.

2FILHO. Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. 2012. São Paulo: Dialética. p. 409.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio Faustino de Carvalho Andrade Neto**, **Procurador(a) Municipal**, em 07/08/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9321390** e o código CRC **43739D52**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9321390

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

Solicita-se autorização para publicação deste processo de contratação direta (dispensa/inexigibilidade):

Sistema: Inexigibilidade;
Valor Estimado: R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais);
Finalidade: Contratação da IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência.

Solicita-se autorização para a publicação desta contratação direta. As orientações exaradas pela Procuradoria-Geral encontram-se atendidas e/ou mantidas pela pasta de origem mediante justificativa cuja análise de veracidade e relevância encontra-se àquela (Secretaria requisitante) adstrita.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 13/08/2026, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9373312** e o código CRC **1C4F0E5B**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9373312

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-965, Telefone: (44) 3220-7732 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

De acordo com a legislação vigente e para os fins especificados, fica autorizada a PUBLICAÇÃO do processo 03.31.00000780/2026.37 de contratação para a aquisição dos bens e/ou serviços dele constantes.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 14/08/2026, às 07:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9374066** e o código CRC **DFEFD68C**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9374066

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

Processo nº 03.31.00000780/2026.37

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, III, "f" da Lei Federal nº. 14.133/2021, e **Parecer nº. 1182/2026 - NLC** (9321390), a contratação de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** CNPJ nº. 51.684.924/0001-95, com sede na Rua Bom Jesus, n.º 212, Sala 1904 Andar 19 Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, Juveve, na cidade de Curitiba-PR, no valor de **R $ 7.580,00** (sete mil quinhentos e oitenta reais), para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência, tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº**. 03.31.00000780/2026.37**

Face ao disposto no art. 72, da Lei nº. 14.133/2021 , submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Maringá, 14 de agosto de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 14/08/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9374102** e o código CRC **09708206**.

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Superintendência da MGAPREV
Diretoria Administrativa da MGAPREV
Gerência Administrativa da MGAPREV
Patrimônio, Expediente e Licitação da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7710 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

SOLICITAÇÃO

Processo nº: 03.31.00000780/2026.37
Interessado: Maringá Previdência

À Gerência do Órgão Oficial do Município,

Solicito por gentileza a publicação do **Ato de Declaração de Inexigibilidade 11** (SEI nº 9374102) na edição do dia **17/08/2026** do D.O.M.M.

Atenciosamente.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante**, **Agente Administrativo(a)**, em 14/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9379638** e o código CRC **98A1A51D**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9379638

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

Processo nº 03.31.00000780/2026.37

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, III, "f" da Lei Federal nº. 14.133/2021, e **Parecer nº. 1182/2026 - NLC** (9321390), a contratação de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** CNPJ nº. 51.684.924/0001-95, com sede na Rua Bom Jesus, n.º 212, Sala 1904 Andar 19 Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, Juveve, na cidade de Curitiba-PR, no valor de **R $ 7.580,00** (sete mil quinhentos e oitenta reais), para realização de 2 inscrições no 6ª Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, contemplando 1 membro da diretoria executiva e 1 servidor da Maringá Previdência, tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº**. 03.31.00000780/2026.37**

Face ao disposto no art. 72, da Lei nº. 14.133/2021 , submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Maringá, 14 de agosto de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 14/08/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9374102** e o código CRC **09708206**.

Referência: Processo nº 03.31.00000780/2026.37 SEI nº 9374102

INSTITUTO AMBIENTAL DE MARINGÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9384085/2026

Processo nº 16.61.00002444/2026.49

IV ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2024 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INSTITUTO AMBIENTAL DE MARINGÁ – IAM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 46.077.256/0001-06, com sede na Av. Cerro Azul, 544, Zona 2, nesta cidade, doravante denominado Contratante, e a empresa **GEOVIAS ENGENHARIA LTDA - EPP ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.771.804/0001-36, com sede Avenida Brasília, nº 2400 sala 05, Bairro Centro, na cidade de Pinhalzinho - Santa Catarina, doravante denominada Contratada.

OBJETO: O objeto do Presente Termo de Aditivo é a alteração do Contrato de Prestação de Serviços nº 13/2024, de acordo com as especificações constantes no Processo nº 16.61.00000277/2026.67.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, pelo período de 14 de agosto de 2026 a 12 de dezembro de 2026.

FIRMADO EM, 14 de Agosto de 2026.

O presente Extrato está em conformidade com a Lei Federal.

José Roberto Francisco Behrend
Diretor Presidente do Instituto Ambiental de Maringá.

Juliano Wolschick
Representante Legal

Maringá-PR, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente por **Ariane Cezarotto Fiewski**, **Diretor(a) de Projetos e Obras Ambientais**, em 14/08/2026, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9384085** e o código CRC **AD2EAA32**.

Referência: Processo nº 16.61.00002444/2026.49 SEI nº 9384085

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

AUTÓGRAFO

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO N. 698.

Autoria: Mesa Executiva.

Altera a redação da Resolução n. 685, de 02 de julho de 2025, que institui a Medalha do Mérito Religioso e dá outras providências.

Art. 1.º O art. 4.º da Resolução n. 685, de 02 de julho de 2025, passa a vigorar com a redação abaixo:

"Art. 4.º A entrega da Medalha do Mérito Religioso concedida pelo Poder Legislativo poderá ocorrer em sessão ordinária, em sessão solene ou fora do recinto da Câmara, em evento relacionado ao homenageado, conforme deliberação da Mesa Executiva.

§ 1.º Para a entrega da Medalha do Mérito Religioso em sessão ordinária, o agendamento será efetuado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2.º Havendo mais de uma solicitação para a mesma data, terá preferência a proposta que antes foi protocolizada, atendido o disposto no art. 2.º desta Resolução, salvo nos casos de datas com antecedência menor do que 30 (trinta) dias e ainda sem agendamento, quando será reservada a quem primeiro solicitar. (NR)"

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 11 de agosto de 2026.

MAJÔ CAPDEBOSCQ
Presidente

MÁRIO HOSSOKAWA
1.º Secretário

Documento assinado eletronicamente por **Majorie Catherine Capdeboscq**, **Presidente**, em 14/08/2026, às 15:26, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Massao Hossokawa**, **1.º Secretário**, em 14/08/2026, às 16:02, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0472243** e o código CRC **DCBC99A9**.

26.0.000005904-7 0472243v8

PORTARIA Nº 420/2026

A Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor **Eduardo Escaliante**, portador da matrícula funcional n. 5750, o saldo de férias correspondentes ao período aquisitivo de 06/01/2025 a 05/01/2026, por 20 (vinte) dias, no período de **14/09/2026 a 03/10/2026/2026**, com retorno ao trabalho no dia **05/10/2026 (segunda-feira)**, em conformidade com o disposto no artigo 131 da Lei Complementar n. 239/98.

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Maringá, 13 de agosto de 2026.

MAJÔ CATHERINE CAPDEBOSCQ
Presidente
MÁRIO MASSAO HOSSOKAWA
1º Secretário

Documento assinado eletronicamente por **Majorie Catherine Capdeboscq**, **Presidente**, em 13/08/2026, às 13:14, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Massao Hossokawa**, **1.º Secretário**, em 13/08/2026, às 14:03, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0472872** e o código CRC **0F782C41**.

25.0.000018153-9 0472872v2

PORTARIA Nº 421/2026

A Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor **Everaldo Flores Bittencourt**, matrícula funcional 2182, férias regulamentares correspondentes ao período aquisitivo de 21/10/2025 a 20/10/2026, para gozo nos períodos de **23/11/2026 a 02/12/2026**, com retorno ao trabalho no dia **03/12/2026 (quinta-feira)**, e **26/07/2027 a 04/08/2027**, com retorno ao trabalho no dia **05//08/2027 (quinta-feira)**, com a conversão de 1/3 (um terço) do período das respectivas férias em pecúnia, em conformidade com o § 6º do artigo 131 da Lei Complementar n. 239/98.

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Maringá, 13 de agosto de 2026.

MAJÔ CATHERINE CAPDEBOSCQ
Presidente
MÁRIO MASSAO HOSSOKAWA
1º Secretário

Documento assinado eletronicamente por **Majorie Catherine Capdeboscq**, **Presidente**, em 13/08/2026, às 13:14, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Massao Hossokawa**, **1.º Secretário**, em 13/08/2026, às 14:03, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0472921** e o código CRC **558E8A2E**.

26.0.000009214-1 0472921v2